

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ULISSES GONÇALVES DE OLIVEIRA

A Educação em disputa no Brasil: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes
sociais pelo Movimento Escola Sem Partido

SÃO PAULO

2023

OLIVEIRA, U	A Educação em disputa no Brasil: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido		Mestrado FEUSP
-------------	---	--	-------------------

ULISSES GONÇALVES DE OLIVEIRA

A Educação em disputa no Brasil: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação e ciência
Sociais: desigualdades e diferenças.

Orientadora: Profa. Dra. Flavia Inês Schilling

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

48e

OLIVEIRA, Ulisses Gonçalves.

A Educação em disputa no Brasil - um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido/ Ulisses Gonçalves de Oliveira; orientadora Flávia Inês Schilling. -- São Paulo, 2023.

178 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Disputa educacional. 2. Movimento escola sem partido. 3. Conservadorismo. 4. Ciberpolítica. 5. Redes sociais. I. Schilling, Flávia Inês, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA

Aluno: 48137 - 11001756 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Dissertação do(a) Senhor(a) Ulisses Gonçalves de Oliveira no Programa: Educação, do(a) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Aos 07 dias do mês de março de 2023, no(a) realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Ulisses Gonçalves de Oliveira, apresentada para a obtenção do título de Mestre intitulado:

"A Educação em disputa no Brasil: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Flavia Ines Schilling	Presidente	FE - USP	Aprovado
Maria Jose de Rezende	Titular	UEL - Externo	Aprovado
Mariângela Graciano	Titular	UNIFESP - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

a banca ressaltou a atualidade e a relevância do tema, seu caráter inovador, refletindo um atuoso trabalho de pesquisa.

Eu, Ricardo Dias Sacco _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 07 dias do mês de março de 2023.

Maria Jose de Rezende

Mariângela Graciano

Flavia Ines Schilling
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em _____ e, portanto, o(a) aluno(a) _____ jus ao título de Mestre em Educação obtido no Programa Educação - Área de concentração: Educação e Ciências Sociais.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as forças divinas que estiveram presentes comigo nessa minha caminhada na USP, protegendo-me e dando-me força, equilíbrio, perseverança e resiliência.

Agradeço aos meus familiares, ponto de partida da minha história e que tenho muito amor, sobretudo pela tutela de meus avós, Vovó Senhora e meu finado “Pai Manel” (avô), para os quais registro minha eterna gratidão e reverência. À Mainha (minha mãe), meu alicerce, reconheço nela minha motivação para que eu pudesse seguir firme e forte a minha trajetória escolar. Ela, desde minha partida de casa, aos 14 anos, com seu grande amor materno, desafiou as distâncias para estar ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida escolar e acadêmica. Também, acrescentando o mesmo teor de afeto, dedico meus agradecimentos a meus irmãos e minhas irmãs, Anderson, Fabiano Greziela e Verônica, e aos tios/tias, primos/primas e sobrinhos/as. Destaco esse agradecimento pelo acolhimento do meu tio Ivani e da minha tia Celeste durante minha transição para São Paulo.

À minha orientadora Flávia Schilling, sou grato pela confiança depositada na minha proposta de projeto. Apesar do nosso convívio recente, e de todas as dificuldades provocadas pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em cada encontro possível, um sentimento de respeito e admiração foi brotando ao longo desses anos. Reconheço que obtive uma orientação marcada de muito aprendizado e de muita honestidade, carregada de muita ternura e afeto. Muito obrigado pela paciência e cuidado.

Em relação à banca avaliadora, inicialmente, reitero o meu agradecimento à professora Mariângela Graciano (UNIFESP) pelas ricas contribuições, juntamente com o Professor José Sergio de Carvalho (USP), no exame de qualificação e por, novamente, aceitar o convite de participação da banca de defesa da dissertação. Igualmente, eu reforço meus agradecimentos pela simpática aceitação do convite à professora Maria José de Rezende (UEL), ao professor Andrei Koerner (Unicamp), à professora Wania Pasinato (ONU Mulher) e à professora Jacqueline Moraes Teixeira (FEUSP - UNB). Para a professora Jacqueline, reforço meu agradecimento e ressalto minha satisfação pela oportunidade de atuação como seu estagiário no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

Às amigas e amigos, e colegas, minha gratidão pelos momentos de rica parceria. Na alegria e na tristeza, estivemos ali envolvidos nas horas mais difíceis, lembrando desse período cabuloso de tensão política e luta pela vida dos últimos anos. Apesar da lista enorme, ressalto alguns nomes que marcaram minha caminhada acadêmica desde o processo seletivo para o

mestrado até minha acolhida na USP, e em Sampa: Adriana Sousa, Andréa Rosendo, Antônio Neto, Anunciação Silva, Ariosvaldo Junior, Beth Fernandes, Carlos Mucuta, Celso Junior, Renan Prates, Cláudia Oraka, Cléo Fernandes, Dani Lima, Enola Mango, Francisco J. Borges, Grazi Ferreira, Grazi Freitas, Georgina Pintonêta, Irenildo Silva, Jéssica Silveira, Jhones Bernades, Juliano Maltez, Kiala Vanga, Lisbeth Soares, Luiz Henrique da Silva, Hilton Cardo, Marcelo Marcelino, Mauricio Matos, Mayara Mattos, Mercedes Reyes, Mighian Danae, Moussa Diabaté, Natalia Cabanillas, Rafael Ferreira, Renan Prates, Renata Marques, Rodrigo Faustino, Rosângela Medeiros, Sheila Perina, Tainá Josi, Venícios Oliveira.

À FEUSP, quero assinalar a rica experiência institucional e registrar meu carinho por essa faculdade. Dedico meus agradecimentos aos colegas, aos funcionários e aos docentes que gozei da oportunidade de trabalhar em conjunto como Representante discente da minha área de concentração, a EDUCS, da Comissão de Equidade e da Cooperação de Nacionalização e Internacionalização da faculdade (CCnint-FE): Professora Biancha Angelucci, Professora Fabiana Jardim, Professor Rosenilton Oliveira, Professora Rosângela Gavioli, Professor Elie Ghanem, Professora Ana Luiza Jesus da Costa, Professor Marcos Sidnei, Vanessa Lima (CCint-FE), Vanessa Santos Maciel (Biblioteca-FEUSP) e Marina Capusso (Programa Formação de Professores). Meu agradecimento aos colegas do Grupo de Trabalho sobre internacionalização da FEUSP, sob a coordenação do Professor Valdir Barzotto cuja admiração deixo registrada. Também, quero deixar meus agradecimentos à toda equipe do programa de idiomas inglês para a comunidade - Inco/CEPEL.

À CAPES, quero ressaltar os meus agradecimentos pela oportunidade de acesso a um dos seus programas de bolsas de pesquisa, especialmente pela atitude necessária de prorrogação nesse contexto crítico de crise sanitária no mundo. Sem dúvida, uma medida fundamental, permitindo-me mais motivação e pouco mais de tempo para reajuste dos meus passos no mestrado, em um momento marcado de muitas incertezas para muitos pós-graduandos.

À Univesp, deixo os meus agradecimentos pela oportunidade de fazer parte da equipe de facilitadores como bolsista no seu Programa de Formação Didático-Pedagógica para Cursos de Modalidade a Distância. Essa experiência na UNIVESP foi um divisor de águas na minha vida, pois proporcionou uma rica oportunidade de aperfeiçoamento profissional no magistério superior.

Por fim, quero agradecer à Universidade de São Paulo, e aos seus órgãos e programas de fomento estudantil, fundamentais para minha permanência durante esses anos. Quero saudar a instituição pelo comprometimento na renovação da sua perspectiva de excelência acadêmica

pelo prisma da inclusão e da diversidade. E fico feliz pelo seu posicionamento mais combatente dos últimos anos, contra os retrocessos democráticos e da crise sanitária em curso.

“[...] o revolucionário nostálgico não sabe ao certo como conceber o futuro e agir no presente”
(LILLA, 2018, p.18).

RESUMO

OLIVEIRA, U. G. A Educação em disputa no Brasil: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Introdução: A presente dissertação estudou as disputas políticas e ideológicas no marco da elaboração dos novos documentos educacionais aprovados na década de 2010. Nessa década, houve o fortalecimento de um conservadorismo autoritário contra pautas educacionais ligadas aos direitos humanos nas escolas. Essa investida manifestou-se por um modo de operar a ideia de educação escolar, reforçando uma retórica científica e “neotecnista” contra o avanço de um processo longo e histórico de democratização da educação no Brasil. Nesse período, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) e o Programa Escola Sem Partido (ESP) ganharam notoriedade no debate público. Presumiu-se que o MESP fosse um importante articulador dos interesses escusos desse conservadorismo ressurgente em meio ao contexto de forte avanço da mobilização política dos movimentos sociais baseada no uso das redes e mídias digitais.

Métodos: Primeiramente, este estudo explorou o debate acadêmico a respeito do MESP. Logo em seguida, revisou a gênese do conservadorismo, seu funcionamento na história do pensamento político ocidental, e o seu desdobramento na contemporaneidade política brasileira. Por fim, desenvolveu-se uma análise etnográfica do MESP da sua comunidade *on-line* no *Twitter*, partindo das publicações produzidas no primeiro semestre de 2020, período que iniciou a pandemia do Covid19.

Resultados: A partir desse estudo, foi possível identificar os contornos do movimento, seus discursos, atores e suas estratégias de difusão pela “Frente liberal ultraconservadora” (Colombo, 2018). Ainda, foi possível organizar a sua ascensão em três eventos políticos da última década, respectivamente: o movimento anti-gênero, as jornadas de junho de 2013 e o golpe de 2016 (*impeachment* de Dilma Rousseff). Também foi possível ordenar algumas noções básicas do funcionamento das reações conservadoras na história da política ocidental, sobre: mudança social, estrutura social e tempo. Ademais, foi possível organizar o debate sobre os desdobramentos do conservadorismo na contemporaneidade brasileira, abordando as disputas políticas e ideológicas presentes no contexto de surgimento da denominada “nova direita” (CÉPEDA, 2018) e do “populismo digital” (CESARINO, 2020). Finalmente, a análise etnográfica ilustrou o MESP em uma situação de crise, evidenciando diversas contradições discursivas em meio à crise sanitária, mas, sobretudo, em meio à crise política do governo Bolsonaro, uma importante representação política aliada à rede de difusão do MESP observada na literatura. Nesse material analisado, os conteúdos selecionados foram organizados em três eventos identificados: a crise ministerial do governo Bolsonaro; a aprovação da inconstitucionalidade dos projetos vinculados ao ESP; e o Inquérito das *fake news* instaurado pelo STF.

Conclusões: O estudo, portanto, conseguiu fazer um balanço dos principais fatores causadores dessa disputa política e ideológica marcante para a educação brasileira na última década. Essa disputa foi compreendida pelo entendimento da coexistência discursiva da “normatividade neoliberal” (MACEDO, 2017), do autoritarismo e do moralismo fundamentalista. E, em suma, reconhecendo o MESP como um importante articulador de uma força conservadora autoritária e reativa às transformações estruturais envolvendo o direito à educação, a educação igualitária e a ideia de “todos sujeitos”.

Palavras-chave: Disputa educacional. Movimento escola sem partido.
Conservadorismo autoritário, Ciberpolítica. Redes sociais.

ABSTRACT

OLIVEIRA, U. G. Education under dispute in Brazil: a study on conservatism and the use of social networks by the Escola Sem Partido Movement. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade of São Paulo, São Paulo, 2023

Background: The present dissertation studied the political and ideological disputes in the framework of the elaboration of new educational documents approved in the decade of 2010. In this decade, there was the strengthening of an authoritarian conservatism against educational agendas linked to human rights in schools. This attack manifested itself through a way of operating the idea of school education, reinforcing a scientific and technicist view rhetoric against the advancement of a long and historical process of democratization of education in Brazil. In this period, the Escola Sem Partido Movement (MESP) and the Escola Sem Partido Program (ESP) gained notoriety in the public debate. The MESP was assumed to be an important articulator of the shady interests of this resurgent conservatism in the context of the strong advance of political mobilization of social movements based on the use of networks and digital media. **Methods:** First, this study explored the academic debate about the MESP. It then reviewed the genesis of conservatism, its functioning in the history of Western political thought, and its unfolding in contemporary Brazilian politics. Finally, it developed an ethnographic analysis of the MESP of its online community on Twitter, starting from the publications produced in the first half of 2020, the period that started the Covid19 pandemic. **Results:** From this study, it was possible to identify the contours of the movement, its discourses, actors, and its diffusion strategies by the "ultraconservative liberal front" (Colombo, 2018). Also, it was possible to organize its rise into three political events of the last decade, respectively: the anti-gender movement, the June 2013 days, and the 2016 coup (impeachment of Dilma Rousseff). It was also possible to sort out some basic notions of the functioning of conservative reactions in the history of Western politics, about: social change, social structure, and time. Furthermore, it was possible to organize the debate on the unfoldings of conservatism in Brazilian contemporaneity, addressing the political and ideological disputes present in the context of the emergence of the so-called "new right" (CÊPEDA, 2018) and "digital populism" (CESARINO, 2020). Finally, the ethnographic analysis illustrated the MESP in a crisis situation, highlighting several discursive contradictions in the midst of the health crisis, but, above all, in the midst of the political crisis of the Bolsonaro government, an important political representation allied to the MESP diffusion network observed in the literature. In this analyzed material, the selected contents were organized into three identified events: the ministerial crisis of the Bolsonaro government; the approval of the unconstitutionality of projects linked to the ESP; and the Inquiry of fake news opened by the STF. **Conclusions:** The study, therefore, was able to take stock of the main causative factors of this political and ideological dispute that marked Brazilian education in the last decade. This dispute was understood by understanding the discursive coexistence of "neoliberal normativity" (MACEDO, 2017), authoritarianism, and fundamentalist moralism. And, in short, recognizing the MESP as an important articulator of an authoritarian and reactive conservative force to structural transformations involving the right to education, egalitarian education and the idea of "all subjects".

Keywords: Educational dispute. School without party movement. Authoritarian conservatism, Cyberpolitics. Social networks

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pastor Silas Malafaia: o que é ideologia de gênero?	18
Figura 2 – O que é ideologia de gênero para o mundo cristão?	19
Figura 3 – Relato da professora conservadora “doutrinada”	20
Figura 4 – Pandemia e alunos bolsonaristas	20
Figura 5 – De Karl Marx a Paulo Freire	21
Figura 6 – Contra a “doutrinação marxista”	21
Figura 7 – Educação superior no Brasil de esquerda e marxista I.....	22
Figura 8 – Educação superior no Brasil de esquerda e marxista II	22
Figura 9 – Composição Ideológica da Câmara e do Senado	23
Figura 10 – Página Inicial do site do MESP	49
Figura 11 – Rede de difusão do MESP no <i>Facebook</i>	56
Figura 12 – Significante vazio do inimigo flutua a partir de uma divisão binária inicial: bandido, vagabundo versus cidadão de bem [...]	104
Figura 13 – O <i>Twitter</i> do MESP volta a publicar	123
Figura 14 – Quantidade de Prints do <i>Twitter</i> do MESP por mês.....	124
Figura 15 – Pastas do <i>Instagram</i>	125
Figura 16 – MESP e eleições municipais de 2020	134
Figura 17 – Os alunos bolsonaristas seriam humilhados?	135
Figura 18 – Falta de apoio governamental ao MESP I.....	135
Figura 19 – Falta de apoio governamental ao MESP II.....	136
Figura 20 – O MESP tem partido?	137
Figura 21 – O MESP #fechadocomBolsonaro? I	137
Figura 22 – O MESP #fechadocomBolsonaro? II	138
Figura 23 – Professores contra Bolsonaro?	139
Figura 24 – MESP com Bolsonaro I.....	139
Figura 25 – MESP com Bolsonaro II	140
Figura 26 – MESP com Bolsonaro III	140
Figura 27 – O MESP contra críticos de Bolsonaro.....	141
Figura 28 – Novo ministro apoia autonomia nas universidades.....	141
Figura 29 – Incerteza contra novo ministro do MEC I.....	142
Figura 30 – Incerteza contra novo ministro do MEC II.....	142

Figura 31 - Incerteza contra novo ministro do MEC III	142
Figura 32 – Incerteza contra o novo ministro do MEC IV	143
Figura 33 – Luciano Huck apoia o novo ministro da educação.....	143
Figura 34 – MESP não confia no Huck I.....	144
Figura 35 – MESP não confia no Huck II	144
Figura 36 – STF inimigo do MESP I.....	145
Figura 37 – STF inimigo do MESP II	145
Figura 38 – O MESP como “escola sem censura?	146
Figura 39 – O MESP com os conservadores	146
Figura 40 – Paulo Freire um legado combatido pelo MESP	147
Figura 41 – Nagib defende a lei do ESP alagoana.....	148
Figura 42 - Anúncio da saída de Nagib do MESP.....	148
Figura 43 – “Não sou mais um professor militante”	149
Figura 44 – Professores socialistas fazendo a sociedade de marionetes	149
Figura 45 – Disciplinas doutrinadoras	150
Figura 46 – Educação como exclusividade dos pais I	151
Figura 47 – Educação como exclusividade dos pais II.....	151
Figura 48 – Educação como exclusividade dos pais III	152
Figura 49 – Educação como exclusividade dos pais IV	152
Figura 50 – Charge de Escolas brasileira abordando caso de aborto	153
Figura 51 – Reação crítica de membros contra charge do aborto I	153
Figura 52 – Reação crítica dos membros a respeito da charge do aborto II.....	153
Figura 53 - Proposta no MESP para combate à violência sexual	154
Figura 54 – Nagib nega difundir <i>fake News</i>	155
Figura 55 – Hashtag contra o STF no inquérito das <i>fake News</i>	155
Figura 56 – MESP reage contra o inquérito	156
Figura 57 – Reação contrastante ao MESP no inquérito	157
Figura 58 – O MESP Reage contra o direito de manifestação política nas universidades	157
Figura 59 – Reação do MESP contra o direito de manifestação política nas universidades (interação) I.....	158
Figura 60 – Reação do MESP contra o direito de manifestação política nas universidades (interação) II	158

Figura 61 – Reação do MESP contra ensino de gênero nas escolas aprovado pelo STF	159
Figura 62 – “O perigo do STF”	159
Figura 63 – Manifestação pela destituição dos ministros do STF	160
Figura 64 – STF: “uma ameaça para democracia”	160
Figura 65 – MESP contra a perenidade da esquerda	161
Figura 66 – O MESP lê o marxismo como religião.....	161
Figura 67 – “Professor perigoso”	162
Figura 68 – Paulo Freire inspirador do "professor perigoso"	162
Figura 69 – MESP contra “Pátria educadora	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfis de Apoio do ESP no <i>Instagram</i>	56
Tabela 2 – Comparação dos grupos sociais nos protestos pré (T1) e pós (T2) junho de 2013	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ideais do conservadorismo da “nova direita”	96
Quadro 2 – Evolução da <i>internet</i> e polarização política.....	100

SIGLAS E ABREVIATURAS

Aparelhos Privados de Hegemonia	APHs
Base Nacional Curricular Comum	BNCC
Conselho Nacional de Educação (2010)	CONAE
Fernando Henrique Cardoso	FHC
Instituto Milenium	Imil
Lei de Diretrizes e Base da Educação	LDBE
Lésbicas, Gays, Bissexuais, transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais etc.	LBTQIA+
Movimento Brasil Livre	MBL
Movimento Escola Sem Partido	MESP
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização dos Estados Americanos	OEA
Parâmetros Curriculares Nacionais	PCNs
Partido dos Trabalhadores	PT
Plano Nacional de Educação	PNE
Programa Escola Sem Partido	ESP
Students For Liberty	SFL
Tecnologias da Informação e da Comunicação	TICs

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 HIPÓTESES E OBJETIVOS	25
2 OS CONTORNOS DO MESP	30
2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA	30
2.1.1 O ESCOLA SEM PARTIDO EM MEIO AO DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE	32
2.1.2 O “ESCOLA SEM PARTIDO” E SUA REDE POLÍTICA E IDEOLÓGICA	33
2.1.3 O MESP SOB DISPUTA E RESISTÊNCIA	35
2.2 A ASCENSÃO E DIFUSÃO DO MESP	36
2.2.1 A MOVIMENTAÇÃO ANTI-GÊNERO	37
2.2.2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	41
2.2.3 O “GOLPE DE 2016”	46
2.3 A COMUNICAÇÃO DO MESP	49
2.3.1 “INTELECTUAIS ORGÂNICOS” DO MESP	50
2.3.2 O MESP NAS REDES DIGITAIS	53
2.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MESP	57
2.4.1 AS DEMANDAS DO MESP	57
2.4.2 JUDICIALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE	61
2.4.3 A “LIBERDADE” DO MESP	62
3 O CONSERVADORISMO, GÊNESE E DESDOBRAMENTOS.....	66
3.1 “ANATOMIA DO CONSERVADORISMO”	66
3.1.1 PERSPECTIVA SOBRE MUDANÇA SOCIAL	69
3.1.2 PERSPECTIVA SOBRE ESTRUTURA SOCIAL.....	73
3.1.3 PERSPECTIVA SOBRE TEMPO	77
3.2 CONSERVADORISMO E NOVAS GERAÇÕES	81
3.2.1 JUVENTUDE E CONSERVADORISMO	84
3.2.2 CONSERVADORISMO, SABER E DIREITOS.....	93
3.2.3 CONSERVADORISMO E CIBERPOLÍTICA	98
4 MESP, CONSERVADORISMO E REDES SOCIAIS	109
4.1 – CIBERCULTURA E SUAS POTENCIALIDADES METODOLÓGICAS	109
4.1.1 A PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA NO CIBERESPAÇO	110
4.1.2 “ANTROPOLOGIA MICROSCÓPICA” NO CIBERESPAÇO.....	115
4.1.3 O LEVANTAMENTO DOS DADOS E CONTORNOS METODOLÓGICOS	122
4.2 O MESP, UMA SITUAÇÃO DE CRISE.....	130
4.2.1 CRISE MINISTERIAL (POLARIZAÇÃO ELEITORAL NA COMUNIDADE)	133

4.2.2 INCONSTITUCIONALIDADE DO MESP	145
4.2.3 INQUÉRITO DAS FAKE NEWS	154

5 CONCLUSÃO 164

REFERÊNCIAS..... 167

BIBLIOGRAFIA DO ESTADO DA ARTE..... 172

EIXO 1 172

TESES E DISSERTAÇÕES 172

ARTIGOS 174

EIXO 2 175

TESES E DISSERTAÇÕES 175

ARTIGOS 176

EIXO 3 177

TESES E DISSERTAÇÕES 177

ARTIGOS 178

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas educacionais com a adoção da perspectiva de gênero vêm sendo massivamente combatidas por setores conservadores da sociedade brasileira. Estas políticas educacionais contam com uma genealogia que pode ser descrita a partir dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996), que introduzem como temas transversais a educação sexual e questões de gênero, até os documentos curriculares federais, estaduais e municipais dos Governos Lula e Dilma e, principalmente, dos Planos Nacionais de Direitos Humanos e pareceres do Conselho Nacional de Educação. Este movimento é descrito por Cláudia Vianna (2018), que faz uma cronologia de várias ações públicas importantes e que permitiram a entrada das questões de gênero e diversidade sexual nas políticas educacionais, gerando uma reação bastante incisiva por parte de setores conservadores, pois, como descreveu Souza (2013), havia uma crescente investida por parte de representantes das frentes religiosas cristãs, articulando mecanismos para a inviabilização dessas políticas.

O ponto de partida dessa disputa educacional foi a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014. Desde 2010, a sua versão original foi alvo de uma forte mobilização política contra a entrada das menções relacionadas a gênero e orientação sexual. Partindo desde o Congresso Nacional até aprovação dos planos educacionais a ser votados nos legislativos estaduais e municipais nos anos subsequentes (REIS; EGGERT, 2017; GOMEZ, 2017; AMORIM; SALEJ, 2016; AMARO, 2016; TOLLOMEOTTI; CARVALHO, 2016). Naquele momento, conseqüentemente, o termo polêmico, “ideologia de gênero”, ganhava o debate público.

O projeto do PNE em tramitação na Câmara dos Deputados desembocou em uma ação política de desrespeito a encaminhamentos centrais ligados aos avanços relacionados a diversas pautas envolvendo os direitos sociais correspondentes às lutas por equidade social. Nesse contexto, acordos internacionais firmados pelo Brasil foram desrespeitados sistematicamente (REIS; EGGERT 2017), como os tratados internacionais sobre direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Esses tratados compuseram a legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1988, sendo fundamentais para o desenvolvimento de diversas políticas de superação das violências e desigualdades sociais. São políticas de promoção da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual no Brasil. Podemos mencionar: a criação da Lei Maria da Penha, dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBTQIA+. Todas, resultantes de várias conferências sociais específicas,

em etapas municipais, estaduais e nacionais. E, certamente, inspiradoras das metas dos novos planos educacionais em disputa.

A difusão de argumentos moralistas contra essas conquistas democráticas foi ganhando a cena pública, ressaltando-se a participação ativa de grupos religiosos na difusão dessas ideias. A maioria desses grupos foi de representantes católicos e evangélicos que, por sua vez, mostraram-se protagonistas na articulação política e midiática da disseminação dessa polêmica sobre as questões de gênero e sexualidade. Esses grupos se mobilizaram em diversos veículos públicos, como em seus canais de televisão, rádio, e, também, na *internet* (SILVA; CESAR, 2017; ROSADO-NUNES 2015; RIBEIRO; PÁTARO; MEZZONO, 2016).

Em um resgate histórico mais geral, a divulgação do termo “ideologia de gênero” e suas controvérsias, teria sido articulada internacionalmente com base em documentos oficiais da Igreja Católica, os quais foram elaborados em resposta ao avanço dos direitos reprodutivos e sexuais em diversos países europeus. Assim, um movimento “anti-gênero” foi se fortalecendo durante o século XX (JUNQUEIRA 2017; ROSADO-NUNES, 2015).

Esses documentos tinham como proposta a defesa de valores morais da “família”, “em nome do direito a uma “escola não ideológica” ou a uma “escola sem gênero” (JUNQUEIRA, 2017, p. 44).

Dessa forma, na medida que essas ideias se expandiam no Brasil, a política educacional formulada nos governos democráticos anteriores, foi sendo interpretada por alguns setores mais conservadores como um mecanismo de desvirtuação de valores morais específicos.

Alguns pesquisadores apontam para o ressurgimento de um “conservadorismo teatralizado” no Brasil (AMORIM; SALEJ, 2016), especialmente ao observar o fortalecimento da notoriedade midiática de uma ala política voltada à moral e aos “bons” costumes, como ocorre nas frentes religiosas. A atuação desses grupos teria sido fundamental para a inviabilização de pautas centrais relacionadas às reivindicações históricas dos movimentos sociais, como os direitos reprodutivos e sexuais e, conseqüentemente, passaram a intervir nos planos curriculares educacionais.

Nesse movimento, uma estratégia discursiva foi e vem sendo mobilizada em defesa de um olhar acríptico e apolítico tanto para o currículo educacional quanto para o processo pedagógico. É enfatizado um ideal de “neutralidade” como sendo correspondente ao conhecimento científico. Paradoxalmente, é defendida uma noção de “verdade científica” como sinônimo de um ideal de “verdade natural” e “criacionista” e, ao mesmo tempo, apoiando-se em um argumento científico em torno de uma pauta moralista e de costumes apoiada no “senso

comum”. Tudo isso fundado em uma justificativa de defesa dos valores morais da “família cristã” e da “família biológica”, como descreve Oliveira (2017).

Durante essa investida conservadora, ganhou visibilidade o Movimento Escola Sem Partido, o MESP, que já existia desde 2004. Segundo Amorim e Salej (2016), seus idealizadores argumentavam que certas convicções ideológicas dos professores estariam comprometendo a educação ensinada por parte dos familiares dos estudantes. Nesse momento, apareceram as propostas de leis inspiradas no “Programa Escola Sem Partido”, ESP, tendo como objetivo principal a alteração da Lei de Diretrizes e Base da educação, LDBE. Seu slogan, “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, no anteprojeto do ESP, explicitava um posicionamento contrário à entrada ao debate de gênero na educação, baseando-se na justificativa de alcançar um ensino escolar respeitador das convicções familiares dos estudantes, sobretudo, aqueles envolvendo a educação moral, sexual e religiosa¹. Como concluiu Oliveira (2017), essa aparente defesa da educação como um bem restrito à família está, problematicamente, atrelada à defesa de uma noção única e homogênea de família, contrariando a diversidade social brasileira.

Além disso, deixou-se de fora uma compreensão do espaço público como um lugar de compartilhamento da sua diversidade social e cultural, pois a educação é de fato um bem público, um bem responsável para a preparação das pessoas ao convívio com a diversidade humana presente no espaço público (SEFFNER; PICCHETTI, 2016). Portanto, discorrer das questões de gênero e sexualidade na sala de aula vai além do reconhecimento de um espaço constantemente “generificado” e sexualizado. É conectar “com a educação em direitos humanos e com o aprendizado das normas que devem reger a vida no espaço público” (SEFFNER; PICCHETTI, 2016, p.70).

Assim sendo, percebe-se que esse discurso de neutralidade na promoção educacional expõe claramente uma falácia ao tentar a negação da política no espaço educacional. A Escola Sem Partido pressupõe um partido, onde os supostos “apartidários” defensores da “moral e dos bons costumes”, partem para a defesa das suas próprias convicções políticas e socioculturais em detrimento da diversidade presente na sociedade e na escola.

Nesse momento histórico, considerando essa série de conquistas sociais mediante a luta democrática dos movimentos sociais, é possível pensar no reconhecimento da consciência dos diversos sujeitos no que diz respeito aos seus direitos no espaço público. Há, conseqüentemente,

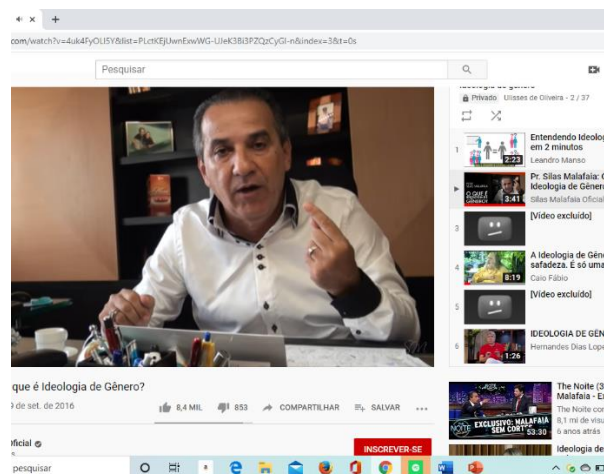
1 <https://www.programaescolasesempartido.org/pl-federal>. Acessado em: 29 de dezembro de 2019.

uma intensificação do questionamento das estruturas hegemônicas formadoras dos discursos de poder, cuja história mostrou funcionarem no sentido de mascarar a diversidade social e cultural brasileira, tal como, a luta pela superação das desigualdades de gêneros e sexualidades.

A partir de alguns dados levantados na *internet*, especialmente nas mídias sociais do MESP, evidenciam-se algumas “crenças” compartilhadas a respeito de gênero, sexualidade, família e educação. Desse modo, considera-se que o advento da mobilização anti-gênero foi um elemento fundamental na disputa sobre os sentidos da educação dos últimos anos. O MESP, com seus argumentos moralizantes contribui para a tentativa de legitimação de forças conservadoras ressurgentes na política brasileira.

Na figura 1, demonstra-se a percepção de alguns representantes religiosos envolvidos nessa disputa, como o Pastor Silas Malafaia, com sua visão dos estudos de gênero, vistos como “ideologia de gênero”,

Figura 1 – Pastor Silas Malafaia: o que é ideologia de gênero?



Fonte: *Print* do autor

[...] a sexualidade nas diferentes espécies, inclusive na humana, isso aqui é ciência! Ela tem três funções principais: dualismos (contrários), complementariedade e fecundação. Eu tô falando de ciência! A criança quando nasce tem uma pré-disposição de herdar características psicológicas do sexo em que veio - isso é ciência! Macho e fêmea, ordem cromossômica de macho e de fêmea, anatomia do sexo masculino e feminino! Como é que não tem sexo? Como é que ninguém tem sexo? [...]. (OFICIAL, S. M., 2016) ².

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>. Acesso 16 de abril de 2020.

Em uma reportagem em portal de notícias evangélico, os estudos de gênero são reduzidos a uma ideologia que pode ser colocada como produtora de um descontrole em relação a uma ordem social e biológica da identidade humana.

Figura 2 – O que é ideologia de gênero para o mundo cristão?



Fonte: Portal *Gospel Prime*³

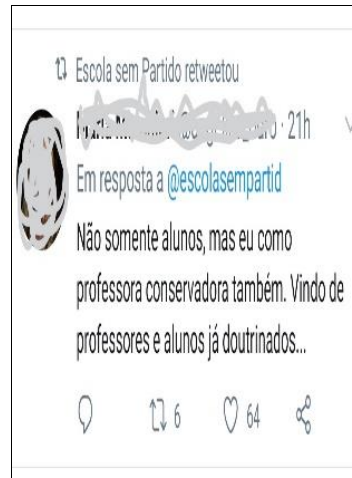
Trecho da reportagem:

A ideologia de gênero propõe que o ser humano tenha a liberdade de criar identidades de gênero e de escolher qualquer uma delas, desde que se sinta à vontade com essa escolha. Lembrando que, dentro desse “universo de ideias” muitas ciências foram desprezadas como biológicas, genéticas, sociológicas e até mesmo históricas (BELONI, 2018).

Na figura 3 e 4, seguidores do MESP difundem a ideia de que as escolas brasileiras são dominadas por professores militantes de esquerdas hostis a posições políticas conservadoras e de direita.

³ <https://www.gospelprime.com.br/o-que-e-ideologia-de-genero/>. Acesso 16 de abril de 2022.

Figura 3 – Relato da professora conservadora “doutrinada”



Fonte: *Print* do autor

Vale destacar, que na figura 4, os discursos direcionados aos apoiadores do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, refletem o contexto da crise institucional do seu governo perante a pandemia. Uma discussão que intersecciona o debate desse trabalho, embora não seja o foco, mas o contexto etnográfico dessa pesquisa.

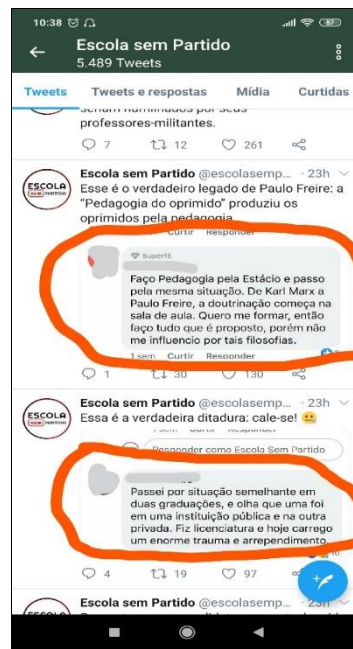
Figura 4 – Pandemia e alunos bolsonaristas



Fonte: *Print* do autor

Acredita-se que exista uma hegemonia teórica do filósofo Karl Marx e de Paulo Freire, seja nas universidades, nas escolas, e especialmente nos livros didáticos. É uma percepção de mundo já evidenciada no debate acadêmica levantado e que já situa alguns dos principais argumentos para a desqualificação do papel político da educação escolar.

Figura 5 – De Karl Marx a Paulo Freire



Fonte: *Print* do autor

Diante disso, na figura 6, ressalta-se o argumento de desqualificação da perspectiva crítica na educação, tendo em vista uma percepção compartilhada a respeito das universidades brasileiras, de prevalectimento do pensamento marxista impedindo a manifestação de outras correntes teóricas. E esse ponto, supostamente, o da “doutrinação marxista” seria o um dos pontos ser resolvido pela proposta do MESP de “neutralidade” da educação escolar.

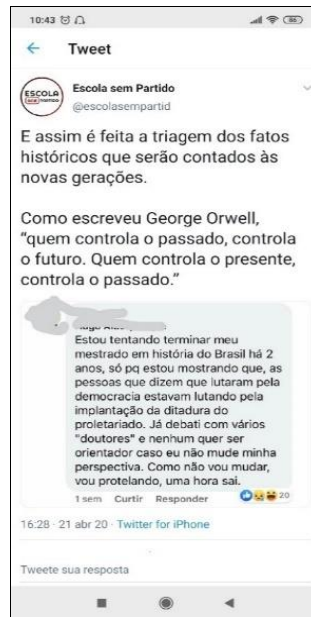
Figura 6 – Contra a “doutrinação marxista”



Fonte: *Print* do autor

Algumas experiências compartilhadas na comunidade do MESP, apresentam-se como uma percepção de experiências frustradas de pessoas no espaço acadêmico, sendo considerado um espaço hostil para propostas de pesquisa que tentassem combater as teses marxistas. Ou possivelmente, que sejam alinhadas a uma posição de direita. Como demonstram os relatos nas figuras 8 e 9.

Figura 7 – Educação superior no Brasil de esquerda e marxista I



Fonte: *Print* do autor

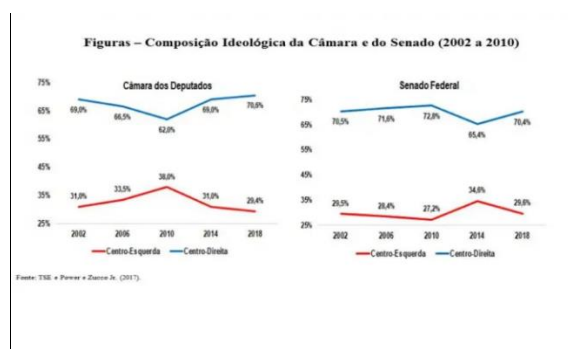
Figura 8 – Educação superior no Brasil de esquerda e marxista II



Fonte: *Print* do autor

Diante desses dados coletados, alguns pontos devem ser lembrados em relação às transformações do quadro político e social brasileiro nos últimos tempos, como já ressaltado no debate a respeito da disputa educacional. Como mencionado anteriormente, existe um cenário caracterizado por uma reação autoritária a respeito da gestão e políticas inauguradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos governos Lula e Dilma, como uma reação a pautas que ganharam o espaço institucional pelos movimentos sociais e partidos de esquerda brasileiros, embora a predominância de partidos de direita no congresso brasileiro sempre fosse a realidade, como mostra o gráfico na figura 9.

Figura 9 – Composição Ideológica da Câmara e do Senado



Fonte: Jornal Estadão⁴

Outro aspecto importante, é que, no Brasil, mais de 50 % dos brasileiros se identificam como conservadores, segundo a Fundação Tide Setubal⁵. Nesse sentido, o cenário de crescente reação conservadora tem apresentado um forte retrocesso de muitas conquistas sociais.

Em algumas pesquisas, a realidade social tem sido marcada por um quadro problemático em relação, por exemplo, à violência de gênero, principal pauta de oposição da direita conservadora e do MESP. No mapa da violência de 2015⁶, houve um registro percentual muito significativo de violência contra mulheres ao longo de mais de uma década, colocando o Brasil no 5º lugar do *ranking* mundial das taxas de homicídio contra mulheres, sendo 4,8/ 100 mil habitantes, 2,4 vezes maior que a média mundial. No caso da violência LGBTQIA+, um

4 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/e-o-congresso-nacional-mudou-de-fato/>. Acesso de 20 de abril de 2020.

5 Disponível em: <<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso de 20 de abril de 2020.

6 WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil 2,4 vezes maior que a média mundial. WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso de 20 de abril de 2020.

relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) identificou que a cada 25 horas uma pessoa LGBTIQA+ foi assassinada no Brasil, sendo registrado um total de 900 travestis e transexuais entre 2008 e 2016. Mais uma vez, o Brasil liderando o *ranking* mundial de violência dessa população⁷.

Embora o debate tenha evidenciado que setores políticos cristãos foram protagonistas de ações reacionárias às pautas progressistas relacionadas às reformas educacionais em virtude de pautas voltadas a discussão da diversidade sexual e de gênero, uma pesquisa realizada em 2017 pelo Ibope trouxe um resultado inesperado. Foi possível identificar uma maioria cristã se posicionando a favor de temas relacionadas a essas pautas nas escolas⁸. Primeiramente, a pesquisa mostrou que uma média de 84% da população concorda em discutir questões relacionadas a leis envolvendo a violência contra mulher, métodos contraceptivos, o direito de cada pessoa viver sua sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e igualdade entre homens e mulheres. Entre católicos e evangélicos, cerca de 70% compuseram o grupo a favor desta inclusão no currículo escolar.

Esses números observados demonstraram que a percepção reacionária como majoritária nesse contexto de disputa educacional parece não ser coerente com a realidade social e política brasileira.

Diante disso, fica-se com uma dúvida: como ainda subsiste a manutenção de uma hegemonia de direita conservadora no parlamento? Assim sendo, trata-se de compor uma estratégia de identificação de discursos de poder e de mapeamento de grupos sociais e sujeitos dessa disputa.

Observou-se também uma retórica científica sob um pano de fundo religioso, defendendo uma percepção de neutralidade na produção do conhecimento, em detrimento da possibilidade desse conhecimento promover mudanças sociais importantes.

Inicialmente, é perceptível uma disputa marcada por uma relação dicotômica entre ciência/ideologia ou verdadeiro/falso. Nesse sentido, Foucault (1979) propõe pensar uma ideia de verdade como resultado de jogos de inclusão/exclusão, como um feixe de forças e efeitos de poder nas relações em disputa. Por isso, o pensamento foucaultiano nos leva a olhar para o *status* de verdade da “Ciência” e do seu papel econômico e político no mundo ocidental. Ou seja, do ponto de vista do filósofo, nas disputas intelectuais, é plausível pensar os eixos da

7 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-25h-uma-pessoa-lgbt-assassinada-no-pais-revela-pesquisa-21350643>. Acesso de 20 de abril de 2020.

8 Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas/> Acesso de 20 de abril de 2020.

relação dicotômica “ciência/ideologia” contidos na luta relacionada com “verdade/poder/sujeito”.

Aqui, se trata dessa articulação questionável do discurso religioso, que busca defender uma idealização de uma “verdade natural” baseada em um parâmetro científico de cunho “biologizante” e tecnicista.

Até aqui, não há nada de novo sob o sol: Haraway (1995) criticava a perspectiva de neutralidade do saber científico. Como bem desenvolveu a filósofa, o estatuto da neutralidade é uma medida de ocultação do próprio lugar histórico da ciência e do seu *status* colonialista, “branco” e machista. Haraway argumenta sobre o papel da natureza para suas instancias socioculturais.

A natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista. De modo análogo, o sexo é apenas a matéria do ato de gênero; a lógica da produção parece inescapável nas tradições dos binarismos ocidentais. (HARAWAY, 1995, p. 36).

O pensamento crítico, ao desnaturalizar essa “verdade natural” e “biologizante” na relação entre a cultura e a natureza, colaborou para os estudos de gênero. Portanto, conseqüentemente, fortalecendo as “crenças” compartilhadas nessa disputa a respeito da temática.

1.1 HIPÓTESES E OBJETIVOS

O amadurecimento desse trabalho foi acontecendo na aproximação com o debate relacionado ao avanço do MESP. Especialmente, diante do processo de institucionalização do “Programa Escola Sem Partido” cuja pauta central defendia um suposto modelo educacional “apolítico”, baseado em uma formação técnica para o mercado. Ou seja, pressupondo um modelo “neotecnicista” de ensino e uma visão que negligenciaria os processos históricos formadores da estrutura social.

Por isso, é importante lembrar que esse projeto de pesquisa foi sendo cada vez mais formatado pela necessidade de lidar com os aspectos contraditórios desse conservadorismo, para além de uma avaliação da campanha nacional. Inicialmente, houve uma preocupação com as estratégias discursivas de desqualificação científica de determinado campo intelectual,

especialmente, das correntes teóricas fundamentais para a validação da categoria gênero na qualidade de instrumento de análise social, cultural e política na produção científica mundial.

Desse modo, algumas premissas iniciais eram baseadas na existência de uma paradoxal convergência de uma “verdade científica” com a “verdade cristã”, no intuito de definir um ideal absoluto de verdade, de humanidade e de “ciência”. E, seguramente, uma enfática defesa de uma noção de neutralidade do conhecimento em torno de um determinado parâmetro científico entrelaçado a um determinado parâmetro religioso, tomando pautas morais e de costumes como um suposto mecanismo “neutro” no currículo escolar.

Com tudo isso, ao buscar compreender a articulação dessa verdade e do efeito produzido por ela, pergunta-se: como o conservadorismo baseado em uma retórica científica e “neotecnista” misturado com elementos religiosos e morais impactaria um processo longo e histórico de democratização da educação escolar no Brasil? Essa é uma constante do pensamento conservador ou trata-se de uma singularidade do momento atual?

Uma primeira constatação desse impacto foi o fato, e que levou à construção metodológica dessa pesquisa, de que o fortalecimento do conservadorismo e de movimentos reacionários fazem parte de avanço da interação das comunidades digitais. A ação da rede conservadora nessas comunidades *online* tem colaborado na difusão de equívocos e distorções a respeito dos fatos históricos e sociais, contribuindo para disseminação de notícias falsas a respeito da realidade educacional.

O MESP, portanto, tornou-se uma forte expressão das questões centrais apontadas nesse projeto, tendo o movimento “anti-gênero” como ponto de partida. O MESP e seu modelo de educação escolar são “pano de fundo” para uma investigação a respeito das redes formadoras dos discursos de poder, disputando o controle de muitos encaminhamentos importantes relacionados à tentativa de reconstrução social envolvendo mudanças estruturais da sociedade brasileira. Essas redes são intensamente visíveis no espaço da inovação tecnológica informacional, local de suma importância para a expansão do MESP e de sua rede de difusão no debate público.

A preocupação com o MESP surge, assim, de um anseio de procurar compreender seu alcance midiático, de fato, e os elementos utilizados para conquistar a adesão da opinião pública. Mas cabe perguntar-se: qual é, atualmente, de fato a sua relevância no espaço institucional e midiático? Há uma presunção de que o MESP se mostrou como um importante articulador para a construção de estratégias de afirmação de poder de interesses escusos do conservadorismo ressurgente.

A busca de explicações possíveis está relacionada a uma demanda urgente de compreensão desse fenômeno conservador que gerou e tem gerado impacto nas políticas públicas e na promoção de justiça social. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica para levantar os contornos do MESP. Logo em seguida, discutiu-se a respeito da ideologia conservadora e seus desdobramentos contemporâneos. Por fim, pesquisou-se os discursos fomentadores das estratégias conservadoras do MESP no ciberespaço.

No capítulo 1 (seção 2), busca-se desenhar os contornos do MESP. Pode-se dizer que esse capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, apresenta-se a sistematização do levantamento bibliográfico e, na segunda, o aprofundamento do material descrito. A consulta bibliográfica ocorreu nas plataformas Scielo, Redalyc e Sibiusp, para artigos científicos e na base de dados da Capes, para teses e dissertações, sendo feita utilizando as palavras-chave “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, separadamente.

A primeira parte apresenta a sistematização do material bibliográfico levantado, a quantificação e classificação dos resultados obtidos por data e assunto. E por fim, a descrição das principais discussões organizadas.

Na segunda parte, o capítulo apresenta uma revisão mais qualitativa dessa bibliografia, situando o debate acadêmico sobre o MESP, partindo dos principais pontos relacionados à proposta da pesquisa, levando em consideração os objetivos e pergunta-problema. Primeiro, revisam-se os aspectos exteriores ao MESP, para além da disputa educacional, reunindo um conjunto de textos que situam o MESP no atual cenário político brasileiro. Logo, observam-se abordagens relacionadas às redes de difusão do MESP, ressaltando atores e “intelectuais orgânicos” e suas formas de comunicação no cenário digital. Na última seção desse capítulo, retomam-se as discussões relacionadas à institucionalização do MESP e seus projetos de lei. Nesse caso, explora-se a disputa educacional decorrente das mudanças de diretrizes curriculares que o Brasil viveu nessa última década, tendo o PNE 2014 e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no centro dessa disputa. Um momento que marcou a investida contra a liberdade profissional docente e as disputas pelos sentidos da educação na democracia brasileira.

No capítulo 2 (seção 3), discute-se o conservadorismo, sua gênese e seus desdobramentos no mundo contemporâneo, especialmente no Brasil. São discutidos alguns elementos conceituais presentes no pensamento conservador da modernidade. Como referencial teórico, utiliza-se o livro do sociólogo estadunidense Robert Nisbet, *O conservadorismo*, de 1986. O texto se sustenta por meio da ideia de uma “anatomia do conservadorismo”, pois não se trata de uma linha histórica do conservadorismo, mas de uma ilustração das características

importantes do funcionamento dessa corrente ideológica que faz oposição aos progressismos na história da modernidade ocidental.

Logo mais, desenvolve-se uma revisão do debate em relação à conjuntura política atual, explorando a dinâmica do conservadorismo no Brasil e no mundo, com a ascensão da direita e extrema direita. Com maior atenção ao Brasil, discute-se a ascensão da ala cristã conservadora no espaço institucional, a polarização política desde as jornadas de junho de 2013 e o surgimento da “nova direita”, o golpe de 2016, e, por fim, a emergência do bolsonarismo. Também, busca-se discutir alguns elementos do conservadorismo envolvendo o campo educacional e campo científico, atingindo o cenário dos direitos sociais. Por fim, no sentido de explorar as investidas conservadoras no espaço digital, há a revisão de algumas noções básicas a respeito da “ciberpolítica” e o efeito potencializador dessas mídias na polarização política dos últimos anos e na ascensão desse conservadorismo, em um direcionamento envolvendo a dinâmica de funcionamento do “populismo digital” (CESARINO, 2020).

No capítulo 3 (seção 4), trata-se do desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica no ciberespaço, conectando a discussão entre MESP, conservadorismo e cibercultura. O capítulo introduz a cibercultura como campo de estudo nas ciências sociais, apresentando os desafios teórico-metodológico marcantes para pesquisa socioantropológica digital. Busca-se apontar os impactos que a comunicação digital tem promovido nas relações sociais, dando um enfoque na potencialização da difusão de informação através da chamada Web 2.0.

Diante disso, existe uma atenção no que concerne à materialidade presente na construção de laços sociais por mediação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), partindo de uma linha de raciocínio trabalhada pelo antropólogo britânico Daniel Miller (2015). Ao mesmo tempo, traça-se uma conexão com o argumento do sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2011) quanto à importância do enfoque dos aspectos técnicos presentes nos “usos sociais das mídias digitais”, com uma tarefa interdisciplinar de observação do dinamismo dos fenômenos sociais no universo da comunicação mediada por essas mídias. Como ressalta o autor:

Reconhecer as continuidades entre o passado e o presente também auxilia a evidenciar as verdadeiras rupturas, as quais, mesmo sendo novidades podem ser mais bem analisadas em contraste com o que se dava antes do acesso às mídias digitais. (MISKOLCI, 2011, p.18).

Logo em seguida, desenvolve-se a descrição do processo de desenvolvimento da pesquisa, refletindo aspectos teórico- metodológico para a interpretação dos dados coletados. A investigação ocorreu entre abril de 2020 até 22 de agosto de 2020, sendo coletadas as

interações no perfil do *Twitter* do MESP. O material coletado foi organizado a partir de eventos que estão relacionados ao cenário político circunscrito na interação da comunidade do MESP, como: a crise ministerial do governo federal; inquérito das *fake News*; inconstitucionalidade do projeto Escola Livre.

2 OS CONTORNOS DO MESP

Neste capítulo, desenvolveu-se o Estado da Arte envolvendo as disputas educacionais dos últimos anos, tendo como centro da discussão o Movimento Escola Sem Partido – o MESP. O capítulo foi dividido em duas partes. A primeira parte, de caráter mais quantitativo da revisão de literatura, situou nosso objeto de estudo, o MESP, no debate acadêmico, apresentando a sistematização do material bibliográfico levantado e a quantificação e classificação dos resultados obtidos nessa primeira fase da pesquisa.

Na segunda parte, discutiu-se esse levantamento bibliográfico com um aprofundamento relacionado a aspectos exteriores ao MESP, situando-o no atual cenário político brasileiro, apontando eventos, atores e discursos responsáveis pela difusão do movimento. E, por fim, relacionou-se esse debate com o da disputa educacional, dando mais atenção à expansão dos projetos de lei do MESP e a seus impactos no desenvolvimento da educação escolar nos últimos anos, buscando compreender as concepções e sentidos do movimento nessa disputa educacional.

2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA

O levantamento bibliográfico nessa primeira fase da pesquisa ilustrou as disputas educacionais da última década, marcadas pelas investidas anti-gênero e a ascensão do MESP. Seu contexto foi o do processo de aprovação dos recentes documentos curriculares educacionais, o PNE 2014 e da BNCC, exemplificando aspectos do conservadorismo que foi dominando a política brasileira.

Para o desenvolvimento do estado da arte, recorreu-se à consulta dos bancos de dados da CAPES e da *Scielo*. Para isso, utilizou-se as palavras-chave “escola sem partido” e “ideologia de gênero”, sendo que, na Capes, foram consultadas teses e dissertações e, na *Scielo*, artigos científicos. Complementou-se o quadro de artigos nos bancos de dados das plataformas bibliográficas Redalyc e *Sibiusp*, concentrando-se apenas na palavra-chave “escola sem partido”.

Organizou-se um quadro geral com três eixos relacionados ao movimento, neste primeiro momento do processo de exploração da produção acadêmica. As teses e dissertações levantadas serviram de base para organizar os diversos assuntos filtrados do material bibliográfica em cada eixo, sendo: eixo 1, o MESP e o debate de gênero e sexualidade na

educação; eixo 2, o MESP e sua rede política e ideológica; e o eixo 3, o MESP seu impacto regional e movimentos de resistência.

Vale ressaltar, que, no desenvolvimento desse capítulo, a organização dos assuntos e a distribuição da bibliografia nas seções foi inspirada no livro *Escola “sem” partido: uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade* - Frigotto (2017), livro que serviu para direcionar os debates a respeito do MESP, permitindo uma ideia para o delineamento dos tópicos desse capítulo, especialmente na segunda parte, de caráter mais qualitativo.

No primeiro eixo, ao demonstrar a correlação entre movimento anti-gênero e o MESP, desenhou-se o debate a respeito das narrativas deslegitimadoras dos estudos de gênero, contextualizando o cenário de disseminação do polêmico termo “ideologia de gênero” e do fortalecimento de grupos religiosos fundamentalistas na esfera pública brasileira, atuando contra diversos projetos considerados como avanços democráticos e de direitos sociais.

Já no segundo eixo, concentram-se trabalhos que ilustram os atravessamentos políticos e ideológicos do MESP. Alguns desses trabalhos têm apontado o cruzamento entre setores ultraconservadores e ultraliberais ocupando as pastas políticas educacionais. Assim sendo, evidenciando a influência da correlação de conglomerados empresariais e setores conservadores apoiando a construção do MESP.

No terceiro eixo, estão trabalhos que analisam o impacto do MESP no cotidiano escolar, que apontam a realidade de algumas localidades e, também, relatos de ações de resistência contra o MESP.

A consulta nessas plataformas aconteceu até 31 de agosto de 2019. Foram coletadas 36 pesquisas de mestrado e cinco de doutorado no banco de dados da CAPES, totalizando 41 teses e dissertações. A maior parte dessas pesquisas foi defendida em universidades da região sudeste brasileira, a maior parte em universidades do estado do Rio de Janeiro (9 no total). Na sequência, representando a região sul, aparece o Paraná, com 7 produções defendidas. E, por fim, São Paulo na terceira posição, com 5 produções. Mato Grosso do Sul e Sergipe ficaram na quarta posição com 3 produções defendidas.

Os artigos levantados foram 50 de 45 periódicos acadêmicos, tendo como filtro as publicações a partir de 2014, ano de aprovação da PNE 2014 e do surgimento do Programa Escola Sem Partido. Todavia, nessa consulta, encontrou-se apenas produções publicadas nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Vale acrescentar, não foi feita restrição de área de conhecimento nesse levantamento, tanto para as teses e dissertações quanto para aos artigos.

2.1.1 O Escola Sem Partido em meio ao debate de gênero e sexualidade

Nesse período, os trabalhos descreveram o contexto dos impasses da investida anti-gênero nos processos de aprovação dos planos educacionais. Para a organização desse eixo, contou-se com 19 dissertações de mestrado, 3 teses de doutorado e 13 artigos científicos. Na organização dos assuntos, ordenou-se trabalhos que exploraram o momento de efervescência marcante no auge das disputas educacionais iniciado na última década, impulsionadas por ações contra a entrada da perspectiva de gênero nas últimas diretrizes curriculares, envolvendo a aprovação do PNE 2014, Lei nº13.005, em junho de 2014.

Os trabalhos levantados acompanharam o processo de aprovação dos novos documentos curriculares – de modo geral pelo debate público em diversas mídias e documentos públicos. A presença dos religiosos nesse debate foi um dos pontos destacados nessa seção. As análises desenvolvidas ajudaram na contextualização dos discursos e dos atores envolvidos nessas disputas das quais o MESP faz parte.

O contexto da aprovação dos planos educacionais foi marcado pela presença de grupos fundamentalistas e partidos políticos opositores nas deliberações relacionados ao debate de gênero e sexualidade aprovadas no Conselho Nacional de Educação (CONAE 2010). Esses trabalhos evidenciaram que a movimentação “anti-gênero” aconteceu por uma articulação incisiva de grupos fundamentalistas católicos e evangélicos, impedindo a entrada da reflexão sobre gênero e orientação sexual nesses novos documentos curriculares nacionais (CAVALCANTE, 2017; COELHO, 2017; ROCHA 2018).

A Igreja foi evidenciada como uma importante articuladora das investidas anti-gênero, pois identificou-se a participação da Igreja Católica no desencadeamento do *slogan* “ideologia de gênero”, sendo uma percussora na “cruzada moral” contra o avanço de pautas feministas (DE PAIVA, 2018; MORENO 2016; SOUZA, 2018; ALMEIDA, 2017). São concepções de direitos em disputa, entre a agenda feminista e dos grupos de posição antifeminista, evidenciando os discursos formadores da narrativa anti-gênero (MORENO, 2016).

Outro aspecto discutido é o da retomada do histórico da educação sexual no Brasil, observando-se a influência religiosa no espaço escolar (MONTEIRO, 2018), pois a moral religiosa é um componente central na história da instituição pública brasileira. Com isso, há elementos para pensar a respeito das dificuldades da construção da escola laica no Brasil, pois há aspectos religiosos fomentadores da “retórica conservadora” nos documentos educacionais (MENDOÇA, 2017). Diante disso, identificou-se que os projetos de lei vinculados ao MESP

são permeados por uma concepção de “cidadania patriarcal” com ideais religiosos sexistas, buscando alcançar a imposição de um silenciamento em torno dessas questões. (PEREIRA, 2017).

Alguns trabalhos observaram “estratégias biopolíticas de poder” nessa disputa educacional (SANTOS, 2018). São estratégias de silenciamento perpassando dispositivos políticos de poder sobre certos corpos (FERREIRA, 2018). Essa resistência ao arcabouço teórico de gênero é justificada por um “discurso bio-religioso” disputando a verdade na esfera institucional (SILVA, 2017), sendo uma convergência do discurso moral religioso cristão com a perspectiva biologizante. Esse discurso se expressou como um “pânico moral” em defesa de uma verdade absoluta a respeito das relações entre natureza e família (SOUZA JUNIOR, 2018; PEREIRA, 2018). E se deu com narrativas de deslegitimação dos estudos de gênero difundidos no cenário midiático (MAIA, 2017).

Em documentos analisados e comparados, o gênero aparece como “signo linguístico” em disputa marcada pela luta social. Sua retirada impositiva foi correspondente a uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais, anulando pautas progressistas (ANSPACH, 2016; ALEXANDRINO, 2018).

Pelo que tem sido debatido, o MESP surgiu como movimento de resistência ao avanço de direitos sociais nas políticas educacionais elaborado ao longo dos anos, com o objetivo de barrar a perspectiva feminista e de gênero na atualização curricular (CASTRO, 2016; GREBINSKY, 2018). Portanto, vale perguntar: como essas investidas anti-gênero foram articuladas pelo MESP, aliando-se aos setores conservadores da política nacional? (ROSENO, 2017).

2.1.2 O “Escola Sem Partido” e sua rede política e ideológica

Em 11 dissertações e uma tese selecionadas, buscou-se examinar os “atravessamentos ideológicos do MESP” em trabalhos que debateram a crise instaurada na democracia brasileira mediante a virada conservadora nas tomadas de decisão do Congresso Nacional (ROSA, 2017; GOMES, 2017). Assim, foi possível compreender quais os sentidos ideológicos do movimento, suas concepções a respeito da educação escolar, do direito, do saber científico (LIRA, 2018; MOLIN FILHO, 2017), concomitante a uma tentativa de construção de uma imagem perversa e aterrorizante para a figura do professor que seria cúmplice do fim da família. (MELO, 2017).

Por isso, foi necessário identificar as “investidas de poder” articuladas pelo MESP (KATZ, 2017).

Nos projetos de lei do MESP, foi possível identificar os jogos de poder reveladores do seu interesse em combater a doutrinação ideológica nas escolas mediante a imposição de outra ideologia, de oposição a correntes ideológicas da esquerda (RETTICH, 2018). Esta posição ideológica contrária aos partidos de esquerda brasileiros tentou justificar-se por conta de uma suposta entrada da política (geralmente vista como partidária) na educação. Alguns estudos defenderam que o MESP possui a influência de setores dominantes da política e economia brasileira, proveniente de uma ala impactada por projetos governamentais da política inclusiva do PT, o partido governista anterior. Também, foi possível perceber a aproximação do movimento com ideologias de cunho totalitário (TOMMASELLI, 2018).

As pesquisas apontaram a presença de uma “frente-liberal ultraconservadora”, composta por grupos e atores relacionados à base conservadora e reacionária do país e defensores do neoliberalismo econômico, como estratégia da manutenção da hegemonia em meio à “crise orgânica” do capitalismo mundial (COLOMBO, 2018). A influência do neoliberalismo econômico é um componente apontado para a luta política que passa pela deslegitimação do pensamento crítico no trato pedagógico, desarticulando o compromisso democrático da instituição pública educacional. Desse modo, o olhar para a organização do modo de produção e para a crise do sistema capitalista, gera um contexto que permite compreender as tentativas de transformação nas formas da educação (OLIVEIRA; 2018).

Foi significativa a quantidade de pesquisas desenvolvidas utilizando como objeto de estudo conteúdos eletrônicos retirados da *internet*, embora a maioria não tenha focado na compreensão da dinâmica política do movimento nesse espaço. Mas vale destacar, a importância da atenção aos avanços da tecnologia digital impactando na disputa política no espaço público, pois o cenário político de ascensão do MESP intersecciona com o fortalecimento do “ciberativismo de direita” mobilizando o país (DIAS, 2018). São peculiaridades relevantes para refletir as transformações nas disputas políticas e ideológicas na jovem democracia brasileira.

2.1.3 O MESP Sob disputa e resistência

A partir de 6 dissertações, 1 tese e 9 artigos foi possível mapear um debate em relação à recepção dos professores para com os discursos do MESP e as ações de resistência no cotidiano escolar, apresentando os desafios enfrentados nesse momento de bastante tensão para o trabalho docente, na medida em que o MESP criou uma atmosfera de denunciamento no “chão da escola”. (OLIVEIRA, 2017; MACEDO, I. 2018; MENEGAS, 2018; FASANO, 2016; OROFINO, 2018; SILVA, 2017; SEVILLA, 2018).

Nos trabalhos levantados, percebeu-se que as questões de gênero e sexualidade e as concepções dos professores sobre estes assuntos são marcadas por uma posição contraditória e dividida em relação a sua inclusão nas escolas. Embora muitos professores compreendam a importância das pautas feministas e reconheçam a inviabilidade da proibição da temática nas escolas e falta de clareza das propostas da ESP, ainda tendiam a relacionar a abordagem de gênero e sexualidade a uma perspectiva conservadora e “biologizante”, compartilhando das ideias de conteúdo conservador do programa (MACEDO, I. 2018; JUNQUEIRA, B. 2018; MENEGAS; 2018).

Outro aspecto importante, na contramão dessas percepções obtidas, são as ações de resistência que compõem a cena da disputa educacional nas escolas. De alguma forma, a partir da articulação direta dos professores contra o movimento (ALMEIDA; CALDAS, 2017), e, também, por ações que, indiretamente, tensionaram o avanço do MESP. Neste último caso, encontrou-se alguns trabalhos que relacionaram essas ações de resistência às ocupações estudantis dos secundaristas iniciadas entre 2015 e 2016, contra o fechamento das escolas e, outras ainda, contra as reformas nos serviços públicos e no sistema educacional do governo interino de Michel Temer, contra a reforma do ensino médio e a PEC do teto dos gastos, a PEC 55/2016.

Essa pressão estudantil impactou o cenário midiático e as ocupações dos secundaristas se, por um lado, ajudaram a reforçar os discursos de defesa dos projetos de leis relacionados ao MESP (MARAFON, 2017), por outro lado também devem ser vistas compondo um movimento de resistência (SEVILLA (2018).

Nesse confronto entre as ações de resistência e o movimento conservador na educação brasileira, dois intelectuais foram significativos na mobilização do MESP, Paulo Freire e Antônio Gramsci, considerados como os intelectuais responsáveis pela linguagem “doutrinária” dominante nas escolas brasileiras (FASANO, 2016).

2.2 A ASCENSÃO E DIFUSÃO DO MESP

O objetivo desse tópico foi apresentar a organização do MESP em relação às suas redes e afiliações políticas, pensando no processo histórico de sua ascensão. Portanto, trata-se de estudos que apresentam uma descrição geral de eventos e dos diversos setores da sociedade brasileira relacionados ao movimento em momentos marcantes no cenário político relacionados ao MESP, principalmente em três eventos marcantes para a sua ascensão e a expansão do programa escola sem partido na opinião pública e no Congresso Nacional (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

Dentre esses eventos estão: a mobilização anti-gênero, as jornadas de junho de 2013 e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ou golpe de 2016. Esses três eventos foram escolhidos por representar uma referência significativa no debate acadêmico sendo marcantes para entender diversas movimentações no cenário político nacional. Reconheceu-se que sua ascensão estaria relacionada com a reação conservadora acontecida a partir de importantes avanços democráticos no Brasil (LIMA, IANA GOMES DE; HYPOLITO, ÁLVARO MOREIRA; 2019; MIGUEL, 2016; MACEDO, 2018; DALTOÉ; FERREIRA, 2019).

Neste cenário de disputa educacional iniciado pela movimentação anti-gênero, há, em 2014, a aprovação do novo PNE. Naquele ano, houve a criação do Programa Escola Sem Partido e logo mais, são apresentados diversos projeto de lei de acordo ao programa que foram surgindo em todas as esferas da união (MIGUEL, 2016). Além disso, era ano de eleição para a presidência da República, numa disputa acirrada que levou à vitória da presidenta Dilma Rousseff e gerou uma contestação da oposição que não confiou nos resultados das urnas, levando para os anos seguintes uma movimentação de rejeição da candidata que, posteriormente, sofreu impeachment em 2016.

Segundo Colombo (2018), a grande virada do MESP aconteceu com as jornadas de junho, não deixando de lado as implicações de outros eventos e ações. Entre o início dessa segunda década deste milênio até 2016, este seria um marcador temporal importante para a ascensão do MESP. Esse período foi de fortalecimento do movimento. Outros autores apontam como fatores que explicam essa ascensão, as mobilizações das frentes cristãs contra o debate de gênero nas escolas, o acirramento da crise política e econômica, a perda de popularidade do governo Dilma, diversas greves e ocupações estudantis. Todos teriam sido elementos que

ajudaram a fortalecer argumentos do MESP contra a “doutrinação esquerdista” e contra a “ideologia de gênero”⁹.

[...] o *impeachment* teria sido o que faltava para o avanço do ESP a partir de 2016: “Todos esses elementos combinados foram os principais ingredientes para chegarmos à associação distorcida entre política e educação que se estabeleceu nos anteprojetos de lei (...)” (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017, p. 107).

Esses marcos destacados são apenas uma síntese do cenário político mais local a respeito da ascensão do MESP. No entanto, existem alguns aspectos mais profundos, direcionando o movimento para uma perspectiva mais global. Ou seja, para uma teia de relações em que se insere o “avanço conservador ou a correlação do movimento com a frente de direita transnacional e nacional” (COLOMBO, 2018, p. 137).

2.2.1 A movimentação anti-gênero

Entre os anos de 2011 e 2017, a narrativa de “doutrinação das escolas” ganhou muita força na cena pública, tendo em vista a disseminação de “pânicos morais” contra pautas de combate à discriminação sexual e de gênero, contra a implementação de materiais didáticos de conscientização, diretrizes curriculares, manifestações artísticas, e atos contra intelectuais relacionados a temática¹⁰ (BALIEIRO, 2018). A ação dos “empreendedores morais” estudados pelo autor, contra pautas de gênero e sexualidade, marcou discursos relacionados à defesa da família, reagindo contra a ampliação das questões de gênero e sexualidade como parte do conteúdo curricular. Uma mobilização contrária à suposta “ideologia de gênero”.

Esses pânicos morais ajudaram a fortalecer um cenário político em que setores ligados a alas conservadoras cristãs passaram a disputar espaços em espaços pouco visados por alas mais conservadoras, como a comissão de direitos humanos. Nesse momento, foi introduzido no

9 “[...]o movimento se caracteriza, desde sua fundação, pela propagação de denúncias contra professores de escolas e universidades públicas e por uma agenda legislativa que aprove leis de controle e criminalização do trabalho docente. De acordo com estes estudos, a partir de 2008, a conjuntura passou a favorecer a difusão desta estratégia” (COLOMBO, 2018, p. 136).

10 Baleiro (2018) identificou que o MESP marca seu auge entre 2010 e 2017, quando “empreendedores morais” repercutiram nas mídias sociais alguns equívocos a respeito de importantes avanços democráticos, corroborando para ações no âmbito institucional de manifestações políticas, intelectuais e artísticas a respeito da diversidade de gênero e sexual – desde anúncio de que o governo distribuía o “kit gay”, entre os novos documentos educacionais e a censura a exposição do Museu Queer. Também ocorreram ações de grupos religiosos contra a vinda da filósofa Judith Butler.

debate institucional a chamada “cura gay” e a implementação do Estatuto da Família, restrito ao formato heteronormativo (LIONÇO, 2017).

Essa movimentação teve suas origens na Igreja católica desde a conferência de Pequim, que incorporou a categoria gênero para pensar as políticas de equidade para mulheres naquele momento. A investida católica ganhou o cenário internacional e muita força na América Latina com importantes documentos episcopais que conferiam uma narrativa católica e antifeminista para todo o arcabouço científico relacionados aos estudos de gênero (SOUZA, 2018; MACHADO, 2018).

Segundo Souza (2018), a criação do slogan "ideologia de gênero" foi estratégica, como reafirmação do discurso católico contra a agenda feminista e LGBT, numa reafirmação dos valores morais cristãos fundantes da hegemonia do pensamento ocidental, cuja binaridade dos corpos e sexualidades e o padrão de família heteronormativo e patriarcal parecem ruir ao enfretamento das “epistemologias de gênero”. Esse slogan católico foi disseminado por nomes fora do clero, atuando como porta-vozes acadêmicos em diversas conferências mundiais¹¹, ajudando a disseminar a narrativa de afirmação dos valores morais cristãos, afirmados como lei natural.

As conferências da ONU dos anos 90 foram o potencializador dessa movimentação anti-gênero. A linguagem feminista de caráter mais construcionista para o papel social da mulher gerou incômodo à Igreja, que se articulou nos anos seguintes em resposta à aprovação de documentos aprovados nessas conferências com a flexão de gênero. De um lado, a interpretação das frentes católicas a respeito da temática era de oposição às pautas feministas pelos direitos reprodutivos, e do outro, contra os direitos sexuais¹².

Nesse movimento de investida católica após esses eventos, estrategicamente, foram sendo introduzidos, no debate público versões a respeito do gênero. Foram difundidas versões interpretadas por representantes acadêmicos ligados à Igreja, cujas percepções eram relacionadas a algumas concepções de ideologia debatidas ao longo dos séculos, desde o

¹¹ Souza (2018) analisa os discursos anti-gênero e anti-feminista pela perspectiva católica tomando como base a teóloga Margurite. O livro é traduzido no Brasil como: “O Gênero: uma norma política e cultural mundial”.

¹² A solução não satisfez aos/às representantes da Santa Sé e das ONGs cristãs que participavam das negociações e que tentavam desqualificar o movimento feminista, associando-o tanto com a “cultura da morte” quanto com a homossexualidade. A primeira associação em função da luta feminista pelo direito de livre escolha das mulheres em relação ao aborto e a segunda pela demanda dos direitos sexuais que foi incorporada na plataforma da ONU a partir da Conferência de População e Desenvolvimento foi realizada no Cairo, em 1994 (MACHADO, 2018, p. 3).

princípio da modernidade, quando a Igreja esteve no alvo do pensamento iluminista e dos pensadores materialistas, como o filósofo Karl Marx.

Houve a redução das “epistemologias de gênero” a uma ideologia marcada pela diminuição da complexidade do movimento feminista e sua adesão à corrente marxista. Uma referência foi o livro da escritora católica Dale O’Leary, lançado em 1997¹³. Muitos documentos episcopais¹⁴ contrários à temática se inspiraram nesse livro, ajudando a difundir a interpretação da Igreja a respeito dos estudos de gênero e feministas para outros continentes.

Na América Latina, uma referência foi a obra do escritor católico argentino Jorge Scala, publicado em 2010 e traduzido no Brasil no ano seguinte - “Ideologia de gênero: neototalitarismo e morte da família”. Esse livro tornou-se referência para as frentes católicas anti-gênero brasileiras, fortalecendo as ações do Movimento pró-vida, um movimento de oposição às pautas feministas voltadas aos direitos reprodutivos.

Diante disso, houve distorcida associação entre os estudos de gênero com a corrente do totalitarismo, com base no argumento de doutrinação marxista pelo gênero apropriando-se das mídias e da escola, distorcendo e desqualificando uma série de políticas e protocolos públicos gerados ao longo dos governos desde a redemocratização¹⁵.

Como constatado em muitos estudos, os grupos fundamentalistas católicos e evangélicos foram os grupos centrais impedindo a entrada da flexão de gênero e orientação sexual nos novos documentos curriculares nacionais (CAVALCANTE, 2017; COELHO, 2017; ROCHA 2018). Assim, esses grupos trouxeram um novo curso para essas diretrizes, implicando

13 The Gender Agenda: Redefining Equality - A agenda de gênero: redefinindo a igualdade (tradução do autor).

14 1998: “a Comissão Episcopal do Apostolado Laical e a Conferência Episcopal do Peru lançaram um documento intitulado La ideologia de género: sus peligros y alcances, associando a perspectiva de gênero ao marxismo, ao ateísmo e à “visão construcionista” que negaria a dimensão natural e instintiva de homens e mulheres.

2000: “o Concílio Pontifício para a Família redigiu o documento “Família, matrimônio e uniões de fato” identificando a difusão da “ideologia de gênero” como um dos fatores culturais que explicariam “a gradual desestruturação” “da instituição matrimonial” nas últimas décadas do século XX.” 2004: “a Congregação para a Doutrina da Fé, dirigida pelo então Cardeal J. Ratzinger, enviou uma Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e na Sociedade, refutando as colocações da Antropologia moderna acerca da construção social dos gêneros” (MACHADO, 2018, p.4).

15 Inspirado no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído no governo FHC, os governos Lula realizaram a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o lançamento do “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, em 2004; a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto, no ano de 2005; a realização de uma Audiência Pública sobre o Aborto, durante 2007; a realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, em 2008/9 o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), em dezembro de 2009/10 e o Plano Nacional de Educação (PNE), enviado para o Congresso brasileiro em 2010 (MACHADO, 2018).

na reformulação dos novos planos educacionais, excluindo referências às categorias como gênero e orientação sexual (ROSENO, 2017).

Embora já houvesse uma movimentação anti-gênero no espaço parlamentar em outros momentos¹⁶, sua notoriedade midiática ganhou força de fato no Brasil a partir da reação desses setores conservadores contra o PL 8035/2010 aprovado em 2012 que passou por reformulação e foi sancionado em 2014, retirando as referências ao gênero e à orientação sexual. É importante ressaltar que essas forças católicas e evangélicas protagonizaram essas investidas anti-gênero na esfera pública brasileira com enfoques diferentes. De um lado, católicos no embate contra os direitos reprodutivos e do outro, os evangélicos, contra os “direitos sexuais” (MACHADO, 2018, p. 8).

Naquele contexto, muitos projetos de lei foram elaborados no intuito de explorar a narrativa da doutrinação ideológica embasada por uma perspectiva anti-gênero por parlamentares da frente cristã¹⁷. Assim foi elaborado o Programa Escola Sem Partido¹⁸, partindo da influência dessa movimentação das frentes religiosas para o fortalecimento do MESP, cruzando os ideais de combate ao marxismo cultural junto à perspectiva moralista e de costumes (MIGUEL, 2016; FERREIRA; AGUIAR, 2018).

A perspectiva católica acionada por seus porta-vozes marcava uma junção do discurso cristão a partir de uma retórica científica de reafirmação do lugar biológico do sexo, desqualificando aspectos socioculturais das mulheres, reforçando posições de subalternidade em relação aos homens, reduzindo-as à esfera doméstica e ao papel da maternidade.

Um “pânico moral” estava instaurado na sociedade civil. A mobilização anti-gênero extrapolou o cenário educacional e ganhou a mídia. Campanhas nas mídias televisivas e digitais ajudaram esses discursos cristãos baseados em retóricas científicas biologizantes como forma de deslegitimação do aspecto sociocultural e político da diversidade sexual e de gênero.

[...] sob a lógica dedutiva de que os doutrinadores comunistas usam como estratégia de combate ao capitalismo a “ideologia de gênero” em sua “guerra cultural marxista”.

16 No ano de 2003 identificamos uma das primeiras iniciativas de parlamentares contra o emprego das terminologias gênero e orientação sexual nas políticas públicas do governo petista. O Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) propôs, na Comissão de Seguridade Social e Família, uma ementa ao Projeto de Lei n.º 007/2003, de autoria da parlamentar Iara Bernardi (PT/SP) (BRASIL, 2003), que dispunha sobre a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas. Nesta ementa, o legislador do PRONA sugere suprimir as expressões gênero e orientação sexual dos artigos 1º e 2º do referido projeto [...] (MACHADO, 2018, p.6).

17 Ver seção 1.3 para mais detalhes desses projetos.

18 Em 2014, por exemplo, o deputado estadual do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (católico e integrante do PSC), solicitou ao fundador do Escola Sem Partido, Miguel Nagib, que elaborasse um projeto de lei baseado nos princípios daquele movimento (MACHADO, 2018, p.11).

Nesta narrativa, tal “ideologia” visaria destruir o modelo de família nuclear, heterossexual e patriarcal para criar o caos moral que abriria portas para a difusão do marxismo e assim destruir o capitalismo para instaurar a ditadura comunista (nota-se que dentro desta lógica assumem o fato de que o modelo de família burguesa nuclear e patriarcal, sendo uma das bases de sustentação do próprio capitalismo). E de onde vem este termo que visa deturpar/modificar o sentido de “gênero” enquanto uma categoria que permite analisar as desigualdades históricas construídas sobre o feminino e masculino? (COLOMBO, 2018, p. 140).

Isso ajudou a reforçar no imaginário social um “discurso bio-religioso”, como estratégia de reforço do discurso de “patologização” de corpos não heteronormativos que atravessou a modernidade ocidental (CESAR; DUARTE, 2017; PEREIRA, 2018; SOUZA-JUNIOR, 2018; SILVA, 2017).

Entre as 10 concepções sobre gênero baseadas nos discursos católicos observadas por Maia (2017) percebeu-se que vários elementos se aproximaram da agenda do MESP, corroborando ao reforço de narrativas de controle moral para o papel formativo da educação, restringindo a família e a sexualidade a uma visão biologizante e heteronormativa.

Nessa ação dos “empreendedores morais” contra pautas de gênero e sexualidade, existem discursos relacionados à defesa da família e a resistência à ampliação das questões de gênero e sexualidade como parte do conteúdo curricular. Muitos autores refletiram que a mobilização contrária à suposta “ideologia de gênero” trouxe uma narrativa base de que a família seria a detentora absoluta do desenvolvimento educacional da criança.

2.2.2 As jornadas de junho de 2013

De uma iniciativa específica de mobilização social contra o aumento de passagem, as jornadas junho de 2013 revelaram diversos problemas historicamente presentes no cenário político e econômico brasileiro. Para alguns estudiosos, o cenário nacional estava marcado por uma intensa crise de representatividade no campo eleitoral (FRIGOTTO, 2017; DALTOÉ; FERREIRA, 2019; COLOMBO, 2018).

O contexto de mobilização das jornadas de junho foi potencializador da nova forma de atuação dos movimentos sociais e do fortalecimento de uma “ofensiva liberal ultraconservadora” (Colombo, 2018). Isso marcou o auge da articulação política pela web¹⁹, marcando a “experimentação e inovação de novos elementos na organização dos movimentos

19 Alguns nomes importantes identificados por Colombo (2018): MBL, o Vem Pra Rua e o Revoltados OnLine.

sociais anti-sistêmicos” (COLOMBO, 2018, p.103), com uma relação entre avanços da tecnologia digital e o fortalecimento do “ciberativismo de direita” (DIAS, 2018).

Segundo Frigotto (2017), aquele era um cenário de mobilização em meio à “crise do capital”. As mobilizações dessas jornadas demonstram uma nova cena de articulação e novos atores e lideranças que saíam da linha específica de uma pauta focada em impedir um aumento da passagem de ônibus do município de São Paulo para o fortalecimento de uma explosão de pautas baseada em suposta visão suprapartidária, mas com intensa mobilização de novos movimentos sociais de direita (DALTOÉ; FERREIRA, 2019).

A ascensão desses movimentos de direita foi marcada pelo fortalecimento do libertarianismo no Brasil, de um discurso do “Estado mínimo” no desenvolvimento democrático, numa tentativa de limitação da atuação do Estado em serviços estratégicos (MACEDO, 2017). Tudo em defesa da “normatividade neoliberal” e sob inspiração de redes globais.

As redes são definidas, por Ball (2012, p. 5), como “comunidades políticas” descentradas, articuladas em torno de problemas sociais comuns, tendo em vista suas soluções. Tal como proposto pela teoria do discurso, tais comunidades, assim como as que as constituem – “capital financeiro filantrópico, *think-tanks*, partes dos governos e diversos políticos e atores políticos, ao longo dos partidos, nacionais e internacionais” (BALL; JUNEMANN, 2012, p.85 *apud* MACEDO, 2018, p. 5).

A influência dessas redes para as instituições liberais brasileiras funcionou como articuladora de financiamentos para a formação de líderes e militante liberais para a difusão de seus princípios políticos e econômicos²⁰. Em um levantamento estatístico, segundo Colombo (2018), a “Rede Liberdade” teve seu crescimento nas últimas décadas - no contexto de atuação do governo do Partido dos Trabalhadores - aumentando o índice de crescimento a partir das jornadas de junho de 2013. Sendo que entre 2013 e 2016 atinge o pico máximo com o surgimento de 18 organizações²¹.

20 Ao todo, eram 13 organizações brasileiras associadas à rede Atlas: o “Estudantes Pela Liberdade” (versão brasileira do Students For Liberty, SFL, que analisaremos mais adiante); o Instituto Atlantos, sediado em Porto Alegre; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sediado em Porto Alegre; o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sediado em Belo Horizonte; o Instituto de Formação de Líderes –SP (IFP-SP), sediado em São Paulo; o Instituto Liberal (IL), sediado no Rio de Janeiro; o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP); o Instituto Liberdade (o antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul); o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, sediado em São Paulo; o Instituto Millenium, sediado no Rio de Janeiro; o Líderes do Amanhã, sediado em Vitória (ES); o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, sediado em São Paulo; e o LIVRES (organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal), sediado no Rio de Janeiro⁶⁹. Desta maneira, o avanço ultraconservador a nível mundial ganha capilaridade na sociedade brasileira a partir de contornos específicos de seu contexto sob a influência destes think tanks, promovidos e apoiados pela Atlas (COLOMBO, 2018).

21 São acrescentadas algumas informações na nota de rodapé abaixo com informações a respeito do instituto liberal que marcam o primeiro momento de atuação de um movimento formativo e de adesão do neoliberalismo inclusive com o discurso de defesa da democracia ao se opor à classe dominante apoiadora do regime militar.

No governo FHC, no decorrer dos anos 1990, essas instituições eram centralizadas em um único instituto - o Instituto Liberal, no Rio de Janeiro. Aquele momento envolvia um contexto favorável para esses setores devido à implementação das políticas neoliberais de privatização das estatais. Porém, “as fissuras da hegemonia no interior das disputas ‘intra-burguesas’” foram evidenciadas ao longo dos anos, corroborando para a necessidade de ampliação das *thinks tanks* no Brasil.²²

No estágio de renovação dessas “fissuras intraburguesas”, uma nova demanda de manutenção da hegemonia do capital havia surgido com a dinâmica da política econômica humanizada, em decorrência das políticas governamentais do PT no campo social, pois a luta por equidade social se intensificava. Era um momento em que a articulação governamental por parcerias público e privado passou ter um papel significativo²³. Nesse cenário de transformações sociais no Brasil, nasce o Instituto Milenium (Imil)²⁴. Um importante instituto que trabalha para o fortalecimento das concepções estratégicas dessa da “rede liberdade” da contemporaneidade, como: “a flexibilização dos direitos trabalhistas e a privatização das funções sociais do Estado nas áreas da previdência, saúde e educação” (COLOMBO, 2018, p.100).

E o MESP também nasce nesse contexto, ascendendo justamente nesse momento de ampliação dessas redes liberais da contemporaneidade.

22 “[...] a criação destes institutos se deu com o apoio de diversas redes e organizações nacionais e transnacionais, como Liberty Fund, a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation (hoje, Atlas Network) e o Center for International Private Enterprise (CIPE)” (COLOMBO, 2018, p.98).

23 Tal renovação foi operacionalizada pela direção do PT, mas seu conteúdo programático também advinha dos APHs da burguesia monopolista, notadamente do Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e outras posições distintas na divisão social da dominação, como Instituto Ethos, Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), entre outros. Este processo foi capaz de neutralizar os movimentos sociais e sindicais contestatórios, mesmo aqueles que se moviam no horizonte da ordem burguesa, como no caso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (COLOMBO, 2018, p.108).

24 Fundado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade, inicialmente com o nome Instituto da Realidade Nacional, o IMil é lançado em 2006 no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre – o mais importante evento da agenda liberal no Brasil, organizado pelo IEE, com o apoio do Cato Institute e da rede Atlas Network. (COLOMBO, 2018, p. 109). Assim se define o Instituto Milenium: “O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. (...) Por meio de seminários, palestras e encontros realizados por todo o país, do contato com a imprensa e a publicação de análises diárias no portal, o Imil apresenta alternativas para problemas-chave do país e fomenta o debate com as diversas vozes da opinião pública, contribuindo, assim, para o desenvolvimento nacional” (Imil, 2017). (COLOMBO, 2018, p. 110).

[...] a consonância dessas propostas com o que o movimento Escola Sem Partido vem apresentando como modelo de atuação do Estado sobre a Educação, uma vez que, para assegurar os interesses do mercado e ao mesmo tempo das famílias de terem o direito a educação “de acordo com seus princípios éticos e morais”, traz como solução o mesmo modelo de “voucherização”. Para tal, reproduz também outro princípio liberal, além do livre mercado e da defesa irrestrita propriedade privada, que é o dos interesses dos indivíduos (interesses privados) acima do Estado, e não interesses coletivos, universais. (Ibid. p.101)

Colombo relaciona o MESP com atores que são vinculados a essa rede, denominando-os de “intelectuais orgânicos” sob a perspectiva gramsciana, posicionando-os como propagandistas do MESP de modo sutil²⁵. Esses intelectuais formariam essa “frente liberal-ultraconservadora”.

No campo educacional, a autora identificou os intelectuais orgânicos vinculados ao Movimento Brasil Livre (MBL). Um movimento que nasceu sob inspiração do movimento internacional *Students For Liberty* (SFL)²⁶. Esse movimento, criado nos EUA no final dos anos 2000, tem mobilizado e formado novos atores defensores do ativismo estudantil da “ofensiva liberal ultraconservadora” pelo mundo. Nesse aspecto, observou-se uma discussão fundamental em curso impactando a cena educacional brasileira e que compôs essa agenda de movimentos pela liberdade. Qual liberdade tem sido defendida por esses movimentos estudantis libertários e pelo MESP?²⁷.

Algumas campanhas intensificaram sua presença no cenário político brasileiro que atuando internamente na sociedade civil, mobilizando-se nos espaços acadêmicos e nos espaços midiáticos das redes sociais²⁸. Essas campanhas marcaram a relação de polarização entre os movimentos populares sociais, especialmente com o Movimento Passe Livre nas jornadas de junho de 2013.

25 Ver seção 2.3.

26 Foi através do intelectual orgânico Alejandro Antonio Chafuen, o atual presidente da Atlas Network, que chegamos a outra organização-chave, além da Atlas, para compreendermos a articulação dos think tanks conservadores e o avanço da ofensiva ultraliberal no mundo e, especialmente, na América Latina. Ele é o mentor do Students For Liberty (SFL), organização fundada nos Estados Unidos em meados de 2008, em uma reunião na Columbia University, onde participaram cerca de cem pessoas (COLOMBO, 2018, p.116).

27 “[...] Uma organização que apoia a liberdade de todas as pessoas. O SFL não determina os fundamentos sobre os quais os indivíduos justificam sua crença na liberdade. Em vez disso, Students For Liberty abraça a diversidade das justificativas para a liberdade e encoraja o debate e o discurso sobre as diferentes filosofias subjacentes à liberdade.” (SFL, 2017 apud COLOMBO, 2018, p.117).

28 Ver Daniel Gobbi (2016).

O MBL²⁹ traz uma nova narrativa de movimento social, como uma reação contrária à crítica anticapitalista dos tradicionais movimentos sociais, formados no ambiente acadêmico. Há uma aproximação desse movimento estudantil com elementos discursivos do MESP, pois os dois movimentos, elucidou Colombo (2018), dialogariam com a agenda da “frente liberal”³⁰.

Notamos, portanto, os princípios da predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade do mercado e a defesa da propriedade privada, presentes nas organizações associadas à Atlas Network e no Students For Liberty, contidos diretamente nas resoluções do MBL para a educação e em outras áreas. (COLOMBO, 2018, p. 129).

O movimento conseguiu se articular com a insatisfação da população com o governo da época e seu caráter mais “estatista” de funcionamento da república³¹, pelos escândalos de corrupção da época envolvendo membros do governo e sua falta de condução da política econômica.

Em 2013, o cenário de contestação nas ruas que se iniciaram em gigantescas manifestações populares pelos transportes, educação e saúde, generalizou-se como palco de contestação às políticas governamentais e à “corrupção”, onde a burguesia no Brasil, ancorada nas organizações locais e transnacionais, encontra terreno fértil para o avanço da disputa liberal-ultraconservadora na esfera intra-classe e no contexto da disputa da opinião pública (COLOMBO, 2018, p. 138).

Essa “frente-liberal ultraconservadora” seria a conjunção entre grupos e atores ligados à base conservadora e reacionária do país e os defensores do neoliberalismo econômico, atuando em uma estratégia da manutenção da hegemonia nessa “crise orgânica” do capitalismo mundial (COLOMBO, 2018). Diante disso, algumas pautas foram comungadas pelos dois movimentos, como a tentativa de ampliação de privatização do ensino de modo geral, com a estratégia da extensão da política do PROUNI para outros níveis educacionais. Junto a isso, há

29 [...] para atuar de maneira organizada e não gerar problemas com as agências financiadoras da rede de think tanks, os integrantes do EPL fundam o Movimento Brasil Livre (MBL) para a participação política engajada nas manifestações e nas redes sociais (COLOMBO, 2018, p. 125).

30 A autora constata que nas resoluções do MBL, em seu primeiro Congresso Nacional em 2015, umas das pautas do evento foi a apresentação dos projetos de lei do MESP nas câmaras legislativos dos estados e municípios.

31 “As apostas são altas para a liberdade no Brasil hoje. O país enfrenta tanto uma grande economia crise política. Brasil está em recessão graças às políticas fracassadas do Partido dos Trabalhadores. Um processo de impeachment presidencial já começou em meio a um escândalo de corrupção. Tão ruim quanto as coisas são, entretanto, os Estudantes Pela Liberdade (EPL) recusam desistir. Em vez disso, o EPL está usando o estado atual estado de denúncias como uma oportunidade para espalhar a palavra de liberdade porque as pessoas estão agora cansadas da corrente modelo estatista. (...) Nos últimos meses, a EPL atraiu mais de 3.000 participantes em seus eventos; treinado 600 coordenadores; cresceu para quase 100 grupos ligados para a organização; e promoveu suas ideias na mídia tradicional. Uma medida do seu sucesso é o grande número de eventos libertários hospedados no Brasil”. Os eventos foram a Liberdade na Estrada (Road Caravan), a Conferência da EPL e a Semana Global do Empreendedorismo. (SFL, 2015, p.6, tradução livre, grifos nossos apud COLOMBO, 2018, p. 127)

a pauta de militarização das escolas de áreas menos favorecidas também tomando como base a iniciativa privada e a gestão privada das escolas públicas.

Fica evidente a intenção de ampliar (para posteriormente tornar irrestrita) a liberdade do mercado na educação. Porém, a liberdade do mercado se restringe quando se trata das políticas gerencialistas, dos quais não abrem mão. Identificamos que, embora defendam a “liberdade”, as metas a serem atingidas continuam dentro da lógica monopolista do capital mundial, explícita na proposta de que garantiria a manutenção da adesão do Brasil às metas e avaliações em larga escala estipuladas e promovidas por organizações internacionais (“Promoverá competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações”) (COLOMBO, 2018, p.130).

Diante disso, uma constatação importante observada por Oliveira (2018), olhando para a crise do sistema capitalista instaurada, foi de que as “intenções políticas como a tida escola sem partido são constantes na sociedade capitalista e sua necessidade de educação global em correspondência a um igualmente planetário modo de produção” (Ibid., p.81). Por isso, o prevalecimento e fortalecimento da “normatividade neoliberal” (MACEDO (2018) tem ditado a necessidade de refazer o modelo de gestão governamental, partindo da defesa de uma liberdade com estreita relação ao modelo de operar a política econômica de mercantilização dos serviços públicos, estratégicos para o desenvolvimento social, como a educação.

Destarte, compreende-se ser essa a perspectiva de “liberdade” com que o MESP tem se mobilizado na disputa educacional brasileira.

2.2.3 O “golpe de 2016”

A mobilização das jornadas de junho refletiu um momento de insatisfação de vários setores da sociedade civil contra o governo da época fortemente alavancado pelas mídias em torno de escândalos constantemente levantados pela operação Lava Jato com alvo claro contra o PT. Diversas frentes de oposição ao PT foram contra o primeiro mandato da presidenta Dilma, com a situação se agravando no segundo. No entanto, a insatisfação tinha distintas origens e perspectivas no cenário político eleitoral. O fortalecimento dessa movimentação contra a Presidenta Dilma se consolidou principalmente nas bases da direita e extrema direita brasileira, diferentemente da dinâmica das jornadas de junhos, em que a movimentação era autodenominada suprapartidária.

A insatisfação contra o PT articuladas pelos movimentos ligados à direita ajudou na intensificação e na criminalização a movimentos sociais e partidos de esquerda brasileiros,

inclusive no plano educacional pois o significado de “doutrinação política” nas escolas esteve associado aos planos e ações dos partidos de esquerda brasileiros.

Nesse sentido, as denúncias criadas para dar uma base ao julgamento de *impeachment* no Congresso Nacional foram ínfimas em relação ao que foi o discurso antipetista e “antiesquerdista” (REITCH, 2018; DALTOE, FERREIRA, 2019; MACEDO, 2018; SILVEIRA, 2018; MOTTA; FRIGOTTO, 2018). O que era esse discurso “antiesquerdista”?

Nesse momento, o discurso “antiesquerdista” começou a se acentuar na cena política, em repúdio ao governo da época comandado por Dilma Rousseff, representante e sucessora do programa político do PT e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As denúncias de corrupção contra políticos do partido ganharam um destaque midiático significativo que fomentava a ascensão do antipetismo, numa visão reducionista (REITCH, 2018).

Essa movimentação, que culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma, refletindo no debate público como o golpe de 2016, foi fundamental para a “ofensiva liberal e ultraconservadora” estudada por Colombo (2018). Esse momento intensificou o processo de fortalecimento de redução do papel do Estado no investimento em serviços públicos (principalmente aqueles universais e sociais, sendo, por outro lado, intensificado no apoio a determinados setores e lobbys), refletindo o modo de operar da “normatividade neoliberal” (MACEDO, 2018). Um exemplo disso, foi a rápida aprovação e votação da “PEC dos gastos”, a PEC 55/2016, alguns meses depois do *impeachment*, idealizado pelo governo interino de Michel Temer. Outras reformas estavam programadas pelo governo, porém não houve quórum para votar naquele ano, tornando-se pautas urgentes aprovadas no governo seguinte³².

Além disso, outra reforma debatida naquele ano, foi a PEC do novo Ensino Médio, em que a crítica especializada problematiza a flexibilização curricular (MOTTA; FRIGOTTO, 2017), destacando-se, especialmente, a urgência na aprovação dessa reforma, em que se observariam parâmetros tecnicistas na construção do currículo educacional.

Essas reformas urgentemente aprovadas naquele ano de *impeachment* estiveram ao mesmo tempo fortalecendo um movimento de resistência significativo às investidas dos setores conservadores e da direita e extrema direita, como o das ocupações estudantis dos secundaristas. O movimento já havia se iniciado em 2015 e ganhou ainda mais o cenário nacional no ano seguinte nos atos contra essas reformas de Temer (SEVILLA, 2018; MARAFON, 2017; REIS; LINO, 2018; MARAFON, 2017; SILVA; MOLINA, 2016; SEVILHA, 2018).

32 Outras reformas mobilizadas pelo governo interino de Temer tiveram continuidade logo no início do governo de Jair Bolsonaro, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência.

O crescimento da ação política de jovens no espaço escolar, que já vinha ocorrendo desde as jornadas de junho, fortaleceu a narrativa do MESP de um discurso antipartidarista e antiesquerdista, fomentado inclusive no evento político que retirou Dilma Rousseff do poder, com apoiadores do MESP, protagonizando a defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016³³.

Segundo Tommaselli (2018), esse antiesquerdismo marcante para o *impeachment* de Dilma tem sido debatido como parte da ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo, expressando ³⁴ elementos históricos da memória social brasileira que dialogariam com regimes autoritários da história.

Frigotto (2017) ressaltou que na cena do “golpe parlamentar” de 2016, do *impeachment* de Dilma Rousseff, o processo de votação foi marcado por uma frase repetida por vários parlamentares favoráveis ao *impeachment*: “em nome de Deus, da família e da pátria”. Uma frase similar aos discursos que precederam o “golpe de 1964”, instaurando anos de regime militar na história brasileira.

Nessa cena teatralizada com discursos morais e de costumes, em defesa da família tradicional e cristã, surpreendentemente, uma figura desse regime foi homenageada em tom de deboche à Dilma, o Coronel Brilhante Ustra, responsável pela tortura de muitos ativistas que lutavam contra o regime, inclusive da própria Dilma. Essa homenagem foi proferida pelo deputado federal do PSC Jair Messias Bolsonaro, o qual anos depois se tornaria o novo presidente do Brasil³⁵.

Nessa cena, signos das raízes autoritárias do Brasil foram manifestados, colaborando para pensar no potencial fascista presente nesse cenário de disputa e da sua relação com MESP. Tudo isso, envolvendo a influência dos setores dominantes brasileiros, sentindo-se impactados por projetos governamentais de combate às injustiças sociais do Partido dos Trabalhadores. Como elucida Tommaselli (2018), são setores que fazem campanha de oposição ao pensamento

33 Segundo Espinosa e Queiroz (2017), os parlamentares apoiadores do MESP todos foram pró-impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Entre eles, havia criadores dos projetos de Lei ligados ao Programa Escola Sem Partido.

34 Composto o cenário atual de manifestações de caráter conservador e autoritário, e que se observa em escala mundial como no avanço de forças políticas conservadoras e de extrema direita no mundo, como Marine Le Pen, na França, Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil. (TOMASCELI, p.17).

35 “Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em 24 de junho de 2016.

político das esquerdas brasileiras e apoiadores do MESP e que se aproximam também de ideologias de cunho totalitário.

2.3 A COMUNICAÇÃO DO MESP

O MESP foi fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib³⁶. Ele coordenou uma página na *internet* até 22 de agosto de 2020³⁷. O site funcionava como um recurso para exposição das denúncias dos pais e estudantes insatisfeitos com a suposta “doutrinação ideológica” nas escolas brasileiras³⁸ e para a divulgação do Programa Escola Sem Partido³⁹, inspiração para diversos projetos de leis elaboradas nas três esferas públicas nos últimos anos (MIGUEL, 2016; ESPÍNOSA; QUEIROZ, 2017).

Figura 10 – Página Inicial do site do MESP



Fonte: *Print* do autor

O MESP surgiu como um suposto movimento autônomo de pais e estudantes insatisfeitos com: “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos

36 . Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em 01 de junho de 2022.

37 Segundo nota página inicial do sítio eletrônico, Nagib teria se desligado nesta data: “O adeus do fundador. Anúncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade. Brasília, 22 de agosto de 2020. Miguel Nagib”. Ver entrevista de Nagib explicando sua saída da coordenação do MESP. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg>. Acesso em 01 de junho de 2022.

38 Como apresenta a página inicial do site³⁸, o movimento tem como objetivo ser “a mais consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária”. <http://escolasempartido.org/>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

39 <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/> - Acesso em 20/03/2021

os níveis: do ensino básico ao superior”⁴⁰. prejudicados pela doutrinação ideológica nas escolas. Todavia, Espinosa e Queiroz (2017), percebendo o envolvimento de diversos parlamentares e partidos envolvidos com as pautas do MESP, constataram que o movimento demonstrava um apartidarismo falacioso. Além disso, através de um mapeamento das afiliações individuais foi possível ilustrar a rede de difusão do MESP.

2.3.1 “Intelectuais orgânicos” do MESP

O MESP, na relação com a “ofensiva liberal ultraconservadora” desenhada por Colombo (2018), apresentou uma complexidade de participação de diversos setores, desde grupos liberais ligados a conglomerados econômicos a grupos conservadores, especialmente ligado a setores religiosos das alas cristãs, sendo atores ligados à direita e extrema direita. Ou seja, “uma grande armadilha a preconização de que o “Escola Sem Partido” possui natureza apartidária, e que não possui “qualquer espécie de vinculação política, ideológica” (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 61).

Vale lembrar que o MESP possui um mito fundador. Segundo Miguel (2016), esse mito de fundação seria a revolta de Nagib contra uma comparação feita pelo professor de história da sua filha, comparando o “revolucionário argentino Ernesto Che Guevara” a São Francisco de Assis, um santo católico. Uma situação supostamente interpretada por ele como uma tentativa de “doutrinação marxista”, pauta inicial de combate do movimento. Porém, segundo Colombo (2018), esse mito foi desmistificado por Penna e Salles (2017)⁴¹. O combate ao pensamento marxista foi uma retórica utilizada por uma figura notória para as alas da direita contemporânea brasileira, sendo identificado como um “intelectual orgânico” do MESP, o escritor Olavo de

40 Item “Quem somos”, de explicação do movimento: <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em 20 de março de 2021.

41 [...] os autores identificaram que uma carta redigida por Miguel Nagib direcionada ao professor que teria “doutrinado” sua filha é datada do mesmo dia (19 de setembro de 2003) em que Olavo de Carvalho, publica um texto seu sobre a referida carta, em sua página. Neste sentido, consideram a publicação dos dois textos como a “dupla certidão de nascimento” do movimento, em que Olavo de Carvalho antecipa, em seu texto, várias das estratégias retóricas utilizadas como recurso à tese da ameaça pelo discurso reacionário, especialmente o recurso argumentativo em que compara a ameaça de professores às crianças como potenciais abusadores e “estupradores intelectuais” da infância. (PENNA e SALLES, 2017 apud COLOMBO, 2018, p. 139).

Carvalho. “Dentre as estratégias retóricas, destacamos o ataque ao marxismo e especialmente ao filósofo Antônio Gramsci⁴²” (COLOMBO, 2018, p. 139).

Outra constatação foi de que o MESP também teria se inspirado em movimentos similares existentes nos EUA, como o *No Indoctrination*⁴³, cuja fundadora se via contrariada pelo posicionamento crítico de professores de seu filho em relação a temas polêmicos como o debate racial no país, defendendo também uma ótica do apartidarismo na escola, estudada por Espinosa e Queiroz (2017). Segundo as autoras, outras entidades do país talvez tenham servido de inspiração para o movimento. Tais entidades também tinham uma perspectiva contra reflexões críticas nas escolas a temas polêmicos, como o conflito entre Israel e Palestina, contra o ensino da evolução humana, contra a abordagem de gênero etc.⁴⁴.

Ao longo dos anos, o MESP foi ganhando novos afiliados, de forma que pudessem reverberar sua narrativa de forma ampla e difusa no cenário político e no espaço midiático brasileiros, com porta-vozes representando estrategicamente diversos setores⁴⁵. Esses “intelectuais orgânicos” do MESP foram compondo a “frente liberal ultraconservadora” (COLOMBO, 2018).

[...] o somatório destes dois elementos anteriores (as bases liberais-conservadoras e as bases conservadoras moralistas advindas do fundamentalismo religioso cristão do movimento) junta-se a este terceiro e decisivo: o elemento conjuntural advindo de expressões da crise estrutural do capitalismo (COLOMBO, 2018, p.142).

Ou seja, são as redes e filiações que ajudaram a difundir o movimento de forma orgânica e “espontânea” em diversos meios de comunicação e espaços institucionais, como também levantou Espinosa e Queiroz (2017).

42 Segundo Colombo (2018), Olavo de Carvalho baseava-se na obra *Cadernos do Cárcere de Gramsci*.

43 noindoctrination.org - Site desativado. Acesso em 01 de junho de 2022.

44 São entidades defensoras do homeschooling: o Campus Watch e o Creation Studies Institute (CSI) (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

45 [...] percebemos que o movimento não foi criado a partir de demandas de um amplo conjunto social, mas de uma análise política e tática de que era importante articular formalmente uma iniciativa que fosse no sentido de criar um movimento. Provavelmente por este motivo, por não expressar a demanda de um pensamento amplamente difundido ou de uma necessidade real de determinados grupos sociais e frações de classe, não ganhou a notoriedade que passaria a ter na década seguinte (COLOMBO, 2018, p. 139).

A amplitude do movimento incorporando diversos setores demonstra o caminho complexo para a definição dessa frente liberal ultraconservadora⁴⁶. Essa síntese de diversos setores envolvidos nas pautas do MESP, sem dúvida, foi essencial para o fortalecimento e expansão do movimento, pois essa “capacidade de aglutinar uma complexa rede”, ajudou, portanto, na possibilidade de reunião de “intelectuais dos mais diversos APHs”, cumprindo “distintos papéis nas disputas por hegemonia entre as frações de classe dominantes e no âmbito da opinião pública” (COLOMBO, 2018, p.157).

Assim sendo, o apoio ao MESP não se daria por uma frente específica, pois ela é ampla, ela é liberal, ela é conservadora, ora em defesa do desempenho e da qualidade da educação brasileira, melhorando os índices previstos nas avaliações mundiais, ora em defesa da suposta liberdade de crença e de valores e costumes da “família brasileira”.

Dentre dos principais nomes do MESP, encontrou-se Miguel Nagib, o porta-voz central do MESP, um procurador do Estado de São Paulo, que teve vínculo com o Instituto Milenium (IMIL). Além disso, ele esteve presente em eventos de “corte conservador”, como o “I Congresso do Fundação do Partido Conservador” no Paraná, e participou de entrevistas em alguns canais de comunicação *online* também de expressão conservadora cujos fundadores são publicamente seguidores de Olavo de Carvalho: “Conexão Conservadora”, “Papo que Bate”, “Terça Livre”, páginas sob coordenação da parlamentar Bia Kicis, também integrante do Fórum de Brasília e de Alan dos Santos ⁴⁷.

Na ala mais acadêmica, havia o professor da Universidade Federal do Paraná, Luiz Lopes Diniz Filho, que mantinha um vínculo com o IMIL, e era defensor da tese de que as universidades brasileiras possuem um posicionamento hegemônico anticapitalista. Além dele, identificaram o professor da Universidade de Brasília, Bráulio Porto de Mattos, como outro nome influente para o movimento, depois de Nagib. Ele participou da mesa de Ciências

46 Através de levantamento nas páginas oficiais e das redes sociais administradas pelo movimento, foi possível identificar os intelectuais destacados a seguir. Dado o enorme número de intelectuais identificados (só na página oficial do ESP são mais de 50 autores de artigos), os critérios para a sua inclusão listagem foram: se o intelectual tem mais de 10 artigos publicados, e/ou se tem destaque por ser muito citado como referência em outros materiais, e/ou pela função assumida diretamente no ESP. As informações sobre eles, por sua vez, além destas fontes, também foram colhidas em páginas e blogs pessoais e páginas de seus respectivos APHs, identificados em nota. Ver tabela (COLOMBO, 2018, p. 151)

47 Esses dois nomes foram chaves no decorrer da pesquisa nas seções empíricas que identificou a relação desses atores no inquérito das *fake News* instaurado no semestre inicial da coleta de dados desse trabalho, 01/2020.

Humanas, representando o movimento na Comissão de discussão da Base Nacional Comum Curricular.

No âmbito da educação básica, segundo Espinosa e Queiroz (2017), alguns profissionais da educação defendem a tese da doutrinação ideológica dos livros didáticos, como era o caso do professor de Goiânia, Orley José da Silva, um militante ativo do evangelismo universitário e da fundadora do canal *online* “VLogoteca”, a professora Ana Caroline Campagnolo, uma protestante calvinista e antifeminista e admiradora de Olavo de Carvalho.

Na ala religiosa política, foi identificada a “bancada evangélica”, como uma importante referência na movimentação anti-gênero. Representantes de uma ala religiosa cristã mais conservadora, muitos parlamentares de segmento evangélico foram alguns dos idealizadores dos PLs inspiradas no ESP. Os autores dos PLs relacionados ao “Escola Sem Partido”, inclusive de estados e municípios, contavam com uma maioria de representantes dos setores evangélicos, com a participação de alguns pastores e bispos evangélicos.

Tanto para Colombo quanto para Espinosa e Queiroz, o MESP se mostrou com uma natureza organizacional muito bem definida, com entidades e instituições claramente vinculadas ao movimento. Grande parte desses atores ou “intelectuais orgânicos” do MESP, foram significativos nos levantamentos das atividades no espaço *online*, local com protagonismo em muitas disputas políticas e ideológicas dos últimos tempos.

2.3.2 O MESP nas redes digitais

A *internet* tem avançado para um campo de disputa política, modificando a dinâmica de funcionamento das arenas públicas com o fortalecimento do ativismo digital e se mostrou essencial para a ascensão dos movimentos de direita na contemporaneidade brasileira. Desse modo, a web se tornou uma ferramenta fundamental para difusão das propostas do MESP, partindo desde seus canais de comunicação até canais de comunicação dos grupos e indivíduos apoiadores do movimento (DIAS, 2018; SILVEIRA, 2018; ROMANCINI, 2018; SEVERO; GONÇALVES; ESTRADAL, 2019).

É preciso compreender o *modus operandi* do funcionamento dessas redes de difusão do MESP na *Web*, pois o “ciberativismo” tem provocado uma reflexão em relação à polarização, considerando a intensificação da intolerância dos dissensos políticos. Diante disso, uma “militância online” de direita apoiadora do MESP tornou-se relevante para esse debate, tanto

relacionada a uma frente liberal quanto conservadora (DIAS, 2018). Assim sendo, vale perguntar: Como essa militância digital tem se articulado para o fortalecimento do MESP?

Primeiramente, deve-se pensar que existe uma maior reciprocidade comunicacional em grupos online, como no *Facebook*, por uma característica das “mídias pós-massiva”, elucidada por Dias (2018) à luz de Castells (2016). O advento dessa tecnologia digital desenvolve uma relação direta, mais horizontalizada, entre emissor e receptor, diferentemente da relação mais verticalizada da mediação da informação por parte das “mídias de massa”. Esse segmento tornou-se ainda mais sofisticado com o advento da WEB 2.0⁴⁸.

Nesse cenário, a relação híbrida intensificou a relação entre o mundo social e mundo virtual: “O novo sujeito da comunicação, presente de forma central na *Internet* – uma rede multidirecional compartilhada –, aparece como a figura do emissor/receptor de mensagens” (DIAS, 2018, p. 26). Todavia, uma expansão do acesso à manipulação da informação pareceu também amplificar a exposição do conflito social existente na estrutura social, considerando a diversificação dos “cibercidadãos” ou “netizens” no embate público.

O ciberespaço político tem sido marcado por uma dinâmica da “hipertextualização”⁴⁹. Aqui, o modo de funcionamento das interações sociais se evidenciou e se fortaleceu por interesses comuns, pelo estreitamento da distância e do encontro de percepções de mundo com indivíduos difusos no espaço físico. Contudo, esse modo de operar a sociabilidade no espaço *online* também possibilitou o crescimento das “bolhas sociais”.

Vendo o cenário de polarização política nos últimos anos no Brasil, esse formato de mobilização política tem facilitado a manipulação das informações para atender as demandas dos grupos políticos. Por exemplo: “*Netizens* de grupos nacionais liberais e conservadores de *Facebook* podem deslegitimar e, até mesmo, difamar certas mídias que não propaguem as mensagens bem-vindas aos seus interesses políticos” (DIAS, 2018, p. 45).

48 A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador (PRIMO, 2007 apud DIAS, 2018, p. 26).

49 Usamos a definição de hipertexto por Pierre Levy: “tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de medo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira” (LEVY, 2010, p.2 apud DIAS, 32).

Nesses últimos anos, os “cibercidadãos” demonstraram-se mais envolvidos nos debates públicos, tendo em vista a crise de representatividade no país e no mundo. As comunidades virtuais se tornaram verdadeiras “ágoras públicas” de importantes decisões e mobilizações políticas. E a mobilização das ideias e valores, ainda mais potencializada, com mais “agressividade dos debates”, pois a “mídiaização da política” marcou a disputa de audiência, onde, no ciberespaço, para muitos grupos, a qualidade da informação não pareceu ser tão relevante. Romancini (2018, n.p.) salientou:

[...] há movimentos que almejam influir em decisões políticas, caso do ESP, o que torna as mobilizações quantitativas fundamentais. Assim, devido ao alcance atual da mídia e à dependência que os detentores do poder têm da opinião pública.

Diante disso, a relação com a grande mídia pode ser conflituosa na medida que isso gere desconforto para os interesses dos movimentos sociais. Mas no contexto da tecnologia digital, possibilitou caminhos alternativos que não necessitassem da ação conflituosa com a mídia oficial, devido à produção autônoma de conteúdos fortalecedora dessas “ágoras públicas”. Isso se justifica por “uma relação tecida em um nível afetivo que compreende a identificação das identidades coletivas dos usuários com as demandas internas a essas comunidades” (DIAS, 2018, p.86).

As frentes apoiadoras do MESP, possivelmente, beneficiaram-se dessa dinâmica, ao pensar no estreitamento dos laços comuns e do surgimento de uma sociabilidade informacional mais focalizada e restrita a uma produção autônoma de conteúdos na *internet*, muitas vezes dissonantes ao que se veicula nas “mídias de massa”. Embora, muitas vezes, liberais e conservadores nem possuam o mesmo enfoque de interesse nos projetos do ESP, existe elementos comuns entre eles.

Romancini (2018), por exemplo, conseguiu identificar uma importante participação de apoiadores do MESP pela *hashtag* #escolasempartido no *Twitter*, em que todos os usuários levantados teriam uma posição de oposição ao Partido dos Trabalhadores, por meio dos seguintes termos: de modo positivo com os termos “nacionalismo”, “bolsonarismo”, “religiosidade”; de modo negativo com os termos “antiesquerdismo” e “anticorrupção”, em meio a referências à Operação Lava Jato.

Através da *hashtag* #escolasempartido foi possível mapear as redes de difusão do MESP no *Facebook* por Severo, Gonçalves e Estrada (2019). Conforme a Figura 11 (um mapa de redes digitais), alguns nomes mencionados compõe a lista de “intelectuais orgânicos” mencionados anteriormente, como Bia Kicis. Outro nome é o do vereador e militante do MBL, Fernando

Holiday. Além disso, aparecem alguns grupos de evangélicos apoiadores do presidente Jair Messias Bolsonaro e do MBL.

Figura 11 – Rede de difusão do MESP no *Facebook*



Fonte: Severo; Gonçalves; Estrada (2019, p. 14)

Enquanto isso, no *Instagram*, dentre os nomes de destaque, percebe-se a presença dos parlamentares, filhos do presidente, e do próprio presidente Jair Messias Bolsonaro. Conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Perfis de Apoio do ESP no *Instagram*

Usuário	Publicações ²²	Seguidores	Autodescrição do Perfil
perfil B	2.731	3.179	Declaro-me como conservador, patriota, cristão, a favor do armamento e apoiador de Bolsonaro ²³
musasdedireita	761	18.300	"Ninguém é obrigado a apoiar Bolsonaro, porém saiba respeitar a página para evitar processos!"
jairmessiasbolsonaro	1252	1 milhão de seguidores	"Capitão Paraquedista do Exército Brasileiro, deputado federal eleito pelo RJ."
republicadedireita	531	8.563	"Membro dos @AdmsDeDireita CD #BOLSONAROPRESIDENTE"
bolsonarosp	4.220	488 mil	"Eduardo Bolsonaro Policial Federal, advogado (Direito UFRI), filho de Jair Bolsonaro, Dep Fed por SP (82.224 votos). Twitter: BolsonaroSP #eduardobolsonaro"
perfil A	13.391	7.536	Sem descrição ²⁴
carlosbolsonaro	1.244	177 mil	"Filho do Deputado Federal @jair-messiasbolsonaro, Vereador mais votado da cidade do Rio de Janeiro p/ o quinto mandato (106.637votos)"
flaviobolsonaro	1.566	223 mil	"Flávio Bolsonaro #Bolsonaro #Bolsonaro2018 Patriota, conservador, advogado, empresário e reacionário, reajo a tudo que não presta."
escolasepartido	6	1.621	Sem descrição
patriotas18	515	5.090	"Patriota, Armamentista, Anti Drogas, A Favor da Vida, ADM's de Direita com Bolsonaro"

Fonte: Severo; Gonçalves; Estrada (2019, p.19)

2.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MESP

Nesta seção concentram-se os trabalhos que estão atentos ao processo de concretização do MESP pela via pública institucional para a implementação de projetos de leis e sua influência no espaço escolar nos últimos tempos. Nesse debate, apresenta-se como problemática a ser discutida, a questão da liberdade de cátedra do professor impactada pelo movimento, refletindo a “atmosfera de medo” promovida em torno do profissional docente.

Houve uma expansão regional de projetos de leis inspirados no programa ESP, muitos com a justificativa de conter o avanço de pautas de gênero nos planos estaduais e municipais de educação. Moura (2016) conseguiu identificar que até o ano de 2016 havia 19 estados e Distrito Federal dentre os 26 da união com projetos em tramitação⁵⁰. Dentre eles, vale destacar o projeto “escola livre” do estado de Alagoas, aprovado como Lei nº 7800/2016.

O MESP deve ser situado no debate educacional dos últimos anos, no contexto de aprovação dos recentes documentos curriculares – o PNE 2014 e BNCC. É preciso lembrar que tais projetos vinculados ao movimento vieram a partir da mobilização das frentes políticas contrárias a pautas de gênero e sexualidade nas escolas. Segundo Miguel (2016), foram criados 6 projetos de lei na câmara, em que 5 deles, tratavam de questões morais contra essas temáticas.

Além disso, vale ressaltar, dois projetos foram referência no debate acadêmico, pois visaram objetivos mais ousados. Os PL 867/2015, na câmara, e o PL 193/2016, no senado, visavam à incorporação do Programa Escola Sem Partido na LDB. E, vale destacar, tanto nos projetos de lei 867/2015 quanto no projeto de lei 193/2016, foi possível identificar dispositivos de poder como tentativa de “silenciamento” de um currículo valorizador dos sujeitos e das suas subjetividades (SANTOS, 2017).

2.4.1 As demandas do MESP

O combate ao “marxismo cultural” era insuficiente para a visibilidade do movimento. Sua notoriedade no debate público ocorreu a partir das disputas do processo de elaboração dos

50 Outros projetos de lei semelhantes tramitam (ou tramitaram) nas assembleias legislativas de pelo menos 12 estados, a saber: Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, além do Distrito Federal. E nas Câmaras de Vereadores de, pelo menos, 18 cidades como as de: Manaus (AM); Vitória da Conquista (BA); Cachoeiro do Itapemirim (ES); Campo Grande (MS); Belo Horizonte (MG); Benevides (PA); Picuí (PB); Teresina (PI); Curitiba, Foz do Iguaçu, Santa Cruz do Monte Castelo e Toledo (PR); Recife (PE); Rio de Janeiro e Nova Iguaçu (RJ), Joinville (SC), São Paulo (SP) e Palmas (TO) (MOURA, 2016, p. 62).

novos planos educacionais, a PNE 2014, os planos estaduais e municipais e educação e a Base Nacional Curricular Comum (MACEDO, 2017).

Diante disso, as movimentações anti-gênero, atuando na disputa das novas diretrizes curriculares, passou formar o núcleo de apoio ao MESP e ao Programa Escola sem Partido, com a difusão desse “pânico moral” classificado como “ideologia de gênero” protagonizando o combate à doutrinação ideológica nas escolas (FERREIRA; AGUIAR, 2018).

Segundo Miguel (2016), dois pilares importantes estiveram presentes nessas disputas, a “soberania da família” e “neutralidade política” na educação escolar. Sendo o primeiro, um reforço dos discursos de combate à “ideologia de gênero”, tendo em vista os PLs que passaram a ser tramitados em conjunto, ação estratégica para barrar a presença do debate de gênero e sexualidade da educação escolar, envolvendo a retirada de qualquer menção a categorias com gênero e orientação sexual. Desse modo, percebeu-se uma retórica científica prevalecendo nas narrativas do MESP (MOLIN FILHO, 2017), caracterizando um roteiro marcado por um dispositivo de verdade por meio do discurso bio-religioso e neotecnicista, acrítico e apolítico. Todavia, evidenciou-se uma incoerência presente nos projetos de lei que contradizem normativas nacionais e internacionais de direitos humanos (SIQUEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2017).

A “defesa do poder total dos pais sobre os filhos” demonstrou uma tentativa que confere, como bem disse Balieiro (2018), uma estratégia de acionamento de pânicos morais para a mobilização nas “redes sociais promovendo retrocessos quanto aos direitos da criança⁵¹. Nesse sentido, foi percebido uma interpretação dos direitos de proteção à criança como um empecilho do Estado à liberdade da educação familiar.

No PL 867/2015, Penna (2017) salientou que no tocante aos direitos dos pais sobre a educação dos filhos, as crianças deveriam receber uma educação moral atrelada às convicções familiares. Uma situação ressaltada pelo autor como um equívoco ao confundir a esfera pública com a privada: “você pega algo que foi pensado para proteger o espaço privado contra a intervenção do poder público e habilita uma invasão do espaço público, da escola pública, pelas vontades privadas”. (PENNA, 2017, p. 47).

51 Penna (2017) levantou na *internet* algumas campanhas das redes sociais como o #nãomexamcomasnostascrianças, #meusfilhosminhasregras, uma proposição de uma página do *Facebook* do grupo “Revoltados On Line”. Tal mobilização se refere a uma mobilização contra projetos aprovados correspondente à agenda dos direitos humanos, da diversidade, tendo em vista a implementação da abordagem de gênero e sexualidade nos novos currículos educacionais e também sobre a “Lei da palmada”.

Esses apontamentos discutidos mostram a gravidade do fenômeno do MESP, pois o poder das redes sociais tem fortalecido a disputa jurídica e parlamentar e causado um impacto na sociedade civil. A difusão dessas informações controversas e equivocadas no espaço digital tem intensificado uma maior dificuldade no desenvolvimento do trabalho docente na educação básica.

Primeiramente, a concepção de escolarização em disputa traz, novamente, uma discussão clássica dicotomizando educação e instrução, envolvendo a relação família e escola.

O professor não é educador”. Esse ponto traz uma argumentação que busca distinguir o ato de educar e instruir. Uma tentativa de enquadramento de papéis. “O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno (PENNA, 2017, p. 36).

Para o MESP, a escola teria se tornado uma ameaça para autoridade familiar, partindo de uma diretriz de regulação prevista para a atuação do profissional da educação, denunciando a “doutrinação política e ideológica” nas escolas brasileiras. Para isso, a operação dessa falácia se formou pela lógica de oposição entre ideologia e neutralidade. Segundo Penna (2017), mais um equívoco, quando se leva em consideração que a “neutralidade” também é uma ideologia.

Há uma falta de esclarecimento na página central do MESP sobre qual seria a ideologia a ser combatida. Mas evidenciou-se uma perspectiva de não correlação da atividade pedagógica com a realidade do mundo. Desse modo, o professor ficaria proibido de “mobilizar valores de qualquer natureza”. Ou seja, limitando-se a um mero instrutor. Que para Penna (2017), evidenciaria um “neotecnicismo” no processo pedagógico.

Outra demanda destacada por Miguel (2016), corroborou esta percepção situando no MESP uma concepção de formação pedagógica marcada pela “neutralidade política”, implicando no controle do trabalho docente, limitando a sua liberdade de desenvolvimento profissional assegurados por lei. Desse modo, essa “neutralidade política” defendida pelo MESP traçaria uma forma de operar o trabalho docente sem desenvolver a reflexão crítica do aluno (FERREIRA; SOUZA, 2018).

Muitas pesquisas têm apontado que o discurso de neutralidade reflete o mecanismo de silenciamento de temas ligados ao paradigma da diversidade e da igualdade, perpetuando um retrocesso em relação aos ganhos democráticos envolvendo a educação brasileira (REIS; CAMPOS; FLORES, 2016). Tendo em vista que se propõe um olhar para o espaço escolar sem

considerar seu papel de desenvolvimento social e cultural e da formação do pensamento crítico (OLIVEIRA; CERNY; AVILA, 2018; FERREIRA; SOUZA, 2018).

Os projetos de lei do MESP surgiram como dispositivos jurídicos de impedimento de discussões intrínsecas no espaço escolar, como a diversidade de gênero e sexualidade e da igualdade de direitos em uma sociedade democrática. Tratou-se de uma tentativa de “silenciamento” de um currículo inclusivo das diferenças que expõe percepções de mundo sexistas e heteronormativas (FERREIRA; AGUIAR, 2018; FERREIRA, 2018). Pleiteando, assim, um currículo segregador das diferenças (VIGANO; LAFFIN, 2019; LIMA; FERREIRA; QUADRADO; SANTOS, 2019), em um reflexo de um processo de desmonte das políticas de democratização da educação escolar e do espaço público, reforçando a manutenção da violência contra a minorias sociais nas escolas, como a “juventude LGBT” (CHECA; SCISLESKI, 2018).

Diante da atmosfera de incertezas, considerando uma visão de um projeto pedagógico cidadão como doutrinação ideológica, fica uma incógnita: Será que é possível praticar um currículo neutro? Fica claro que esse discurso de neutralidade do MESP, de fato, funciona como uma tentativa de institucionalização da censura aos professores e a manutenção da posição “passiva” do aluno no processo de desenvolvimento pedagógico (FRANÇA; GUGLIANO, 2018).

O MESP pode ser, então, compreendido como expressão de uma relação entre formas do pensamento liberal e conservador, entrelaçado com uma determinada concepção que promoveria a manutenção de valores hegemônicos religiosos, em defesa do fortalecimento do sistema capitalista em meio a uma crise mundial, conjugado com demandas conservadoras pela defesa da família, da moral e dos costumes. Nesse sentido, observou-se a conjunção entre um determinado pensamento política afinado com determinada visão econômica, refletindo uma certa “normatividade neoliberal”. Expressando a reação conservadora contra o paradigma da diversidade, contra a mobilização da crítica a respeito das desigualdades socioculturais, que incluem o respeito da diversidade sexual e de gênero.

Portanto, como percebeu Macedo (2017), as demandas expressas pelo MESP se basearam na perspectiva conservadora no âmbito da teoria do currículo, por uma visão positivista, por um desconforto contra uma linguagem curricular inclusiva da diversidade, da pluralidade social, da evidência das relações de poder, seja na esfera macrossocial e microsocial. Visando a manutenção da hegemonia social e cultural criticada por pensadores do pensamento crítico e pós crítico diante das injustiças sociais e, sobretudo, do levante das minorias disputando o espaço institucional.

2.4.2 Judicialização da profissão docente

Do ponto de vista jurídico, há problemas de inconstitucionalidade nos projetos do MESP. Um ponto problemático observado, tratou do aspecto relacionada à liberdade de cátedra do professor (MIGUEL, 2016; PENNA, 2017).

O projeto de lei 867/2015, por exemplo, tem sido interpretado como uma forma de institucionalizar a censura para o trabalho docente (GOMES, 2018). Por isso, embora os projetos de lei tenham buscado se legitimar ao reforçar parâmetros já presentes na Constituição Federal, constituem uma maneira de barrar direitos, mesmo que se esforçassem por não parecer “um ato de repressão” para a liberdade garantida constitucionalmente a professores e alunos (FRANÇA; GUGLIANO, 2018).

Segundo Penna (2017), a difusão discursiva do MESP criou um clima de desconfiança no que tange ao trabalho docente e em sua liberdade de cátedra, instaurando-se nova forma de governo para o trabalho do professor, como defendia o coordenador do movimento, Miguel Nagib: “nenhum pai é obrigado a confiar no professor, ele fecha a porta da sala de aula e ele faz o que ele bem entender”⁵². Segundo o autor, essa nova forma de pensar o trabalho docente teria inspiração no Código de Defesa do Consumidor, algo que evidencia a relação da educação escolar por meio da ótica mercantil. Lembrando-se do fato de que Nagib já esteve ligado como articulista ao Instituto Millenium, como visto anteriormente a respeito da rede de difusão do MESP, segundo Penna (2017), ele pregava valores da escola pela perspectiva do Imil: “propriedade privada”, “responsabilidade individual” e “meritocracia”.

Isso se reflete na tentativa de exclusão do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e, assim, da liberdade ensinar. O que não deveria acontecer, já que seriam garantias previstas na constituição federal e LDBE. Os princípios da PL 867/2015 confirmam a responsabilização de toda uma classe profissional, por uma associação da prática a possíveis delitos individualmente cometidos por qualquer profissional como em qualquer ambiente de trabalho: “a desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão” (PENNA, 2017, p. 42).

Qual seria o sentido de pensar o papel do professor? A transformação do papel pedagógico do professor a um mero instrutor de conteúdo é o centro da cartilha do MESP

52 Trecho extraído por Penna (2017) do seguinte vídeo: <https://youtu.be/iNSC1rNOz74/>. Acesso em 14 de junho de 2022.

(KATZ; MUTZ, 2018; CÂNDIDO; LOURENÇO, 2018) Perdeu-se garantias prevista em lei⁵³ e a liberdade de cátedra garantida na LDBE (BITTENCOURT, 2017)). O que se viu, foi a deturpação do processo pedagógico como ato social reduzindo-o a um ato partidário, revelando a produção (nada ingênua ou não intencional) de uma “confusão” entre “partidarismo e política”.

O projeto de Escola sem Partido, que apregoa lutar contra a manifestação de ideologias na educação é, ele mesmo, ideológico. Esse movimento apenas mascara os seus interesses reais na despolitização da educação como forma de criar uma massa profissional alienada mediante sua adequação ao tecnicismo, como também chancela os propósitos espoliativos de partidos reacionários do espectro da direita associado aos setores mais conservadores da sociedade civil tradicionalmente atrelada a uma agenda nitidamente retrógrada incompatível com os paradigmas modernos da laicidade política (BITTENCOURT; 2017, p. 122).

Portanto, a nova forma de “governo da identidade docente” se estruturou por meio do processo de vigilância, de denúncia e de desconfiança – os professores passaram a ser vistos como ameaça à educação familiar (KATZ, 2017). O discurso de defesa de liberdade do MESP novamente aparece como claramente contraditório, ao defender uma escola livre (para quem? Em relação a quê) em detrimento da liberdade de um profissional da educação.

Uma disputa de sentidos foi percebida nesses projetos ligados ao MESP que mobilizaram uma perspectiva dicotômica entre educação escolar e educação familiar, restringindo a educação à família e, à escola, a função de instrução.

2.4.3 A “liberdade” do MESP

Uma importante reflexão a respeito de muitos projetos de lei ligados ao MESP, seria a aproximação deles a documentos jurídicos da época do regime Militar (MIGUEL, 2016). O projeto de lei 1411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), cujo objetivo era tipificar o crime de assédio ideológico nas escolas, assemelhava-se ao Decreto-Lei nº 477, 26 de fevereiro de 1969, que propunha ocultar o debate político das instituições escolares militares, contribuindo para a censura à liberdade de cátedra do professor.

Apesar disso, embora os parâmetros jurídicos ressaltassem inconstitucionalidade clara nesses projetos, o efeito midiático do movimento refletiu em ações concretas no cotidiano escolar. Segundo Penna (2017), a opinião pública, mobilizada pela rede de difusão do movimento, como nas redes digitais, foi um alicerce fortalecedor do MESP. E diante disso,

53 LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

foram evidenciadas estratégias discursivas de caráter fascista, lembrando a atuação do ciberativismo de direita mencionado anteriormente.

Uma avalanche de compartilhamentos de informações instantâneas e caricatas, os “memes”, tem sido difundida contra a educação escolar. Ao denunciar um suposto esquema de “contaminação político-ideológico das escolas brasileiras”, as “redes sociais” vêm contribuindo para caricaturar ainda mais a situação. Nesse cenário, importantes intelectuais, como Paulo Freire e Antônio Gramsci, foram representados em diversos “memes” como os vampiros que assolaram as escolas brasileiras desde a redemocratização. Nessa correlação, uma suposta conspiração envolvendo o “Partido dos Trabalhadores”, o “petismo”, seria o responsável. Portanto, um posicionamento “apartidário” tem sido usado como uma estratégia para o apagamento do pluralismo político partidário, sinais do pensamento totalitário na educação brasileira (GUILHERME; PICOLI, 2018)

A judicialização de determinados temas tratados em sala de aula tem demonstrado justamente essa atmosfera de vigilância e censura remetendo a outros momentos da história do e do Brasil como destacou Tomascelli (2018). Foram traços formadores dos regimes ditatoriais e que flertariam com governos fascistas, tendo em vista os discursos de eliminação do político da esfera pública como forma de manutenção da hegemonia social em detrimento da democratização da participação política.

Quando ocorre o silenciamento da análise crítica em nome da pretensa harmonia pedagógica abre-se o caminho para a legitimação da barbárie, pois as vozes de dissenso são emudecidas e a unidade axiológica se torna o padrão por excelência (BITTENCOURT, 2017, p. 123).

Além disso, segundo Mattos et al. (2017), essa defesa da “liberdade” tão reverberada pelo MESP em seus discursos e projetos se fizeram de modo contraditório ao enaltecer a liberdade dos estudantes e familiares para mobilização dos valores na sala de aula em detrimento da liberdade da outra parte fundamental do processo ensino-aprendizado, o professor e o princípio, por exemplo da laicidade e do respeito aos direitos humanos. Uma liberdade para alguns e a respeito de algumas questões e a limitação das ideias e censura para outros.

Novamente, a liberdade marcando uma tradição moral de afirmação da hegemonia cultural e política no Brasil. Como na primeira metade do século passado aconteceu com o movimento da escola nova, ou “escolanovista”, que almejava expandir a democratização do processo educacional, em defesa da escola pública, gratuita e laica, que se deparou com setores

conservadores vinculados à Igreja Católica em nome da defesa da liberdade de ensino religioso, em defesa da cultura nacional e da “família brasileira”.

Logo mais, no princípio da segunda metade do século XX, as ideias do movimento “escolanovista” foram retomadas como parte da luta pela democratização da educação. Novamente, setores católicos disputaram o espaço institucional em defesa da “liberdade de ensino” e em articulação com setores privados e contra o monopólio do Estado na instituição escolar. Um cenário político que culminou nas “Marchas com Deus pela família e pela liberdade” e logo mais, para o golpe de 1964, a ditadura militar.

Os setores que se posicionavam em defesa do que era caracterizado como “liberdade das famílias” e da “liberdade de ensino”, – e que foram se tornando mais diversificados, com a aproximação progressiva entre movimento católico e empresários da educação –, entre os anos 1950 e 1960 sinalizavam a adesão a um modelo de sociedade bem distinta da democrática, sendo visível em seu discurso o reforço de hierarquias rígidas e de marcas conservadoras e autoritárias (MATTOS et al. 2017, p. 92).

Atualmente, outros grupos religiosos emergiram como forças políticas presentes no legislativo brasileiro, como a “bancada evangélica”. Em meados de 1990, houve uma pressão para a retirada da obrigatoriedade do ensino religioso da atual LDB, uma estratégia da própria bancada contra a hegemonia católica no domínio do espaço institucional brasileiro. Na conjuntura do debate do “Escola Sem Partido”, essa ala religiosa é a maior articuladora dos ideais do movimento, envolvendo a incorporação de um discurso de “liberdade” em defesa das convicções morais dos familiares e estudantes (religiosos) contra ao debate de gênero e sexualidade nas escolas.

Isso tem demonstrado que esses dois setores religiosos, (católicos tradicionalistas e neopentecostais) antes concorrentes, a se unirem contra os avanços do ensino de questões sensíveis, fomentadoras do debate a respeito da diversidade e da pluralidade, tanto no Brasil como em outros países, contrariando uma série de diretrizes que direcionam para narrativas educacionais mais inclusivas. Criou-se uma atmosfera de temor a essas questões sensíveis e controversas⁵⁴, evitando expor a pluralidade de convicções presentes na sala de aula.

Todavia, segundo Matos et. al. (2017), esses temas são necessários não apenas para um trabalho de convencimento ou não dos alunos, mas pela necessidade de fornecimento de

54 “é vedada (...) a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais” (Art. 2º)” (MATTOS et. al. 2017, p. 95).

instrumentos para o amadurecimento das suas opiniões, como forma de sofisticação dos seus juízes de valores, como uma etapa de sensibilização e de problematização do assunto.

Como Ramos (2017) percebeu, emergiu um “estado de exceção”, mediante as arbitrárias ações de modificação da lei em nome da “ordem”, da “família” e de “Deus”, sem consideração à constituição de direitos republicanos e democráticos. Para a autora, o cenário educacional se apresentou com a noção de uma “escola partida”, uma escola que passou a ser instituída por meio da negação da política. Um processo educacional vazio e favorável de uma “doutrina conservadora” com a suspensão da ordem jurídica, da relação entre a norma do direito e a da sua realização, entre o “poder constituído” e “poder constituinte”.

Desse modo, o Programa Escola Sem Partido demonstrou-se em ruptura com princípios constitucionais, proporcionando um “solo fértil” para alas reacionárias em defesa de uma “nova constituição”, um contexto motivador da criação desse “poder constituinte”, colocando um fim à esfera constitucional vigente, com a possibilidade de eliminação dos avanços democráticos presentes na história da Constituição de 1988.

Essa negação da face política da escola carrega no seu bojo resquícios da realidade histórica do regime militar brasileiro, autoritário, de um viés tecnicista e aliada da “normatividade neoliberal” (MACEDO, 2017). Ou seja, não há neutralidade vista que há um viés conservador. E a liberdade defendida pelo MESP, expressa-se de modo falacioso, considerando a sua inegável dimensão política/ partidária, pois uma ação de defesa de específicos valores e costumes, de determinadas abordagens do conhecimento em detrimento do processo contínuo da produção científica em conexão com avanço da democracia brasileira.

3 O CONSERVADORISMO, GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

Pensar nas diferenças entre o pensamento conservador da Europa entre o século XVIII e XIX e suas expressões contemporâneas é um desafio devido às discrepâncias entre os contextos históricos originais e a atual conjuntura brasileira. Embora as realidades sejam distintas desde o surgimento dessa corrente de pensamento político da modernidade, há aspectos intrínsecos que se mantêm.

A segunda década desse milênio foi marcada pela intensificação da polarização política em várias instâncias brasileiras. Muitos estudiosos destacam o avanço do conservadorismo na estrutura política nacional, ao lado de importantes mudanças no cenário democrático brasileiro, especialmente no que se refere à educação. Alguns ressaltam que existe uma continuidade conservadora que “adormeceu” por um breve período durante a recente redemocratização brasileira (AMORIM; SALEJ, 2016).

Nesse contexto, uma nova militância de direita e extrema direita, reacionária a certas mudanças estruturais em curso, tem protagonizado abertamente a disputa política e ideológica. Essa militância se fortaleceu nas diversas arenas públicas a partir dos protestos de junho de 2013. Nesse período, emergiu uma juventude conservadora marcando território no espaço público, aparentemente inaugurando o nascimento da “nova” direita. Tratou-se de uma militância de direita que utiliza os recursos digitais para promover suas ideias e percepções de mundo a respeito da forma de socialização no mundo contemporâneo, fazendo frente aos processos de mudança que marcaram os governos de esquerda dos últimos tempos no Brasil.

Esses recursos digitais são usados como formas de articulação dessa direita conservadora e reacionária marcada pela nova linguagem de construção da arena política pelas mídias sociais. No advento do uso político das mídias digitais, o confronto de ideias é marcado por um processo de polarização cada vez mais intensificador do funcionamento daquilo que Cesarino (2020) ilustrou como “populismo digital”.

3.1 “ANATOMIA DO CONSERVADORISMO”

O conservadorismo se ressignificou ao longo do tempo, mas a presença desse fenômeno ilustra sua manutenção na mesma medida em que a modernidade e o pensamento progressista foi evoluindo. Desse modo, ao tentar apresentar o *ethos* dessa importante corrente ideológica do mundo moderno, respondendo ao socialismo e aliando-se ou distanciando-se do liberalismo,

espera-se levantar aspectos que parecem se repetir ao longo das diferentes gerações. Primeiramente, pergunta-se: quem é o sujeito conservador nas bases dessa corrente?

No dicionário Aurélio, o conservador é descrito como “aquele que se opõe às mudanças, não aceitando inovações morais, sociais, políticas, religiosas, comportamentais.”⁵⁵ Na política, ele atua em um partido conservador, defendendo normas e tradições estabelecidas. Em contrapartida, para o Instituto Burke, principal centro de formação do pensamento conservador no Brasil, o conservador é um sujeito indiferente à política.

O conservador se identifica em várias frentes sem nunca pertencer de fato a nenhuma, ele é um homem com princípios, e não um homem dependente de principados e partidos. Ou seja, não há uma forma certa de ser conservador ou uma fórmula para tal; pois é basilar a compreensão de que os conservadores, em toda história, fugiram de padronizações e pautas. Não que eles sejam homens que odeiam padrões, mas pelo simples fato de que os padrões modernos de catalogação de pensamentos políticos lhes são inertes (EDITORIAL BURKE, 2019).⁵⁶

Além disso, o conservador é lido como “guardião das coisas que tendem a ser perenes”. Em defesa daquilo que é inato, é representante de uma estrutura base da sociedade, e se baseia de três princípios: lei natural, costumes, reação ao utopismo. Resumidamente:

o primeiro instinto de um feto é resguardar a sua própria existência, o primeiro instinto conservador é manter os valores e tradições naturais nos quais os homens são forjados, guardar aqueles ganhos civilizacionais que carregam a arquitetura do tempo como a sabedoria primaz da nossa raça. O que Edmund Burke denominou de “valores consagrados pelo uso” (EDITORIAL BURKE, 2019).

Ainda, segundo o instituto, o conservadorismo ultrapassa a esfera política e não é considerado como uma ideologia, tendo em vista a necessidade de independência da política. Para a entidade: “o conservadorismo é uma disposição de todos os homens”. Não depende dos espaços públicos, como outras ideologias, considerando que seu alicerce é o espaço familiar.

Nessas definições, há uma suposta negação da posição ideológica do conservadorismo. O Instituto em questão não se demonstra atento ao fato de o conservadorismo ser colocado como importante corrente ideológica da história do mundo moderno, assim como o socialismo e o liberalismo, como elucida Gahyva (2017). Possivelmente, a falta de entusiasmo com o racionalismo moderno permite admitir uma tendência de os conservadores não sistematizarem o seu próprio pensamento.

Precisamente, o conservadorismo surge de fato numa lógica de oposição aos progressismos. Segundo o dicionário político de Bobbio:

Na relação que se estabelece entre progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; aparece como tal,

55 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conservador/> - Acesso em 06 de maio de 2020.

56 Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/blog/conservadorismo/o-que-e-conservadorismo/> - Acesso em: 06 de maio de 2020.

mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO 1998, p. 243).

No dicionário de Bobbio, essa perspectiva mais funcional do conservadorismo provoca um olhar mais profundo para o cerne da sua existência e do seu conteúdo. Portanto, é interessante refletir sua relação com o progressismo visto este último como uma contribuição fundamental para o aperfeiçoamento do processo de laicização da história moderna.

O Conservadorismo surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade. (Ibid. p. 243).

Os ideais iluministas contribuíram, assim, para a formulação da dialética conservadora e progressista, na medida que avançava a dominação dos princípios individualistas formadores dos sistemas sociais e políticos modernos. Do ponto de vista conservador:

Sua dinâmica tornou impossível a estabilização de qualquer novo equilíbrio de poder, sempre desmascarado como insuficientemente racional ou ligado a interesses egoístas de classe, e suplantado por tendências mais radicais (Ibid. p. 245).

Seu pai fundador, segundo Nisbet (1987), é o irlandês Edmund Burke. Ele foi um representante central desta corrente e assumiu uma posição de investida ao radicalismo do racionalismo iluminista em reação a importantes mudanças sociais provocadas pelas ideias que transformaram a concepção de humanidade e natureza. Nisbet (1987) considera que Burke foi para o conservadorismo assim como Marx foi para o socialismo e Mill para o utilitarismo.

A obra de Burke - e central para os conservadores - é o livro *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790). Esse livro contém os principais parâmetros da reação contrária da nova ordem social instaurada pelos revolucionários franceses. Com o passar dos anos, estes escritos foram apropriados por setores da direita política. Essa reação contrarrevolucionária de Burke impactou o século XIX e sua obra se estabeleceu como a “bíblia” do conservadorismo moderno. Ela inspirou a expansão da corrente mundo afora, inclusive no Brasil no final do século XIX (LYNCH, 2017).

Alguns dos pressupostos do conservadorismo devem ser analisados partindo de uma análise que não seja determinada por uma linearidade histórica. Partindo de um levantamento dos estudos do sociólogo estadunidense Robert Nisbet (1987), é possível observar a articulação de aspectos que se cruzaram ao longo do repertório político da história da modernidade ocidental, recuperando as formas que permitem desenhar um *ethos* do conservadorismo,

especialmente quando se pensa nos aspectos envolvendo natureza, tradição, igualdade e liberdade.

3.1.1 Perspectiva sobre Mudança social

O pensamento conservador foi se desenvolvendo ao longo da modernidade, seguindo uma linha do tempo entre a reação à revolução francesa até a Primeira Guerra Mundial (GAHYVA, 2017). Os pressupostos da reação à modernidade pelo conservadorismo se estabeleceram como uma crítica ao racionalismo iluminista e sua nova forma de perceber a humanidade na relação com o conhecimento e seu papel de transformação social. Desse modo, natureza e tradição são objetos importantes que ajudariam para a ilustração desse *ethos* conservador moderno.

As reflexões de Burke foram influenciadoras para uma reação contrarrevolucionária e reativa ao individualismo emergente no mundo político ocidental da época. O filósofo irlandês demonstrava um desprezo pela apropriação do pensamento político iluminista e o forte espírito reformista dos revolucionários franceses.

Na verdade, a sociedade é um contrato [...] é uma associação em toda a ciência; uma associação em toda a arte; uma associação em todas as virtudes e em toda a perfeição [...] torna-se numa associação não só entre os vivos, mas entre os vivos e os mortos e os que estão para nascer. (NISBET, 1987, p. 48)

Um ponto básico que tange o sentimento do tempo para o conservadorismo é de uma nostalgia em relação ao passado: “[...] o presente não é livre - como o pensamento racionalista quisera provar - de refazer a estrutura social conforme a fantasia ou o “espírito de inovação” ditar” (NISBET, 1987, p. 48).

Esse é também um ponto presente em Mannheim (1981), tendo em vista a importância de contextualização dos processos sociais e históricos envolvendo determinado grupo geracional. “A legitimidade é obra da história e das tradições que vão muito além dos recursos de uma única geração (NISBET, 1987, p. 49).

Do ponto de vista de Burke, de Maistre, Savigny e outros dos primeiros conservadores, a verdadeira história é expressa não de uma maneira linear e cronológica, mas na persistência das estruturas, comunidades, hábitos e preconceitos geração após geração (NISBET, 1987, p. 49).

Desse ponto de vista, percebe-se uma crítica aos iluministas por exaltarem presente e o futuro. E, portanto, na contramão dessa perspectiva, os conservadores se apresentam como defensores de “método genuíno histórico”. O apontamento de Burke, segundo Nisbet (1987), para a época, era até plausível, considerando o racionalismo marcado pela essência do utilitarismo, ainda sem o impacto do pensamento socialista e das reflexões do mundo moderno e capitalista que marcariam o final do século XIX, especialmente, a partir do nascimento das novas disciplinas da sociologia e antropologia contribuindo para um maior conhecimento da sociedade. Do ponto de vista de Burke, há uma noção perturbadora da natureza da história humana e seus aspectos genuínos e históricos marcada pela ruptura com a tradição.

Para Burke e outros conservadores este género de história era mais do que inútil no que diz respeito aos meios de compreensão da verdadeira complexidade e solidez do passado e do presente; era também um meio tão abstracto e dedutivo como a teoria do contrato social - produzir mudanças precipitadas no presente sem examinar os detalhes do que estava a ser mudado (NISBET, 1987, p. 51).

Será que a crítica, para a época, não tem um sentido plausível? Pois, de fato, a sociedade não é uma coisa mecânica, uma máquina cujos elementos são intermutáveis e individualmente separáveis. Por isso, a “filosofia basilar” do conservadorismo determina: “Não podemos saber onde estamos e muito menos para onde vamos se não soubermos onde estivemos” (NISBET, 1987, p. 51).

Focar em um método histórico, para os conservadores, relacionava-se a uma crítica contundente aos seguidores da corrente utilitarista inaugurada pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Os “detestáveis utilitaristas”, segundo Nisbet (1987), eram vistos como pensadores perturbadores das conquistas históricas da sociedade, ilustrando uma relação tensa entre inovação e tradição⁵⁷.

Na filosofia do tradicionalismo⁵⁸, não se valida qualquer feito do passado. Não se trata de uma ideia a favor da inexistência da inovação, mas contrária “a necessidade superficial”, considerando a qualidade da tradição que marca o presente, “o inútil culto da mudança pela

57 Para muitos conservadores do século XIX, o efeito repugnante do utilitarismo foi perpetuar os « sofistas, calculistas e economistas » que B u r k e tratara c o m desprezo em *Reflections*. Termos como « desalmado » , « gelado » , « mecânico » e « desumano » eram regularmente aplicados pelos conservadores à visão de Estado e de indivíduo defendida por Bentham (NISBET, 1987, p. 52).

58 “Em França, Bourget escreveu “Os mortos ainda falam”, citando o seu contemporâneo Vogué. Isto foi repetido pelo crítico-historiador literário Brunetiere e mais tarde por T. S. Eliot. Na religião e no direito, a raiz tradere significava “depositar um espólio sagrado”” (Ibid.p.53).

mudança” (NISBET, 1987, p. 53). A mudança social é um aspecto significativo para compreensão do funcionamento do conservadorismo na esfera política. A distinção está no ritmo de funcionamento das reformas estruturais em relação ao pensamento progressista. Ou seja, não necessariamente o conservadorismo negaria a mudança social, porém ela precisa acontecer de maneira lenta e gradual. A tradição, para o pensamento conservador é fundamental, pois está atrelada à função de valorização e preservação da memória e da formação da sociedade. Todavia, o conservador reconhece uma “função progressiva e ainda vital, de que o homem tira proveito psicológica ou sociologicamente” (NISBET, 1987, p. 55).

No caso da educação, observa-se uma desmotivação da construção racional do conhecimento como caminho da transformação social. “Os esforços dos educadores” são ações inúteis perante a concepção tradicionalista de natureza para os conservadores⁵⁹.

É na crítica à razão iluminista, ou ao racionalismo moderno, que se observa esse lugar do sujeito conservador na esfera pública, reivindicando a preservação da tradição, das relações humanas, no universalismo. Além disso, o preconceito é visto como um elemento inato ao ser humano, “a essência de toda uma maneira de conhecer, compreender e sentir”. Segundo Gahyva (2017), trata-se de uma rejeição às metafísicas ideais, dicotomizando a relação entre tradição e razão.

Essas maneiras encareciam a razão pura, a dedução estrita do género, que se encontra na geometria, e arvoravam a luz da busca individual da verdade contra o que estava consagrado pela tradição e a experiência. Para os revolucionários bastava declararem uma coisa “contra a natureza e contrária à razão” para a banirem para sempre do regime político. (NISBET, 1987, p. 57).

Essa percepção compreende que não é por uma forma geométrica de raciocínio que se constroem os laços sociais, por divergirem dos sentimentos e emoções humanas. Para os conservadores, o preconceito fortalece o equilíbrio e, na ordem social⁶⁰, “é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição”, sendo que para os

59 Não se imagina os grandes conservadores - Burke, Disraeli, Churchill e de Gaulle - a estremecerem vagamente perante seja o que for, físico ou mental. Nem se imagina Max Planck - que fez uma das duas ou três maiores e mais ousadas descobertas da física moderna - estremecendo perante o novo e o incerto, embora venerasse o passado e insistisse em que a sua teoria emergira e se baseara tanto no antigo e tradicional como no actual do pensamento físico. T. S. Eliot, no seu ensaio sobre o talento e tradição individuais escreveu como tradicionalista confirmado assim como revolucionário, no que diz respeito à forma e imagística poéticas. O talento individual é simplesmente impotente e condenado à «roda de fiar», sem uma determinada tradição com que operar. (NISBET, 1987, p.56).

60 “Para Burke, o preconceito é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição. Este era o tipo de sabedoria que os filósofos da lei natural e especialmente os philosophes se compraziam em descrever como mera superstição” (NISBET, 1987, p. 58).

pensadores iluministas e revolucionários é uma “mera superstição”. Nessa relação entre “preconceito e razão”, há um saudosismo do pré-político, pois o preconceito, no conservadorismo de Burke, carrega uma “sabedoria intrínseca anterior ao intelecto” (NISBET, 1987, p. 58), uma crença na fidelidade daquilo que já está estável, que já está construído, um receio ao imediatismo, ao culto da novidade.

Daí a percepção de que adesão para o conservadorismo esteja sustentada no campo da irracionalidade, pois teria como núcleo central um saudosismo àquilo que estaria designado como instancia do pré-político. Portanto, haveria uma visão peculiar do conservadorismo para o entendimento da vontade geral. Supostamente, Burke repudiava a intelectualidade na condução de regras sociais. “Qualquer “vontade universal” tinha de ser um prolongamento do tradicional na consciência popular” (NISBET, 1987, p. 59), exemplificando a reação conservadora que lia a racionalidade iluminista como carregada de utopia a respeito do “curso dos acontecimentos”⁶¹.

A experiência vivida e o caráter prático tem sua maior relevância em detrimento do que seria o conhecimento vindo de abstrações teóricas.

No apelo conservador ao preconceito no comportamento humano está em jogo todo um tipo de conhecimento. É a espécie de conhecimento que William James descreveu como “conhecimento de” em contraste com “conhecimento acerca” (NISBET, 1987, p. 60).

A educação formal deve soar para o conservadorismo como uma aprendizagem superficial. Esse “conhecimento acerca” é de fato o que vem dos livros, de forma abstrata e seria o conhecimento mais universal. “Se a relação imediata e o aspecto prático são as virtudes últimas do primeiro tipo de conhecimento”, esse aspecto abstrato trazido pelo conhecimento formal não comporta virtude.

Esse repúdio ao “utopista e ao “reformista”, salienta Nisbet (1987), está atrelado ao descontentamento em relação à burocratização do Estado contribuindo para massificação do pensamento, visto como uma “tendência inevitável para lidar com as massas de povo em vez do povo” (NISBET, 1987, p. 62).

61 “Disraeli declarara guerra aos estadistas que procuram “formar instituições políticas sobre princípios abstractos da ciência teórica, em vez de lhes permitir que brotem do curso dos acontecimentos” (NISBET, 1987, p. 60).

Na percepção de Oakeshott⁶², o “racionalismo político no pensamento moderno ocidental é o somatório e a glorificação do conhecimento técnico”, o que James chamou de “conhecimento acerca”. Suponha-se aqui, uma ideia de tecnocracia ditando a ordem social.

De certa forma, a mudança social no âmbito do racionalismo moderno, tomando como base o conservadorismo de Burke, teria proveniência em uma ação autoritária “uma espécie de imperialismo interno”, e é tirânico, pois “somente o preconceito, na opinião de Burke, pode manter os cidadãos unidos, ao contrário da tirania que o racionalismo governamental às vezes impõe ao povo” (NISBET, 1987, P.64).

3.1.2 Perspectiva sobre estrutura social

A racionalidade iluminista tornou-se um empecilho à moral e aos costumes para os conservadores em relação àqueles aspectos percebidos como da “ordem natural das coisas”. Inicialmente, Burke manifestou seu repúdio à teoria do contrato social.

[...] em Reflections seja aquela em que repudia especificamente a fé do Iluminismo no contrato: não apenas o contrato no sentido de contrato social que Hobbes, Locke, Pufendorf e tantos outros filósofos políticos tinham evocado como base do Estado, mas contrato no sentido muito mais revolucionário em que Rousseau o usara: isto é, como a premissa contínua e permanente da soberania. (NISBET, 1987, p. 48).

Considerou-se que a soberania popular poderia ser definidora de um pensamento político, refletindo a relação entre o Estado e o povo (ROMANO, 1994). Encontravam-se elementos importantes em Thomas Hobbes e Joseph De Maistre⁶³, com o primeiro apresentando uma posição transparente de poder do Estado, e, o segundo, o despotismo teológico-político. De um lado, Hobbes, influenciador do regime absolutista, e do outro, De Maistre, um seguidor da reação de Burke à revolução francesa. Ambos possuíam um consenso de que a soberania popular seria algo inatingível, permanecendo no campo das ideias, sem se cogitar uma relação com a prática do cotidiano social.

62 “Michael Oakeshott pôs muito bem o assunto num notável ensaio sobre o “racionalismo na política”. Oakeshott faz essencialmente a mesma distinção entre tipos de conhecimento que fez James, usando as palavras “conhecimento da técnica” para um e “conhecimento prático” para outro”. (NISBET, 1987, P. 62).

63 Discussão baseada no livro *O território do homem* de Elias Canetti, 1978 (ROMANO, 1994).

Como elucidada Gahyva (2017), a construção teórica do conservadorismo recuperada por Tocqueville⁶⁴ faz uma crítica aos princípios democráticos iluministas, como o da igualdade, colocando em simetria o socialismo e o absolutismo (antigo regime), diante da relação adotada por ambos os modelos com a centralização do poder. Emerge, assim, que, na base do pensamento conservador há uma antítese entre liberdade e igualdade. De um lado, a liberdade na “proteção do indivíduo e da propriedade da família” em relação tanto aos seus valores morais quanto materiais. Do outro, a igualdade comportaria um forte risco a esses bens pelo seu caráter de “redistribuição ou nivelamento”.

No sentido conservador, as desigualdades são marcadores naturais dos indivíduos e a ação governamental, quando efetuada na tentativa da construção de uma equidade social, agravaria ainda mais os problemas sociais.

Burke via a Revolução Francesa, a sua Declaração de Direitos, as suas sucessivas constituições e muitas das suas leis como um esforço odioso e sem precedentes no sentido de transferir o fulcro inicial da liberdade, do indivíduo para a nação (NISBET, 1987, p.84).

Nesse caso, a ideia de liberdade não está relacionada a uma percepção individualista da modernidade ocidental e regida pela burocracia do Estado, pois a lei centralizadora estatal é uma ação perturbadora dos direitos naturais, que de fato, estariam presentes nos espaços comunitários e da família.

Esses espaços são considerados locais da genuína mediação dos direitos dos indivíduos com o Estado. Portanto, a soberania da condução desses direitos pelos espaços de mediação é inegociável. Um exemplo disso é a resistência aos movimentos de caráter afirmativo ao individualismo da modernidade. Como exemplo, os conservadores rejeitam todas as lutas pelo direito de igualdade das mulheres por considerá-los perturbadores às suas funções tradicionais, pois é “inaceitável ver a mulher separar-se das suas funções históricas pelo liberalismo moderno” (NISBET, 1987, p.88).

Assim, fica evidente um saudosismo da hierarquia por tratar-se de um “bem natural”, responsável pela ordem nas relações comunitárias. Ou seja, a ruptura com as diferenças “naturais” pelo projeto centralizador da lei formalizada, é vista como “destruidora dos costumes”.

64 O Antigo Regime e a Revolução (1856), Alexis de Tocqueville.

A oposição conservadora - quase metafórica desde o início - aos programas de redistribuição, de direitos especiais e da Acção Afirmativa, nasce dos efeitos inevitavelmente devastadores do longo percurso destes, sobre a diversidade e a variedade da sociedade, tanto (se não mais) como as suas hierarquias (NISBET, 1987, p. 93).

Os conceitos de hierarquia e ordem, nos argumentos de Hobbes e De Maistre, também são limitadores da atuação, na esfera social, do Estado. “Deste último não se espera “justiça” ou “bondade”, mas o impedimento dos levantes populares que causaria a desordem social em nome da “democracia” (ROMANO, 1994, p.24). De Maistre entendia que o poder do governante deve ser absoluto por se relacionar a algo comparável ao poder de Deus, ou seja, correspondente a uma supremacia divina. Enquanto Hobbes entendia que só a nobreza teria capacidade e sabedoria para governar um povo, portanto, só a ela caberia a soberania. Ao contrário disso, o liberalismo se articulou pela concepção de “cidadania democrática que hoje disputa, com o pensamento conservador, as preferências dos intelectuais e das massas” (ROMANO, 1994, p.24).

Nesse sentido, o conservadorismo manifesta uma forte admiração pelo feudalismo⁶⁵, pois a noção de autoridade baseada no espírito feudal contrariaria a ótica “engessada” do liberalismo baseada na relação de subordinação entre indivíduo e o Estado. “Na lei medieval, “liberdade” era antes de mais o direito dos grupos corporativos à sua autonomia”.

A autoridade evidenciava-se então numa cadeia, análoga à cadeia do ser que dominou a teologia medieval. Tanto a liberdade como a autoridade eram aspectos inevitáveis de uma cadeia de grupos e associações que ia do indivíduo à família, à paróquia, à Igreja, ao Estado e por fim a Deus (NISBET, 1987, p. 67).

Por isso, para este tipo de pensamento, é preciso que o Estado se limite a suas funções básicas e essenciais como assegurar a propriedade pública e os valores gerais do espaço público, envolvendo o controle da nação e o controle militar, pois “nem o Estado nem a Igreja tem o direito de transgredir as prerrogativas ligadas ao parentesco” (NISBET, 1987, p. 70).

O conservadorismo não se posicionou contra a conquista revolucionária na época, mas em oposição ao modelo elaborado, pois, para ele, o desenvolvimento de uma sociedade deveria acontecer pela manutenção dos valores e tradições dos grupos intrínsecos àquela sociedade⁶⁶.

65 Quase todos os conservadores do século XIX - Burke, Bonald, Coleridge, Hegel - Disraeli incluído – eram admiradores confessos da Idade Média (NISBET, 1987, p.66).

66 Disraeli, Newman, Tocqueville, Bourget, Godkin, Babbitt, todos eles, até os conservadores dos nossos dias como Oakeshott, Voegelin, Jouvenel e Kirk, salientaram a necessidade imperiosa do Estado político evitar tanto quanto possível intrometer-se nos assuntos económicos, sociais e morais; e, pelo contrário, fazer todo o possível para fortalecer e alargar as funções da família, dos vizinhos e das associações cooperativas voluntárias (NISBET, 1987, p. 71).

[...] a marca de contraste da política conservadora tem sido o seu grande favoritismo pelo sector privado, pela família e pela comunidade local, pela economia e a propriedade privada, e por uma grande dose de descentralização no governo, de modo a respeitar os direitos corporativos das unidades mais pequenas do Estado e da sociedade (NISBET, 1987, p. 71).

Existe uma rejeição, dentro do conservadorismo, à ideia de regulação da propriedade partindo da centralidade do Estado, coexistindo com uma defesa das posses corporativas do antigo regime, como das terras da Igreja e da nobreza.

Nas bases do pensamento conservador, a propriedade é um componente central por constituir um vínculo afetivo com a identidade do indivíduo, em detrimento de uma relação objetificada da modernidade⁶⁷. Devido a isso, embora o socialismo e sua lógica de igualdade distributiva sejam repudiados pelos conservadores, ainda é possível encontrar elementos da crítica marxista pelo conservadorismo em relação ao capitalismo. Há um desconforto com esse carácter objetificado da propriedade. Desde a época de Burke, havia um desconforto com a revolução industrial e este foi ganhando outros desdobramentos no decorrer das décadas⁶⁸.

Mas essa aproximação à crítica socialista não retirava a crítica e a rejeição à ideia da igualdade dos indivíduos, lembrando que as tradições e a propriedade são inerentes nas relações com a liberdade. Mas, segundo Nisbet (1987), ao longo do círculo político dos conservadores, alguns dos pressupostos do liberalismo e até mesmo do socialismo fizeram parte da disputa eleitoral para atingir maior alcance popular⁶⁹.

O conservador não é de fato um adepto da “caridade” como uma obrigação governamental, acredita-se que esta seria mais adequada para relações interpessoais, no âmbito das comunidades locais. Ou seja, em todo caso, ocorreria por uma linha mais descentralizada, visto que “os conservadores são, necessariamente, indiferentes à situação dos indigentes e

67 Toda a essência da perspectiva conservadora sobre propriedade e do componente fortemente romano-feudal dessa perspectiva, encontra-se, evidentemente, nos costumes e leis de primogenitura e morgadio. Ambas eram destinadas a proteger o carácter familiar de propriedade, a impedir que se tornasse na posse, incerta e possivelmente transitória, de um só indivíduo (NISBET, 1987, p. 98).

68 Disraeli, quase em acordo total com o seu venerado Coleridge, exprimiu a sua aversão a «uma espécie de nação mecânica, de máquinas de fiar». Pelo fim do século, G. B. Shaw comentou cheio de razão como as críticas dos conservadores eram muito mais ferozes contra o capitalismo do que contra os socialistas marxistas (NISBET, 1987, p. 111). [...] É elucidativo que, mesmo no fim do século, Charles Maurras, cujo conservadorismo atingiu dimensões de reaccionarismo, declarasse o capitalismo e seus plutocratas tão culpados da destruição da sociedade tradicional como os democratas radicais e os socialistas (NISBET, 1987, p. 113).

69 Bismarck é muitas vezes aclamado como o verdadeiro “pai do moderno estado do bem-estar social”, mas, tal como com Disraeli, é difícil encontrar a prova disso. Instigou as propostas de lei sobre o seguro de desemprego e doença apenas para frustrar e enfraquecer os perniciosos socialistas - no que foi bem-sucedido (NISBET, 2018, p. 104).

miseráveis”. Para eles, “a centralização provoca apoplexia no centro e anemia nas extremidades” (NISBET, 1987, p.106). Desse modo, entende-se que não cabe ao poder burocrático o envolvimento em demandas assistenciais cuja resolução estaria no âmbito das relações de proximidade dos indivíduos.

3.1.3 Perspectiva sobre tempo

No gerenciamento da perspectiva sobre o tempo, o conservadorismo tem, na filosofia tradicionalista, parte de sua fundamentação de oposição aos valores revolucionários da modernidade.

Desse modo, faz-se o “elogio ao passado”. Aqui o conservadorismo se encontra com o reacionarismo. Todavia, segundo Mark Lilla (2018), o “espírito revolucionário” tem se apagado na contemporaneidade, dando espaço para o “espírito reacionário”. Este, que surgiu como um contraponto aos princípios revolucionários iluministas, tornou-se cada vez mais perene “do Oriente Médio à classe média americana”.

O reacionário se apresenta como o “guardião do passado” em oposição aos anseios futuristas do revolucionário. Lilla (2018) salienta que a palavra “reação” foi apropriada das teorias de Newton pelos pensadores do iluminismo⁷⁰ e incorporada na linguagem revolucionária do levante jacobino àqueles que iam contra a revolução (Lilla, 2018). É importante lembrar que o legado de Burke fomentou esse “espírito reativo”, condenando a ação radical do jacobinismo na ruptura com os resquícios do antigo regime⁷¹.

Na discussão observada anteriormente, Nisbet (1987) não mencionou haver uma oposição radical do conservadorismo às mudanças sociais, embora as duas correntes compartilhem do mesmo ponto de partida - a Revolução francesa, em uma história que, segundo Lilla (2018), permeou os contrarrevolucionários ao longo dos séculos, a partir de um argumento “melodramático” narrando a revolução como uma “história de terror”.

70 “Montesquieu retratava a vida política em termos dinâmicos, como uma infindável série de ações e reações” (LILLA, 2016, p.10).

71 A Revolução Francesa modificou bastante coisa e gerou bastante insatisfação a seus críticos, considerando as transformações protagonizadas pelas ações radicais dos jacobinos, que trouxe uma nova ordem à França, proporcionando uma reação contrária. No entanto, existe uma contradição por parte de Burke, pois ao mesmo tempo que critica a Revolução Francesa, ele tinha uma justificativa para defender a Revolução Americana, diante da superação dos ingleses contra a Inglaterra e o seu regime colonial (NISBET, 1987).

Apesar das relações comuns, “os reacionários não são conservadores”. As estratégias de sobrevivência nas instituições democráticas foram distintas. O reacionário se vê na necessidade de se instalar na busca por determinada ordem que não condiz mais com a dinâmica política institucional (Lilla, 2018). Suas expectativas em relação a “uma nova ordem” são geradoras de um “medo apocalíptico”. A ordem e os bons costumes são rompidos pelos “alienígenas intelectuais”⁷². “A mente reacionária é uma mente naufragada”. “O reacionário enxerga os destroços do paraíso passando à deriva”. “Ele é um exilado do tempo” (LILLA, 2018, p.12).

O reacionário, imune às mentiras modernas, vê o passado em todo o seu esplendor, e também se sente exaltado. Sente-se em mais forte posição que o adversário por se julgar guardião do que de fato aconteceu, e não profeta do que poderia ser (Lilla, 2018, p.12).

Ele é moderno e não tradicional. Afinal, sua nostalgia é vigorosa e o ajuda a se manter resistente a um mundo de “revolução permanente”. Do um ponto de vista emocional, para Lilla, (2018), a nostalgia está para o reacionário tanto quanto a esperança está para o revolucionário. A nostalgia é essencial para que o reacionário revigore a sua certeza de retorno àquela “ordem social” naufragada no tempo.

O sentimento de nostalgia faz parte do conservador, o saudosismo do passado tem um caráter semelhante, apoiando-se na filosofia tradicionalista. Todavia, o “espírito conservador” não carrega um repúdio absoluto às mudanças, apenas acredita que esta deverá acontecer de modo lento e gradual.

Mas ambos os espíritos são nostálgicos de uma ordem social medieval. Ambos almejam que o projeto de futuro se baseie nessa experiência do passado. Um com uma visão mais radical do que o outro. Na ótica do conservadorismo, um ponto é a nostalgia em relação à Idade Média, pois, existe uma resistência ao pensamento Iluminista, racionalista e individualista em prol da defesa de uma ordem natural para a constituição moral da sociedade - contra o racionalismo moderno.

Essa visão nostálgica de uma ordem social baseada na Idade Média visa alcançar uma essência daquele passado. Quais são os elementos presentes na Idade Média de que os conservadores sentem falta no mundo moderno?

72 Post hoc, propter hoc é a profissão de fé do reacionário. Sua história começa com um Estado feliz e ordenado no qual as pessoas que conhecem seu devido lugar vivem em harmonia, submissas à tradição e a seu Deus. Vêm então ideias alienígenas promovidas por intelectuais — escritores, jornalistas, professores — questionar essa harmonia, e a vontade de preservar a ordem é debilitada no topo da pirâmide. (LILLA, 2018, p.12)

Nesse sentido, história e tradição é de fato um ponto chave na discussão, partindo da crítica ao modelo de contrato social na perspectiva revolucionária de Rousseau, repudiada por Burke. Para ele, o racionalismo iluminista criou uma estrutura social baseada numa relação humana calculista, pois as relações não se baseariam a partir de um consentimento tácito, mas através da dimensão tradicional e histórica de uma ou várias gerações.

A perspectiva histórica dos iluministas, para os conservadores e reacionários, trouxe raciocínios e hipóteses que fugiriam da “história natural”. Desse modo, tanto o conservadorismo quanto o reacionarismo buscaram fugir da linguagem matemática da história, de ordem mecânica das relações. Burke e seus seguidores foram resistentes ao caráter de uniformização social pelos pressupostos democráticos de igualdade. “Tocqueville foi ao ponto de declarar que a democracia e a burocracia estão tão perto uma da outra na sua índole, que se pode preconizar o progresso da democracia pelo da burocracia e vice-versa” (NISBET, 1987, p.79).

Esse modo uniformizador da democracia, para o conservadorismo, trouxe inclusive um estado de guerra mais perverso.

Na época feudal - conforme acentuaram Fuiler, Dawson, Churchill e outros conservadores – a guerra era limitada em quase todos os aspectos: pela tecnologia, pelo número de participantes, pelo seu código de cavalaria, pela reduzida obrigação de servir e pelas proibições da Igreja. Em contraste, quando do início da Segunda Guerra Mundial, as sociedades democráticas do Ocidente tinham alcançado objectivos sem limites, termos de rendição incondicionais, armamento que poderia matar às centenas de milhares e morte e devastação maiores num único ano do que em todas as guerras anteriores juntas (NISBET, 1987, p. 81).

O reacionarismo apresentado por alguns autores demonstra uma relação de frustração diante das Grandes guerras mundiais e o surgimento do totalitarismo, por conta das implicações do racionalismo ocidental na construção desses fatos históricos⁷³. Mas o seu maior desagrado é com a secularização moderna, pois existe uma orientação mais profunda ao divino.

73 Essa série de catástrofes clamava por uma explicação. E então uma miríade de pensadores — filósofos, historiadores, teólogos — começou a oferecê-la. O primeiro foi Oswald Spengler em seu estudo *A decadência do Ocidente* (1918–1923), de enorme influência. Uma infinidade de declinistas concorrentes viria a seguir seu exemplo, todos afirmando ter descoberto a ideia decisiva ou o acontecimento decisivo que selou nosso destino. Desde a década de 1950, esta tem sido uma literatura popular e crescente na direita europeia e americana. Mas seus clichês também podem ser encontrados na esquerda marginal, na qual ecologistas apocalípticos, antiglobalistas e militantes contra o crescimento cerraram fileiras com os reacionários do século XXI (LILLA, 2018, p. 15).

Para Eric Voegelin⁷⁴, “O iluminismo radical decapitou Deus”. E para ele, o cristianismo teria iniciado isso no mundo antigo, na separação entre a ordem política e a ordem divina⁷⁵. Essa obsessão do ocidente pela secularização, para o pensamento reacionário, contribuiu para o surgimento de “deidades seculares grotescas como Hitler, Stalin e Mussolini”. Por isso, a insistência em uma filosofia contempladora do divino.

O reacionarismo faz uma crítica ao cristianismo numa comparação com os aspectos religiosos do mundo grego. Na ótica reacionária, o problema estaria no distanciamento cristão do mundo político, numa visão dada de sacrifício humano marcando a vida cristã com um mundo terreno, como pensou Franz Rosenzweig⁷⁶. Voeglin buscava moldes no mundo ateniense, pois “a filosofia de Platão e os dramas de Ésquilo expressavam a verdade recém-revelada sobre a existência humana”. Uma característica do reacionarismo é o modo exagerado de utilização do simbolismo e de “especulações místicas” (Lilla, 2018, p.44).

Desse modo, o pessimismo de pensadores como Voeglin contra a modernidade via-se diante de um cenário de importantes levantes na Guerra Fria o que gerou a adesão a alas conservadores como um caminho viável de barrar o caos da pós-modernidade. Seria o desprezo pela religiosidade que teria culminado na construção de laços extremamente materialistas, “a busca do milênio no aqui e agora político”. Nesse sentido, havia um forte repúdio aos postulados Hegel e Marx, influenciadores dos “gnósticos modernos”, vistos como “assassinos de Deus”⁷⁷.

No caso de Strauss, “essa tensão entre Atenas e Jerusalém era necessária”, ao criticar a filosofia Moderna pelo seu ceticismo racionalista. Strauss encontrava na filosofia de Platão uma espécie de “Eldorado”, mas era preciso que fosse libertada “dos seus intérpretes modernos”

74 Eric Voeglin era alemão, cientista político, que imigrou para EUA devido ao cenário de dominação nazista. Ele era da mesma geração de pensadores como Hannah Arendt e Theodor Adorno. Embora encontre seguidores na América do Norte e na Europa, “sua nostalgia histórica não sobreviveu às investidas de sua infinita curiosidade” (LILLA, 2018, p.38).

75 “Essa noção hidráulica de um impulso religioso que ressurge na vida secular se lhe é negado o acesso divino tem sido um esteio do pensamento do Contrailuminismo desde o século XIX, especialmente entre os teólogos cristãos que protestam contra o curso da história moderna” (LILLA, 2018, p.42).

76 Judeu alemão que começou como estudioso dos escritos políticos de Hegel, ele abandonou a filosofia às vésperas da Primeira Guerra Mundial para dedicar o resto de sua breve vida à revitalização do pensamento e da prática judaicas (LILLA, 2018, p. 15).

77 As histórias das modernas revoluções políticas, do progressivismo liberal, dos avanços tecnológicos, do comunismo, do fascismo — que mais seriam senão testemunhos da rebelião gnóstica contra a própria ideia de uma ordem transcendente? O fato de Voegelin considerar que o cristianismo era em parte culpado por essa rebelião e que a Revolução Americana foi um dos seus resultados estranhamente escapava a seus leitores conservadores (LILLA, 2018, p. 46).

(Lilla, 2018, p. 56). De certo modo, encontra-se presente um forte esoterismo que transformou “a história num *mythos* do declínio e queda do pensamento ocidental” (Lilla, 2018, p. 58).

O espírito reacionário assume uma extrema oposição à era Moderna, extrapolando o nível de percepção ao tempo e às mudanças que o conservadorismo, ainda que criticamente, concebia como sendo de alguns ganhos na modernidade.

[...] após as investidas de Lutero, Calvino e os reformistas radicais, a Igreja católica romana jamais teria o seu Agostinho moderno. Tampouco depois do Iluminismo — ou das Revoluções Americana e Francesa, ou da Revolução Industrial, ou das revoluções socialistas do século XIX, ou da disseminação do darwinismo, ou da secularização das escolas europeias, ou da generalização do sufrágio, ou da ascensão do comunismo e do fascismo, ou da descolonização, ou do controle da natalidade, ou do feminismo ou de qualquer outra grande mudança histórica da era moderna. (LILLA, 2018, p. 72).

Essas características negativas servem de argumentos para se contraporem ao modelo centralizador e burocratizado do estado democrático. Associando sua criação à formação das massas teria se tornado fundamental para a constituição de governos totalitários⁷⁸. Sem dúvida, a ciência e a democracia estariam envolvidas na lógica de controle social e direcionamento das massas.

Por isso, o conservadorismo faz uma recusa da expansão do domínio da soberania, domínio predestinado para aqueles com a capacidade de gerir o Estado com ordem e hierarquia. Nessa recusa, entende-se que “a soberania popular é o perigo e o grande vício do liberalismo e das Luzes democráticas”. (ROMANO, 1994, p.26).

Assim, é possível inferir uma aproximação do conservadorismo com modelos despóticos de governo e um maior flerte com a monarquia e com estados de exceção, por serem formas de manutenção da soberania de modo seletivo, com maior controle do governo e ao mesmo tempo assegurando a harmonia com a sociedade.

3.2 CONSERVADORISMO E NOVAS GERAÇÕES

Na contemporaneidade, há uma “emergência de unidades geracionais formadas por jovens conservadores”. (WELLER; BASSALO, 2020, p. 391). Pela perspectiva de Karl Mannheim, esse fenômeno pode ser analisado através da relação entre estilos de pensamento e

⁷⁸ “Hannah Arendt apenas se fez eco desta litania conservadora sobre as massas, na sua monumental obra *The Origins of Totalitarianism*” (NISBET, 1987, p.83).

de suas circunstâncias sociais. Como bem elucida o sociólogo: “[...] não podemos realmente entender mudanças em um estilo de pensamento a não ser que estudemos os grupos sociais que são portadores dessas mudanças” (MANNHEIM, 1981, p. 81). Não seria uma demanda somente as grandes crises sociais.

Diante disso, o alerta de Mannheim ao estilo de pensamento conservador, é não o confundir com a ideia de tradicionalismo. É a diferenciação entre conservadorismo enquanto corrente política e ideológica da modernidade e o conservadorismo enquanto resistência pela tradição.

[...] o estilo de pensamento conservador moderno não pode ser confundido com o conservadorismo natural, melhor definido como tradicionalismo, que não possui traços históricos e se configura como uma conduta instintiva ou reativa em relação a reformas deliberadas e uma “daquelas tendências adormecidas que cada indivíduo inconscientemente abriga dentro de si” (Mannheim, 1971, p.157 apud WELLER; BASSALO, 2020, p. 393).

Assim sendo, deve-se pensar no momento histórico para o surgimento de um movimento conservador. Ou seja, “não é uma reação automática” (WELLER; BASSALO, 2020, p. 393).

Nas novas gerações, pergunta-se: qual é o estilo de pensamento conservador presenciado e vivenciado por determinada geração? Em qual contexto social e histórico surge essa expressão conservadora? Como as novas gerações tem se apropriado dessa herança ideológica e filosófica deixada por Burke?

A herança cultural dá continuidade ao estilo de pensamento conservador originado no século XIX, mas com novas apropriações a cada nova geração e em cada contexto social e político ou em cada constelação, se quisermos utilizar um conceito adotado por Mannheim (WELLER; BASSALO, 2020, p. 394).

A aproximação da proposta de estilo consiste em um refinamento do entendimento da noção de geração, devido ao fato de existir:

[...] uma unidade geracional enquanto herdeira e defensora de um estilo de pensamento conservador moderno que busca construir seu espaço de legitimação por meio da herança cultural e da polarização com outros estilos de pensamento” (Mannheim, 1964, p.553 apud WELLER; BASSALO, 2020, p. 394).

Mas isso é válido quando se leva em consideração a “conexão geracional”, evitando o determinismo biológico. Assim, torna-se mais fácil analisar o porquê de jovens de unidade geracionais aderirem ao estilo de pensamento conservador. A conexão geracional permite a relação da posição geracional com o contexto circundante ao momento histórico representado.

Em outras palavras, a forma como grupos processam fatos históricos do seu tempo, a adoção ou criação de estilos de vida diferenciados, mesmo entre aqueles que vivem

em um mesmo meio social, provoca o surgimento de distintas unidades geracionais no âmbito de uma mesma conexão geracional. (WELLER; BASSALO, 2020, p. 394).

A forte expressão reacionária contra a universalização dos direitos humanos, tem contribuído para a afirmação de grupos e atores conservadores na esfera democrática e o engajamento de grupos extremistas de direita nas mídias digitais.

Após as jornadas de junho de 2013, a tese mais marcada no debate acadêmico é a ruptura da política de conciliação de classes inaugurada pelo governo Lula. As jornadas de junho tornaram-se o principal evento que marca essa ruptura e a crise política no Brasil. Isso se desdobrou pelo “padrão de protesto” dessa última década e que foi ganhando formas distintas ao longo dos anos, com o fortalecimento de uma direita e conservadora reacionária na política.

Pela perspectiva de Karl Mannheim, esse fenômeno pode ser analisado pela relação entre estilos de pensamento e suas circunstâncias sociais. Como bem elucidou o sociólogo: “[...] não podemos realmente entender mudanças em um estilo de pensamento a não ser que estudemos os grupos sociais que são portadores dessas mudanças” (MANNHEIM, 1981, p. 81).

Como elucidou o sociólogo, todavia, existem “intenções básicas”. No contexto da modernidade, e após a revolução francesa, iniciou-se uma “tendência polarizante” de diferentes estilos. “Diferentes estilos de pensamento se desenvolveram de acordo com linhas partidárias, de forma que podemos falar de estilos de pensamento “liberal” e “conservador”, aos quais acrescentaremos mais tarde o estilo “socialista”” (Ibid., p. 83).

Essa tendência, segundo o autor, foi ainda mais nítida na Alemanha. Lá, o romantismo impactou a filosofia: “A Alemanha experimentou a revolução francesa no plano filosófico” (Ibid., p.84).

Se a França teve o papel de reconstrutora radical de todos os elementos iluministas e racionalistas da consciência e assim se tornou a portadora reconhecida do pensamento “abstrato”, é também possível dizer que a Alemanha teve um papel complementar na medida que transformou o pensamento conservador orgânico e histórico numa arma, dando-lhe ao mesmo tempo uma consciência interna e uma lógica própria (Ibid., p.84).

Mannheim (1981) ressalta a necessidade de entender o que e como se deu a manutenção de poder nas transformações e nas revoluções. Isto que na Inglaterra havia uma lógica gradual de abstração das transformações, sem o radicalismo revolucionário francês. A Alemanha se manteve nessa linha evolutiva inglesa, mas marcada pela “forte repressão dos grupos dominantes sobre a camada mais baixa” (Ibid., p.85). Pela inspiração em um estado militar e

considerando a presença de focos revolucionários internos, o movimento conservador, intelectual e emocional, portanto, teve respaldo. Diante disso, cabe ressaltar o fato de que mesmo que a contrarrevolução ter sido iniciado na Inglaterra, tendo Burke como seu pai fundador, foi na Alemanha que o conservadorismo ganhou sua maior expressão.

Os elementos realmente básicos do pensamento, por exemplo o “historicismo”, são achados de forma embrionária em Burke. Mas, o “historicismo”, enquanto método e ponto de vista filosófico, parece ser produto do pensamento conservador alemão, e quando ele finalmente aparece na Inglaterra, é como resultado da influência alemã (MANNHEIN, 1981, p.87).

Nas novas gerações, da contemporaneidade, algumas análises apontam para o fortalecimento do neoliberalismo conjugado ao pensamento conservador e reacionário. Ou seja, numa lógica confusa e anacrônica, valores trabalhados na afirmação conservadora a mesclam com o campo liberal.

Os conservadores da atualidade se posicionam ao mesmo tempo como reacionários a mudanças sociais envolvendo a estrutura de poder, reivindicando a diminuição do papel do Estado em aspectos que envolvem o investimento no campo de superação das injustiças sociais, mas aumentando o investimento no fortalecimento da atuação repressora militar e de lobbys econômicos específicos.

Nesse contexto, ressalta-se a consolidação de partidários de caráter extremista no campo da direita, novidade para o Brasil, desde a redemocratização. É expressão de uma ala conservadora reacionária bebendo do discurso liberal, com a ascensão das forças bolsonaristas disputando o pleito eleitoral.

3.2.1 Juventude e conservadorismo

Na emergência de “jovens conservadores” identificam-se aspectos específicos do pensamento liberal e conservador. (WELLER; BASSALO, 2020).

Entender essas conexões é estar ciente de que a juventude atual não pode ser reduzida ao conservadorismo ou reacionarismo de direita, tendo em vista a existência expressiva de outras tendências políticas e jovens de esquerda. Não é porque no início do século XIX, a

existência de “uma geração romântico-conservadora” tenha sido “substituída na década de 1930 por uma geração que voltou a ser racional-liberal” (Ibid., p. 396), que é possível generalizar.

O interessante na discussão proposta por Mannheim (1981) e observada pelas autoras, é evitar uma visão equivocada de relacionar unidades geracionais com “estilo de pensamento”. A expressão ideológica da juventude, portanto, deve-se entender pela sua conexão etária e suas experiências históricas. É a apreensão específica de cada sujeito e de cada grupo social em relação à história e aos fatos políticos que definiria sua posição no espectro político. Porém, é preciso atenção à complexidade da influência do fenômeno conservador na geração jovem.

No atual cenário político brasileiro, parte da juventude vem encontrando no pensamento conservador numa posição de afirmação de identidade política e social. A busca do conceito “conservador” nas redes virtuais tem mostrado uma constante apropriação dos pressupostos da corrente devido ao cenário de intensa crise institucional⁷⁹. Desde 2013, a ascensão dos novos movimentos sociais de direita propiciou o avanço dessa geração de jovens conservadores, com o auge da ascensão desses movimentos acontecendo entre 2013 e 2016, período “com a maior concentração de lançamento de páginas, correspondendo a 63%” (Ibid., p. 398).

Esse é o momento de fortalecimento de uma nova direita conservadora e reacionária no Brasil, desde as mobilizações anti-gênero, as jornadas de junho de 2013 e o momento do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

O *impeachment* foi determinante para consolidação dessa polarização política e para o avanço dessa expressão conservadora. A partir do governo interino de Temer, uma série de medidas aprovadas revelou a consolidação da “frente liberal ultraconservadora” (COLOMBO, 2018) no comando governamental. Ou seja, o momento entre 2013 e 2016, pode ser considerado um período de importante consolidação do “conservadorismo reacionário” (BRAZ, 2017).

Além disso, era um contexto também marcado pela intensificação da deposição de presidentes de esquerda na América Latina. Como salienta Braz (2017), a realidade atualizada desse conservadorismo acontece por meio de um “golpe democrático” na América Latina “operado no âmbito da democracia burguesa em funcionamento”.

Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do

79 É nesse período que eclodem as manifestações de rua que, por meio das redes sociais, ascenderam como grandes eventos de massa a partir de uma insatisfação generalizada com a forma de gestão do país e a “desconfiança em relação aos canais institucionais de participação, bem como desconfiança em relação a associações como partidos ou sindicatos e preferências por ações políticas pouco institucionalizadas” (WELLER; BASSALO, 2020, p. 397).

funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo (BRAZ, 2017, p. 89).

Machado e Miskolci (2019) ressaltam que essa crise no sistema político, tendo como marco temporal as jornadas de junho 2013 e o fortalecimento do antipetismo no Brasil, favoreceu o domínio da direita conservadora e reacionária. Segundo Gobbi (2016), nesse período, temos o surgimento de uma “militância liberal”, em defesa da hegemonia econômica capitalista com valores tradicionais e de costumes com a presença de uma juventude estudantil que foi marcando território nos espaços universitários até então representados por espectros políticos da juventude da esquerda.

Tatagiba e Galvão (2019) constatarem que, embora 2013 fosse um demarcador da intensificação dos protestos, alguns pontos de acentuação da polarização já apareciam em anos anteriores, com o aparecimento, entre 2011 e 2016⁸⁰, de um processo não unânime de vários protestos de todas as posições e diversas intencionalidades. Um elemento importante na caracterização dos protestos, é o fato de que “os movimentos sociais contemporâneos respondem, de forma não unívoca, à dinâmica do capitalismo e suas crises” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.64), desde “o contexto de crise do capitalismo neoliberal inaugurado em 2008”.

A expansão desses protestos possuiu uma característica atrelada ao modo de operação da política econômica do governo do Partido dos trabalhadores, com a crise da política de “conciliação de classes” (Ibid., 2019).

Esse modelo, consolidado no segundo governo Lula, foi viabilizado pela constituição de uma frente política neodesenvolvimentista, conformada por frações da burguesia e das classes populares (Boito, 2012), que respaldou o governo e sua política de conciliação de classes, o lulismo (Singer, 2012). “Os protestos precedem a eclosão da crise econômica, que se torna manifesta em 2015” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.65).

Como elucidada Braz (2017), a reconstrução de uma nova hegemonia era necessária. Pois, segundo o autor, existem “evidências de uma *crise de hegemonia*”, em que “as classes dominantes” não poderiam mais governar como no passado “e tampouco as classes dominadas criaram as condições para se tornar classe dirigente” (BRAZ, 2017, p. 94).

80 [...] embora a conflitividade acionada em junho de 2013 tenha se espalhado por diversas cidades brasileiras, ela parece ser caracterizada por uma dinâmica mais descentralizada e heterogênea, com diferentes alvos, organizações e demandas. Já no caso de 2015-2016, as redes pró e contra o impeachment foram capazes de produzir a difusão territorial de um único evento por várias cidades, o que denota capacidade de organização e mobilização (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.71).

Portanto, nesse cenário de crescimento da polarização e de intensa movimentação dos institutos e fundações ligadas à direita e extrema-direita promovendo um clima de insatisfação contra o PT, há um alinhamento da “nova” direita e, como observa Singer (2015), uma “frente única burguesa antidesenvolvimentista”.

Outro ponto característico desses jovens, envolvendo uma afirmação positiva e uma lógica afirmativa de identidade social e política de ruptura com sua própria unidade geracional transparece na frase: “Somos jovens conservadores e não temos vergonha disso” (WELLER; BASSALO, 2020, p. 399).

A intensificação do antipetismo - a partir das alianças entre grupos diversos, parlamentares, institutos, mídia, setores do judiciário, grupos religiosos, empresários representados pela Fiesp e outros setores econômicos -, acabou repercutindo em todos os movimentos e partidos de esquerda. Ou seja, o cenário do *impeachment* confirmou “uma vitória das forças à direita do PT”, como também do conservadorismo reacionário (BRAZ, 2017, p.94). Esse foi o cenário de uma nova governamentalidade instaurada (BARBARA; CUNHA; BICALHO, 2017) e, portanto, da reformulação da hegemonia do Capital (BRAZ, 2017).

Naquele contexto, a atuação do governo Temer fortaleceu a expansão de projetos antidemocráticos, tendo em vista seu projeto de governo “uma ponte para o futuro”⁸¹ incluindo desde cortes em verbas públicas para os serviços públicos, como a PEC do teto dos gastos públicos, aprovada ainda em seu governo e a reforma da previdência cuja aprovação ocorreu no governo de Bolsonaro. Na época, o lema era uma “democracia da eficiência”, marcando o debate público a respeito das propostas de expansão da privatização das empresas públicas, da redução das políticas sociais, como bolsa família e o ataque a regulamentações trabalhistas.

Além disso, após *impeachment* de Dilma, fortaleceram-se, também, diversos projetos de leis atrelados reforçando o discurso conservador contra diversas pautas progressistas sociais,

81 Segundo Braz (2017), naquele momento, o governo criou o “Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)”, envolvendo estratégias de privatização de serviços e empreendimento públicos. Também, encaminhou para a aprovação no legislativo a “PEC n. 241, Emenda Constitucional nº 95, aprovada 15/12/2016, propondo o “congelamento de investimentos por vinte anos, inclusive para a Saúde e a Educação”. Além disso, entre outras reformas, na época, bastante discutidas como salientou Braz, é a “contrarreforma da Previdência Social, que prevê desvinculação das pensões do salário-mínimo, aumento da idade mínima e do tempo de contribuição”. Todavia, essa reforma da previdência só conseguiu ser aprovado no governo de Jair Bolsonaro em 12 de novembro de 2019, Emenda Constitucional nº 103 (BRASIL, 2019). Por fim, ainda no governo Temer, havia uma forte crítica dos sindicatos trabalhistas a respeito das propostas de reformas trabalhistas, envolvendo a flexibilização da legislação trabalhista em vários aspectos, sendo: “mais ataques às empresas públicas no sentido de privatizá-las ou de torná-las mais eficientes com “novas regulamentações/flexibilizações da questão do trabalho escravo”; “redução da idade laboral”, etc. (Ibid. p. 95). Essa pauta crítica trabalhista está relacionada, sobretudo, a medida provisória, MP 808/2017, publicada no diário oficial da União em 14 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/527533-medida-provisoria-que-altera-reforma-trabalhista-chega-ao-congresso/>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

especialmente no campo educacional. Uma “cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país [...] (BRAZ, 2017, p.94).

Nas observações levantadas por Gobbi (2016), de fato, existe uma articulação ideológica do campo da direita de modo diverso do mencionado. O foco característico desses jovens de direita se dá pela “tendencia fucionista” dessas correntes. Em algumas pautas defendidas por essa rede estudantil, como “o armamento da população civil” e de denúncia da “falácia” do aquecimento global, há um caráter que remete às características da “ofensiva ultraconservadora” (TOMMASELLI, 2018).

As jornadas de junho de 2013, atuando como um “divisor de águas” na mudança da atividade política brasileira, teria ajudado no crescimento de “setores oposicionistas à direita e estímulo à participação de indivíduos não organizados” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.84). Entre as principais queixas, “[...] três grandes conjuntos de problemas que motivaram os protestos: governo e sistema político (25,2%), salário e condições de trabalho (17,6%) e condições de vida nas cidades (16,5%)” (Ibid., p. 85).

É importante salientar que, a articulação desses jovens a um estilo de pensamento conservador, no atual cenário político, corresponde a um momento em que há uma intensa frustração com as instituições e a representatividade política, momento marcado, inicialmente, por um discurso de combate à “corrupção”. Para esses jovens conservadores, o “combate à corrupção” tornou-se a “bandeira de atuação associada ao ser conservador”, enquanto os outros, os “não conservadores”, passaram a “ser tratados por eles como corruptos ou desonestos” (WELLER; BASSALO, 2020, p.399).

Diante disso, no estudo de Tatagiba e Galvão (2019), a maior demanda da mobilização nesse cenário de polarização, dizia respeito “ao funcionamento da democracia e ao antipetismo”, criando um contexto favorável a um tipo de protesto baseado na negação da política, ou de “protestos contra políticos”. E, contrariando expectativas, somente em 2015 tais demandas “se tornam majoritárias na agenda pública, atingindo em 2016, no auge da crise política, 60% do total dos protestos”. É nesse momento que as críticas difusas à corrupção e ao funcionamento da democracia representativa convergem para o antipetismo⁸². Essa realidade pode ser observada no quadro 1, com os dados apropriados desse estudo.

82 Essa é uma pista que precisa ser mais bem trabalhada, mas o germe de insatisfação com os políticos identificado a partir de 2011 é canalizado pela direita em 2014, quando Aécio Neves contesta o resultado da eleição (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.87).

Tabela 2 – Comparação dos grupos sociais nos protestos pré (T1) e pós (T2) junho de 2013

Reivindicações	T1	Reivindicações	T2
Salário e condições de trabalho	111	Governo e sistema político	270
Governo e sistema político	73	Condições de vida	142
Condições de vida	70	Salário e condições de trabalho	123
Justiça, direitos humanos e segurança	64	Políticas sociais	70
Política econômica e setorial	36	Justiça, direitos humanos e segurança	59
Gênero, diversidade sexual e raça	35	Política econômica e setorial	52
Terra	31	Meio ambiente e desenvolvimento	47
Políticas sociais	31	Sem dados	36
Meio ambiente e desenvolvimento	26	Outros	28
Sem dados	19	Terra	25
Outros	15	Gênero, diversidade sexual e raça	24

Fonte: Tatagiba e Galvão (2019, p.84).

Na narrativa desses jovens, em “defesa de uma ordem”, reaparece a disputa política e ideológica em torno de diversos assuntos sensíveis à esfera da moral e dos costumes. Além disso, a partir de pautas morais e repressivas⁸³, abre-se caminho para o fortalecimento dessa ofensiva conservadora em direção a um “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004), na ordem política inaugurada por Temer⁸⁴.

É interessante notar que, ao mesmo tempo que defendem um tipo de democracia, que inclui representatividade oriunda de um processo de escolha, também é frequente a afirmação de que são independentes, anunciando não possuírem vínculo partidário e

83 “Redução da maioria penal e aumento da internação de adolescentes infratores”; “Estatuto do Nascituro (que aumenta a criminalização do aborto, tornando crime até mesmo os casos atualmente permitidos pela lei)”; “Estatuto da Família (que retrocede enormemente os avanços dos direitos no campo da orientação sexual)”; “aplicação da Lei Antiterror (triste herança de Dilma), que aumentará a repressão e colocará mais dificuldades ao nosso trabalho junto aos movimentos sociais” (BRAZ, 2017, p. 97).

84 Os jovens que se denominam conservadores, mesmo que não tenham uma definição clara do conservadorismo que, em tese, sustentaria suas ações, representam uma unidade geracional com a tarefa de estabelecer uma polarização com temas, grupos e objetos difusos que indiquem caráter inovador ou progressista e o fazem a partir de um posicionamento enquanto herdeiros culturais do conservadorismo (WELLER; BASSALO, 2020, p.400).

negando uma orientação político partidária para suas ações (WELLER; BASSALO, 2020, p. 400).

Esses grupos passaram a se consolidar como de oposição a uma representatividade tida como hegemônica em espaços de atuação jovem no campo educacional, como nas representações estudantis (GOOBI, 2016). Há, assim, a ascensão de uma juventude de direita conservadora, e, também, a emergência de “grupos autonomistas” defensores da “horizontalidade contra a hierarquia de partidos e sindicatos” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.72). E mais, articulando-se muito bem no mundo virtual, fortalecendo as suas redes de relação e de formação teórica para além dos espaços físicos dos pátios da faculdade.

Nas páginas desses jovens conservadores, uma figura notória no debate e identificada como fonte de inspiração para o seu conservadorismo, foi o escritor Olavo de Carvalho,⁸⁵ também visto como um intelectual orgânico do MESP.

Em praticamente todas as páginas o jornalista Olavo de Carvalho é apontado como referência filosófica para suas críticas e posicionamentos, absorvendo suas interpretações e, por vezes, reproduzindo neologismos irônicos ou agressivos nos debates e postagens que realizam [...] as redes sociais aumentaram a velocidade e a agilidade com que os jovens tomaram conhecimento da atividade intelectual a ponto de considerá-lo o “maior”, “único”, “o grande”, “professor”, “filósofo”, dentre outros adjetivos. O acesso à sua produção se deve ao compartilhamento e fácil acesso de vídeos com palestras, entrevistas, aulas “difundidos por diferentes sujeitos e grupos que reproduzem suas visões de mundo, reiterando, portanto, certa cosmologia conservadora, cristã, colonizadora e ocidentica encontrada nas supostas teorias acerca do que tem sido chamado de Nova Ordem Mundial, globalismo e guerras culturais” (ROSA; REZENDE; MARTINS, 2018, p.166 *apud* WELLER; BASSALO, 2020, p. 401).

E, à luz dessas ideias conservadoras, se posicionam como “guardiões contra os novos tempos de mudança estrutural”. No intuito do restabelecimento da ordem, cita-se o regime militar como marco temporal (WELLER; BASSALO, 2020). São jovens apoiadores do MESP, contra a “doutrinação gramsciana”, contra o feminismo, contra a União Nacional Estudantil (UNE).

Portanto, partindo dos pressupostos de Mannheim (1981), para a contextualização histórica da apropriação por parte desses jovens de um tipo de pensamento conservador, eles se inserem no cenário de disputa educacional, no contexto da emergência do movimento anti-gênero nas novas diretrizes curriculares, partindo para uma rejeição de acordos democráticos e

⁸⁵ Um nome identificado como um intelectual orgânico do MESP no capítulo 1.

conquistas sociais, alinhados com uma percepção de mundo conservador e capitalista⁸⁶. “O conluio entre Legislativo, Judiciário, PF, mídia e organizações empresariais, como a FIESP, foi explícito” (BRAZ, 2017, p.92). O projeto idealizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pela política de “conciliação de classes”, partindo da ótica do “bom capitalismo” ou do “capitalismo de rosto humano”, no final das contas, trouxe uma derrota para o PT.

Entretanto, de tudo ficou um gosto amargo de derrota, e não só para o PT, que é de fato o grande derrotado com sua estratégia de conciliação de classes. A derrota do PT respinga em toda a esquerda porque as máquinas ideológicas da classe dominante tratam de colocar todos no mesmo saco da “esquerda” (BRAZ, 2017, p.93).

Vale lembrar que os “protestos antecedem a crise” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Era um anúncio de uma crise política institucional que se fortaleceria nos anos seguintes. Uma crise que, segundo índices levantados, esteve marcada pelo aumento da inflação e do desemprego⁸⁷. Foi uma crise que teve uma relação com a política de “conciliação de classes” dos governos do PT, pois as “políticas públicas implementadas pelos governos petistas afetaram, material e ideologicamente, as diferentes classes e grupos sociais” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 77). Em termos qualitativos, apesar dos “grupos antipetistas” não estarem na primeira posição, eles subiram de posição saindo da quarta para a primeira após junho de 2013⁸⁸, considerando o momento de *pró-impeachment*⁸⁹. Entre as organizações que se alinham fazendo coro nesse momento, há parte da rede de difusão do MESP como o “MBL, Vem Pra Rua, Revoltados

86 “No Brasil, isso se torna mais complicado porque o modus operandi das classes dominantes sempre foi o de manter com a democracia uma relação exclusivamente instrumental. Ou seja, ela é útil quando favorece (ou não atrapalha) os interesses de classe dos dominantes. Assim foi em 1945, em 1954, em 1961, em 1964. Não necessariamente porque nesses momentos tínhamos governos que colidiam de maneira frontal com os interesses burgueses. Basta apenas existir um governo com algum “traço popular”, algum traço reformista (mesmo um “reformismo fraco”) — que já não mais sirva aos interesses dominantes — para que ele possa ser desestabilizado, por dentro e por fora, interna e externamente. E recordem que em praticamente todos esses momentos históricos lembrados, o mote da corrupção (ou o patriotismo, que é sempre “o último refúgio dos canalhas” ... e dos covardes!) foi usado. Ora contra Getúlio, ora contra Jango, e até mesmo contra JK” (BRAZ, 2017, p.90).

87 [...] o crescimento do percentual de acordos com reajustes superiores à inflação (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.75). [...] existe uma contradição da expectativa em relação ao que se vê pelo aumento de protesto que é o fator de que o protesto já tem uma antecedência os seus picos, já eram anteriores ao momento de insatisfação com o governo, ou seja, os protestos crescem tanto num ano marcado por modesto crescimento econômico e baixo desemprego (2013) quanto naqueles marcados por recessão e desemprego elevado (2015-2016). O pico dos protestos também antecede a queda da aprovação do governo (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.76).

88 “[...] os grupos antipetistas já estão presentes em protestos organizados em 2011, mantendo a mesma estética e slogans que caracterizaram sua atuação nos anos de 2015 e 2016, nos protestos convocados em defesa do impeachment de Rousseff” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; TATAGIBA, 2018, 2019 apud TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.82).

89 Entre os manifestantes em prol do impeachment foi identificado um predomínio de classe média e classe alta. (TATAGIBA; GALVÃO, 2019)

Online”. E, como constatado, o “uso das redes sociais” teve um caráter central na estratégia de comunicação desses grupos.

A comunicação para a difusão dessa “nova” direita se dá com a evolução da tecnologia digital ditando a disputa política, em uma mescla de participação nacional e internacional, de “arenas físicas ou virtuais”, ajudando, por exemplo, para as mobilizações *pró-impeachment* de agosto de 2015: “mais de 40% das postagens realizadas no *Twitter* se originaram de uma rede latino-americana de robôs anti-esquerda” (GOOBI, 2016, p.49)

Essa juventude de direita foi influenciada pela Rede Estudantes pela Liberdade (EPL) mencionada no capítulo anterior e, conseqüentemente, pela participação do Movimento Brasil Livre⁹⁰. Mas, também, do Vem pra Rua e o Mercado Popular⁹¹, mapeado por Goobi (2016). Essa rede e seus movimentos atuavam como combatentes da suposta hegemonia de esquerda na mobilização popular, sendo influenciados por diversas linhas ideológicas da direita como: “anarco-capitalismo, o liberalismo econômico, o libertarianismo, o minarquismo e o conservadorismo” (GOOBI, 2016, p. 10). O perfil social desses estudantes, identificados pelo autor, são majoritariamente da classe média alta⁹². Um ponto mencionado no capítulo anterior, é a respeito do papel formativo da SFL⁹³ na articulação internacional da rede EPL e também

90 “O Movimento Brasil Livre, na verdade, em 2013 a gente criou ele, porque a gente não pode se envolver em atividades de cunho político. A gente não pode defender, por exemplo, que a Dilma tem que ter um impeachment, ou que tal projeto de lei tem que ser aprovado ou recusado. Em 2013 estava havendo aquelas manifestações do Passe Livre, então a gente criou uma outra organização para participar disso. Na verdade, não desenvolveu muito impacto, a gente fez, criou panfleto, coisa do tipo e, no final do ano passado, a gente passou pra frente. Alguns ex-membros, algumas outras pessoas envolvidas assumiram a organização e, desde lá, tem crescido bastante, até aproveitando a impopularidade da Dilma nas manifestações, mas devido a esse cunho político deles, a gente ainda não tem nenhum projeto em comum, nenhuma relação além de alguns membros que fazem parte de ambas as organizações” (GOOBI, 2016, p.51).

91 “Mercado Popular atua como um think tank do EPL, cujo propósito – promover o liberalismo, em especial a noção de que a sua ideologia é mais adequada para gerar bem-estar aos mais pobres – é parcimoniosamente sintetizado no nome” (GOOBI, 2016, p.51)

92 Relato do autor da observação feita a respeito da infraestrutura do evento dessa rede que ocorreu nos dias 17 e 18 de outubro de 2015 em São Paulo - SP, organizado pelo grupo Estudantes Pela Liberdade, como a 4ª Conferência Nacional. [...] “O entendimento de que a organização atrai e mobiliza um público mais abastado do que a média do corpo estudantil é expressado com grande objetividade em matéria publicada no site do Students For Liberty a respeito das origens de classe média de um Coordenador Local do EPL, líder e figura pública do MBL, Kim Kataguirí” (GOOBI, 2016, p.45)..

93 Entre os princípios básicos da SFL, espera-se: “educar jovens sobre a filosofia da liberdade, identificados aqueles que já sejam propensos aos ideários, ensinando-os os princípios da sociedade livre em contraste com a educação estatista tradicional; desenvolver habilidades de liderança entre aqueles que apoiam a “liberdade”; e empoderar seus membros e ex-membros, provendo-os com recursos, rede, infraestrutura e todo tipo de apoio que precisarem para fazer o mundo mais livre” (GOOBI, 2016, p. 59).

com organismos nacionais como o Instituto Mises e do Imil de quem o MESP obteve forte influência, como mostrado no capítulo anterior.

Segundo Weller e Bassalo (2020), estudar a relação da juventude com o conservadorismo se inicia constatando a dinâmica paradoxal do cruzamento de ideologias neoconservadoras e neoliberais. Falar dessa juventude, é falar de um aprofundamento da resignificação de um estilo de pensamento. Trata-se do acompanhamento da apropriação dos sentidos de uma dada corrente resguardados por uma geração de “guardiões”. São grupos assumidamente conservadores, ascendendo ao espaço público e midiático, tornando-se influenciadores de decisões políticas e marcando uma oposição contundente ao pensamento progressista brasileiro e aos avanços democráticos conquistados.

Contou-se com cerca de “1.285 protestos entre 1/1/2011, primeiro dia do governo Rousseff, e 31/8/2016”, mês de sua deposição do governo pelo *impeachment*, abrindo um novo ciclo na história política, social e cultural. É possível sugerir, portanto, que “a intensificação dos protestos está relacionada tanto ao impacto da crise do capitalismo em sociedades periféricas, como a brasileira, quanto ao legado contraditório dos governos do PT” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, P.72).

Em síntese, confirma-se nesse momento, a atuação de grupos, atores e interesses formadores da “frente liberal ultraconservadora” estudada por Colombo e discutida no capítulo anterior. Como ressalta Hofmann (1996), ao propor a busca pela compreensão das manifestações conservadoras na contemporaneidade, trata-se de tentar compreender [...] tempos em que as ideologias neoconservadoras experimentam um renascimento perturbador e se misturam de forma irreconhecível com posições neoliberais ou se tornam até mesmo reacionárias (HOFMANN, 1996, p.59 *apud* WELLER; BASSALO, 2020 p. 402).

3.2.2 Conservadorismo, saber e direitos

O conservadorismo ressurgente tem feito uma releitura das proposições do mundo social desenvolvidas pela comunidade científica e pelas políticas progressistas.

Nos últimos tempos, temas vinculados à reformulação da estrutura social, envolvendo a superação das desigualdades sociais pela ampliação dos direitos humanos e da democracia, tornaram-se alvo dessa releitura. Em determinadas nações, essa releitura tem sido articulada pelos âmbitos civil, midiáticos e institucionais.

Na atualidade brasileira, essa “onda conservadora” tem sido protagonizada por setores políticos religiosos, com ligação às alas evangélicas e católicas, embora, como ressalta Almeida (2017), nesse cenário de forte polarização, o “termo de acusação conservador” para esses setores precisa ser pensado nos seus significados complexos. Além disso, os termos de acusação construídos nessa disputa estão no âmbito também da polarização entre direita e esquerda. Conseqüentemente, uma série de conflitos e convergências tem colaborado para a intensificação dessa disputa partindo do enquadramento social tensionando a complexidade das identidades e dos grupos sociais envolvidos.

Por meio da “ontologia conservadora” no debate público, são formulados os pressupostos da “nova direita” através dos seus intelectuais orgânicos no Brasil. Segundo Cêpeda (2018), eles têm atuado “no plano da cultura enquanto campo de disputa de narrativas, formação de mentalidades e influência política concreta” (CEPEDA, 2018, p.42).

Esses intelectuais sofreram influência da retórica de Albert O. Hirschman ⁹⁴, por meio de seu discurso que “banaliza, aponta a impotência e o ridículo de políticas públicas com algum significativo grau de orientação para mudança de condições sociais e alteração dos níveis de desigualdade” (Ibid., p.48).

Exemplo disso é o que vimos anteriormente a respeito das mobilizações anti-gênero, o impacto que as ações dessa ala fundamentalista cristã produziram em relação ao avanço de políticas de equidade social a respeito da diversidade de gênero e sexual, contra os direitos reprodutivos, a união civil de pessoas do mesmo sexo, o combate à LGBTfobia desde o plano educacional, desde o âmbito penal, em uma mobilização acionando a difusão de “pânicos morais” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Desde 2010, uma “cruzada” religiosa tem acionado esses pânicos morais contra a implementação dessas políticas na América Latina, ressaltando o protagonismo da Igreja Católica na formulação do discurso, liderada por um conjunto de “empreendedores morais” seguindo seus ditos “intelectuais orgânicos” que têm agido no espaço público fazendo “uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de

94 Obra: A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça (publicado originalmente em 1991). Segundo a autora: trata-se de “um exame do reacionarismo ao processo de expansão dos direitos modernos, fixados teoricamente como uma “marcha expansiva” pelo sociólogo inglês Thomas Marshall em Cidadania, classe e status (publicado originalmente em 1950) (CEPEDA, 2018, p.47). Segunda a autora, as teses situam-se: na “perversidade”, contra as “mudanças propostas pelas políticas públicas; o, a tese da futilidade, apontando o risco de uma política adotada ser inócua, incapaz de produzir os efeitos desejados de mudança social; terceira, a tese da ameaça, introduz a ideia de risco de perda substancial de algum ganho já existente pela adoção da nova política (CÊPEDA, 2018, p.48).

reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017, p. 726).

No Brasil, concentrando no debate educacional, esse momento foi propício para a ascensão do MESP, como visto no capítulo 1. A difusão da narrativa de “monitoramento” do trabalho pedagógico contra a suposta “doutrinação ideológica”, em 2016, gerou atitudes polêmicas, como aconteceu no Paraná, quando o Jornal Gazeta do Povo trouxe à tona o “monitor da doutrinação”, um espaço no jornal de denúncias de pais e alunos, gerando inúmeros problemas para o desenvolvimento das atividades de professores na sala de aula, criando uma atmosfera de medo e desconfiança.

Diante disso, há dois aspectos a serem observados: “uma reação por parte de grupos conservadores a mudanças de costumes e valores” e o fato de que “as coisas começam a se complicar quando se tenta usar apenas discursos religiosos para justificar leis e decisões políticas que afetam a todos, cidadãos de fé ou não” (NEVES, 2018, n.p)⁹⁵.

Todavia, vale lembrar, que essa fusão de narrativas reacionárias nessa “onda conservadora” colabora para difundir a ação de fundamentalistas em relação à posição de políticas da ala religiosa. Segundo Almeida (2017), essa posição afirmativa, nesse contexto de fortalecimento da “onda conservadora”, mostra claramente a posição da direita brasileira em sua nova face de relacionamento entre conservadorismo moral e neoliberalismo.

Nesse caso, a construção de discursos e pautas reforçam o posicionamento polarizado com as demandas marcadas pela luta por equidade social:

[...] a esquerda se orienta essencialmente para a promoção da igualdade entre os homens e para a mudança da ordem social, enquanto a direita concebe a desigualdade como algo intrínseco à humanidade e mantém o apego às tradições e à preservação do ordenamento societário (MESSEMBERG, 2017, p.622).

Nessa pesquisa de Messenberg (2017), atores e grupos envolvidos na rede de difusão do MESP aparecem como parte integrante dos “formadores de opinião “da “nova direita” brasileira⁹⁶. Nas suas estratégias discursivas, portanto, destaca-se essa releitura conservadora e moralista, conforme o quadro a seguir.

⁹⁵ Trechos citados retirados dos parágrafos 2 e 3 da seção 3. Trata-se de um artigo de um periódico eletrônico sem paginação. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530007>.

⁹⁶ Dentre esses nomes, alguns foram mencionados no capítulo anterior como “intelectuais orgânicos” do MESP que compõe essa rede de difusão. Dentre os nomes levantados nos sites dos grupos Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua, e o Revoltados Online, todos paulistas, aparecem: no MBL: Kim Kataguir e Fernando Holiday. No Movimento Vem Pra Rua Brasil (no *Facebook*), é o empresário paulista Rogério Chequer. No

Quadro 1 - Ideais do conservadorismo da “nova direita”

Campos semânticos		
Antipetismo	Conservadorismo moral	Princípios neoliberais
Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força
<i>Impeachment</i> (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família tradicional	Estado mínimo
Corrupção	Resgate da fé cristã	Eficiência do mercado (privatização)
Crise econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
	Combate à criminalidade / aumento da violência	Corte de políticas sociais
	Oposição às cotas raciais	

Fonte: Messenberg (2017, p. 633).

Estes foram aspectos também observados pela investigação desenvolvida pela Fundação Tide Setubal, sobretudo, no âmbito do conservadorismo moral em relação à Família e a Segurança Pública⁹⁷.

Esses trabalhos, portanto, demonstram a reiteração da ruptura com os direitos sociais, reverberando o “pânico moral” em defesa da “família tradicional”, por exemplo. E mais, são “ações conservadoras catalisadas pelo sistema político” (NEVES, 2018). Assim sendo,

[...] um movimento reativo recente, centrado nas transformações do século XX que, na contração do sistema social e político, coloca uma reorientação para o conflito político no seio de uma dada sociedade: a retirada do direito do outro como forma de proteção e manutenção de seu próprio direito (CÊPEDA, 2018, p.50).

Inicialmente, os argumentos dos intelectuais conservadores são marcados pela desqualificação do serviço público, da inutilidade do funcionalismo público, difundindo um status negativo às instituições acadêmicas e de seus servidores, vistos como apropriadores de

movimento Revoltados Online (<www.Facebook.com/revoltadosonline/>) definido como: “uma organização de iniciativa popular de combate aos corruptos do poder”, aparece o administrador de empresas paulista Marcello Reis e a Procuradora do Distrito Federal, Beatriz Kicis (MESSENBEG, 2017).

97 FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo/>>. Acesso 06 de setembro de 2022.

“benesses do sistema público”. Diante disso, ressaltam a existência de um “monopólio dos autores, teses e ideias de esquerda”, dificultando o acesso a outras perspectivas teóricas. Como já foi mencionado em outras nas seções, essa crença nesse monopólio se enquadra na narrativa da “doutrinação marxista” nas escolas pelo MESP (MIGUEL, 2016).

Para esses intelectuais da “nova direita”

a esquerda dominou a imprensa e as universidades brasileiras há várias décadas em estratégia que seguia o suposto ideário do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O objetivo, diz ele, era criar uma “atmosfera mental” em que a população se tornasse socialista sem perceber. (FELLETT, 2018 apud CÊPEDA, 2018, p.59).

O momento histórico que vivemos na atualidade, de “invasão” da realidade pelo aparato das mídias digitais contribuindo para a disseminação das pós-verdades e das *fake News* (PRADO, 2018), marca uma disputa de verdades contra os saberes e os direitos sociais pautada pelo populismo de direita, buscando “perigosamente uma saída para a atual crise, um lugar esperando ser ocupado” (NEVES, 2018).

Com isso, há o sentimento de desmobilização e descrença nos valores democráticos que reforça o discurso do conservadorismo contra o princípio da igualdade.

[...] Coutinho, como outros conservadores desde Burke, condenarão o projeto utópico da Revolução Francesa e seus sucedâneos históricos. Mais adiante Coutinho acrescenta, na conta do ceticismo, uma curiosa percepção do pluralismo pautada no reconhecimento positivo do conflito como maximização da liberdade individual, motivo pelo qual se coloca como problema central a nefasta “onicompetência” do Estado (CÊPEDA, 2018, p. 61).

Esse ceticismo se pauta pela naturalização das desigualdades sociais, portanto, reduzindo “a potência da política”. Nesse sentido, o Estado e a política deveriam atuar apenas no papel de “gestão de conflitos”, reforçando o ideário conservador de “culto da liberdade individual, privada, e a redução do interesse público a uma expressão dos interesses particulares” (CÊPEDA, 2018, p. 62).

Esse modo de pensar acarreta “a aceitação da injustiça” por meio de “uma cegueira seletiva”⁹⁸ em relação ao sistema mercantil ditando o desenvolvimento social e humano. É uma situação que reforça a ideia de que “[...] o conservadorismo contemporâneo caminha a passos

98 Essa cegueira que cresce ao longo da modernização do conservadorismo fortalece a conexão entre o liberalismo e o neoliberalismo. Para os dois grupos o problema é o Estado e não o Mercado, e a salvação é o individualismo competitivo, meritocrático, e não a vida socialmente organizada (CÊPEDA, 2018, p.63).

largos para o colo de uma direita capaz de romper facilmente os mínimos contratos sociais e com a democracia” (CÊPEDA, 2018, p.63). Trata-se, assim, de uma naturalização das injustiças sociais por conta de um suposto caráter polarizador das lutas sociais pelas esquerdas, vistas como “injustificáveis” e vistas, pelas direitas, “como sagradas, invioláveis, naturais ou inevitáveis” (CRUZ, 2015, p. 21 *apud* CÊPEDA, 2018, p. 66).

Nesse ponto de vista, observou-se um “ceticismo” em relação ao “significado e o alcance político do conceito de natureza humana e de ordem natural”, reforçando “o discurso conservador e da direita”, cujo “produto” é um projeto político baseada na “desigualdade e exclusão social” (CÊPEDA, 2018, p.71). Mas, retomando algumas reflexões da gênese conservadora, percebe-se também um movimento de crítica ao impacto cultural e político da ciência iluminista.

Um problema de fundo sobre o anti-intelectualismo da direita é o embate pela desconstrução das tarefas do conhecimento, exprimindo o combate sem tréguas ao racionalismo iluminista, com submissão do racional ao real entendido como expressão *hic et nunc* (“aqui e agora”) das formas sociais (Ibid., p.71).

Portanto, reforçando, assim, “a supressão histórica ou a subversão factual da realidade” através da posição de atores estrategicamente preparados por meio do “uso da argumentação fake”⁹⁹ (Ibid., p.72).

3.2.3 Conservadorismo e ciberpolítica

Segundo Marques (2016), a ciberpolítica é um campo temático que vem se desenvolvendo nos estudos entre a comunicação e a política. Diversas pesquisas vêm acompanhando o desenvolvimento da política e da participação democrática por meio da

⁹⁹ Como apontou Pierucci (1990): “[...] o conservantismo é inicialmente uma proposta de sociabilidade. E, na medida em que é uma combinação de práticas (de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia, segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de restauração moral, de racionalizações e afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre autorreferida de preservação à outrace de um “eu” ou um “nós” ameaçado [...]” (PIERUCCI, 1990, p. 10).

internet. Dentre esses estudos, tem-se pensado na problemática derivada do advento da tecnologia digital para a democracia, a participação popular e a transparência.

Uma crítica importante levantada por Marques (2016), tem a ver com o debate atual a respeito do acesso e das formas de uso das TICs pelos cidadãos. Ou seja, entendendo que não é a *internet* que se modifica, mas a conduta dos usuários que tem um papel importante na condução do funcionamento da relação entre a política e a *internet*. Superar dicotomias, como trabalhar com a díade de positivo ou negativo, é um importante caminho para se pensar a relação entre as novas mídias e o espaço político, de modo a analisar e corrigir as possíveis falhas da democracia. Afinal, as mídias digitais estão em constante interação com as estruturas sociais e culturais de uma sociedade.

Por meio de um “uso político das redes” e da “perspectiva privatizada da política”, observa-se esse momento de forte polarização e de ascensão do conservadorismo reacionário (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Trata-se da crise das democracias representativas inaugurando uma nova forma de mobilização social, como em alguns eventos políticos que ganharam visibilidade por meio da mobilização nas mídias digitais.

No Brasil, inspirados nesses eventos, surge o movimento do Passe Livre cuja repercussão fomentou as jornadas de junho em 2013. Naquele momento, uma nova geração de jovens passou a se envolver na disputa política. Como discutido nas seções anteriores, a luta contra o aumento das tarifas em São Paulo ganhou uma grande proporção atingindo um público múltiplo respondendo à perspectiva horizontalizada e suprapartidária dos protestos daquele momento, mas ao mesmo tempo alavancando a notoriedade de lideranças e movimentos da “nova direita” brasileira, com o apoio, ao longo dos anos seguintes, cada vez maior da ala conservadora reacionária.

Nesse momento, alguns nomes da “nova direita” ganharam notoriedade, especialmente pelo método de mobilização digital, atuando – supostamente – em contraposição com uma hegemonia midiática. Entre essas figuras, o escritor Olavo de Carvalho, considerado o “guru” nova direita brasileira, inspirando os movimentos sociais de direita MBL e do Vem Para Rua. Ele, segundo os autores, já se utilizava de blogs¹⁰⁰ desde o início da primeira década desse milênio. Esse web site serviu para a tradução de pensadores de direita americana e europeia para o contexto latino-americano, trazendo “sob uma perspectiva moralista temas como

100 A partir de Carvalho, surgiu a MÍDIA SEM MÁSCARA surgindo como uma mídia alternativa, mas que visava fortalecer a perspectiva de direita, e, também conservadora, como ele próprio assume.

homossexualidade, gênero, direito ao uso de armas, defesa da propriedade privada e “esquerdismo” (MACHADO; MISKOLCI, 2019 p. 949).

Desde a primeira década dos anos 2000, já havia um cenário de disputa tendo a *internet* como uma ferramenta importante. Todavia, esse cenário torna-se mais potencializado com o advento da web 2.0, das redes sociais. Ou seja, apesar das disputas políticas *offline* ter sua relevância, essa nova modalidade surge como uma ferramenta tecnológica fundamental para intensificar a difusão de informação e captação de engajamento midiático.

As redes sociais e demais plataformas comerciais *online* têm gerado não apenas os já estudados fenômenos das bolhas de opinião ou a disseminação de *fake news*, mas algo mais radical e preocupante enquanto elemento central da ação política: a privatização da política e sua inserção em uma gramática moral (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p.950).

Segundo o levantamento dos autores, houve uma evolução desde os anos 1990, intensificada a partir dos anos 2010, marcada pelos movimentos mencionados, Occupy Wall Street (EUA), Primavera Árabe, Movimento Indignados na Espanha.

Além disso, nesse período, a consolidação da Web 2.0 demonstra a concentração de domínio por cinco empresas. No quadro a seguir, os autores conseguiram captar uma intensificação de mobilizações organizadas nas redes desde então.

Quadro 2 – Evolução da internet e polarização política

1995	Internet comercial
1997	Olavo de Carvalho (<i>site</i>)
1998	Movimento zapatista na <i>internet</i>
1999	Indymidia // Surgimento dos <i>bloggers</i>

2002	Mídia Sem Máscara
2006	Surgimento da Web 2.0
2007	Surgimento do <i>Facebook</i>
2010	Primavera Árabe // Botão de curtir <i>Facebook</i> // Declínio dos <i>blogs</i> (cf. Google trends)
2011	Movimentos Indignados (Espanha) e Occupy Wall Street (EUA) // Reconhecimento das uniões homossexuais pelo STF no Brasil/ Bolsonaro articula movimento contra a distribuição de material anti-homofobia (Kit Gay)
2012	Consolidação da <i>Web 2.0</i> // Oligopolização da <i>internet</i> por cinco empresas
2013	Jornadas de Junho // 18 anos da <i>web</i> // revelações de Snowden // STF iguala uniões homossexuais ao casamento // Comissão de Direitos Humanos do Congresso fica sob controle da bancada evangélica
2014	Protestos contra Copa do Mundo // Acesso à <i>internet</i> passa a ser principalmente por <i>smartphones</i> // Votação do Plano Nacional de Educação
2015	Protestos por <i>impeachment</i> de Dilma // Surgem MBL e Vem Pra Rua // Campanha contra ideologia de gênero nos planos estaduais e municipais de educação
2016	<i>Impeachment</i> de Dilma//Olimpíadas//Início de Operações da PF mirando universidades públicas

2017	Facebook supera 2bi usuários//Protestos contra e a favor da prisão de Lula//Cruzadas morais contra artistas e intelectuais//Suicídio do reitor da UFSC//Perseguição a Judith Butler
2018	Prisão de Lula//Ações judiciais e da justiça eleitoral nas universidades// Eleição de Bolsonaro e de outros políticos da extrema-direita
2019	Denúncia do uso do WhatsApp por financiamento ilegal//Ataques à imprensa//Corte de verba das universidades e órgãos de financiamento à pesquisa//Fim das políticas voltadas para as minorias

Fonte: Machado; Miskolci (2019, p.951).

Após o golpe de 2016, as eleições de 2018 demonstraram de fato a força desse conservadorismo reacionário na sociedade brasileira diante da popularidade do atual presidente Jair Messias Bolsonaro¹⁰¹. Seu engajamento político tem sido muito atrelado ao papel das redes digitais, o que Cesarino (2020) discutiu como “populismo” digital, que permite mensurar a realidade política da disputa eleitoral com a eficácia dessas redes para ascensão das linhas conservadoras e reacionárias da direita brasileira.

Diante disso, a partir do debate proposto por Marques (2016), a ciberpolítica carrega aspectos marcantes para essas disputas ideológicas pela relação entre *internet*, política e individualização e *internet* e personalização da política.

Primeiramente, existem os impactos dados pelos avanços tecnológicos relacionados ao crescimento da ideologia individualista da atualidade em relação à possibilidade de uma vida comum em sociedade, com sua pluralidade, reforçando o aparecimento de “comunidades”:

[...] a comunicação digital afastaria o indivíduo de sua família e de seu ciclo de amizades presenciais; por outro lado, abriria-se a oportunidade de se reconstruírem laços comunitários e de confiança, por meio do compartilhamento de interesses semelhantes e da chance de driblar barreiras de ordem cronológica ou geográfica. (MARQUES, 2016, p. 39).

Existe a percepção da homogeneização das relações em redes e o seu isolamento em grupos de sintonia: “[...] uma ampla quantidade de usuários simplesmente bloqueia qualquer

101 Como ressalta Machado e Miskolci (2019), embora Bolsonaro tivesse uma trajetória no chamado baixo clero do parlamento brasileiro, repentinamente, tornou-se uma figura bastante popular, uma figura importante para a consolidação do atual conservadorismo no governo brasileiro. Sua notoriedade pública ganhou o espaço midiático no princípio das disputas educacionais envolvendo a movimentação anti-gênero, sendo um debochador do “politicamente correto”, especialmente, contra o movimento feminista e LGBTQIA+.

conteúdo que não os agrada, evitando serem expostos a ideias contrárias àquelas em que acreditam” (MARQUES, 2016, p. 40).

Diante disso, o poder da escolha digital tem se reduzido, expressando o domínio dos cálculos algorítmicos de interesse, tornando as redes um espaço pouco heterogêneo. É preciso, pois, “questionar: a *internet* seria um espaço apenas para se “pregar para os convertidos”?” (Ibid. p. 40).

Nesse sentido, Cesarino (2020) destacou 5 categorias fundamentais para perceber o populismo nesse contexto de disputa política digital, considerando a discussão clássica a respeito do populismo e o que as mídias digitais contribuíram para inovar a realidade dessa disputa¹⁰², dando, sobretudo, força para o conservadorismo reacionário. Nas abordagens clássicas, o cenário de crise nas instituições públicas é potencializador do populismo, expressando “contextos de insatisfação generalizada” (CESARINO, 2020, p. 98). Desse modo, esses estudos demonstram que há um processo significativo da construção de antíteses na esfera pública de modo binário¹⁰³.

Na “paisagem etnográfica” ilustrada pela autora, há um apelo à busca de uma ordem social, partindo de elementos simbólicos de forte comoção a partir de “noções vagas de nação, ordem, segurança e mudança”.

[...] a hashtag como significante vazio que articula “multidões” insatisfeitas online, e o “espírito transgressor” que faria das mídias digitais avenidas privilegiadas para “representar os não-representados” excluídos da grande mídia e do sistema político (Gerbaudo, 2018 *apud* CESARINO, 2020, p. 99).

Por meio disso, esses movimentos conservadores fazem uso de discurso de existência de uma cruzada pela liberdade entremeado com discursos autoritários e de ódio, distorcendo, inclusive, fatos históricos e científicos. Ou seja, o impacto das TICs para o desenvolvimento

102 É importante situar o leitor no cenário que vivenciamos chamado era da pós verdade. Nesse debate, as estratégias conservadoras de ascensão por meio das mídias digitais tornaram-se elementos marcantes na difusão da informação, o que Cesarino (2020) trata como sendo o aspecto de “entropia” desse momento. Ela ressalta a importância dos “mediadores não humanos” cumprindo um papel fundamental para a intensificação dessa estratégia de desinformação.

103 “Laclau e Mouffe oferecem uma síntese original entre as preocupações gramscianas com a produção de hegemonia na história e o estruturalismo de Ferdinand de Saussure e alguns de seus desdobramentos pós-estruturalistas. É este último eixo que, como aprofundei em outro lugar (Cesarino, no prelo b), permite aproximar sua teoria do populismo do plano analítico da cibernética. Os autores seguem, ainda, o teórico político antiliberal Carl Schmitt ao considerar a dimensão do político como ontologicamente antagonista, ou seja, consistindo numa demarcação entre dois campos: o do amigo e o do inimigo” (CESARINO, 2020, p.98).

das disputas e controvérsias políticas dos últimos tempos trouxe o foco para a relação entre a mobilização conservadora atual, entre o “cibertivismo” e as *fake News*.

A relação, marcada pelo antagonismo binário, proporciona o caminho da construção da mobilização popular nas redes digitais. Um aspecto fundamental é a observação desse código binário:

[...] um código binário amigo-inimigo, que visa agregar e estabilizar um sistema líder-povo isolado de um entorno potencialmente ameaçador (Cesarino, no prelo b). A cadeia de equivalência de Laclau é essencialmente um processo desse tipo, onde demandas e interesses heterogêneos são reduzidos a um denominador comum: um significante vazio negativo (i.e., que produz a fronteira do grupo através da oposição a um inimigo externo) ou positivo (i.e., que produz a integração do grupo através da equivalência entre líder e povo) (CESARINO, 2020, p.102)

A autora aponta que a “estrutura multiescalar e aninhada desse tipo de sistema” é um caráter inovador nesse cenário de populismo digitalizado.

[...] a campanha digital de Bolsonaro operou através de uma estrutura segmentar análoga à descrita pelo antropólogo britânico Edward Evans-Pritchard (2013): ao mesmo tempo que visava efeitos de microdirecionamento a perfis de eleitores específicos, era capaz de manter uma unidade virtual no “topo” (CESARINO, 2020, p. 103).

Assim, um padrão de espelhamento das narrativas tende a construir uma estética simétrica entre esquerda e direita, no sentido de negativo e positivo. Veja a figura analisada pela autora, exemplificando como essa estética operou nas eleições 2018, tendo no pleito à esquerda, Fernando Haddad como substituto de Lula, que estava preso na época e Jair Messias Bolsonaro, no espectro da direita.

Figura 12 – Significante vazio do inimigo flutua a partir de uma divisão binária inicial: bandido, vagabundo versus cidadão de bem [...]



Fonte: Cesariano (2020, p. 103)

A deslegitimação do jogo democrático eleitoral tem sido objeto do debate acadêmico no campo da política, assim como a crise de representatividade dos partidos políticos nesse

contexto. Diante disso, têm crescido as estratégias eleitorais com o foco no líder, características das mobilizações populistas de governo. Diversos candidatos têm dado ênfase a sua característica individual de fazer política não inteiramente alinhadas à legenda partidária que os levou à disputa eleitoral.

“A comunicação digital tem contribuído de forma única para a construção da imagem pessoal de autoridades políticas” (MARQUES, 2016. p.44). Entra, no jogo político, a dinâmica dos “selfies”, um mecanismo de engajamento das redes sociais incorporado no jogo eleitoral, como se houvesse um culto à “verdade” da persona e não mais passando pelas formas tradicionais dos veículos de imprensa oficial. O valor do consenso institucional tornou-se enfraquecido diante do engajamento da personalidade política das redes sociais, com a relação direta com seus eleitores, a relação de “equivalência”, de encontro de ideias na “bolha social”¹⁰⁴. Desse modo, o povo faz campanha em seu lugar.

Se na sua versão analógica a eficácia do populismo dependia pesadamente do carisma pessoal do líder, em especial sua capacidade oratória (Cesarino, 2006), na versão digital o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo. (CESARINO, 2020 p.105).

A fractalidade¹⁰⁵ é um conceito agregador da peculiaridade do “populismo digital”. A sua eficácia se manifesta no controle da opinião pública. O corpo funde em grandes corpos, o “corpo digital do rei” (CESARINO, 2020). Nesse sentido, o ambiente digital se apresenta como colaborador da liberdade de expressão e como o ambiente propício à intensificação da disputa de verdades entre mídias centralizada e descentralizada¹⁰⁶. No contexto eleitoral, os bolsonaristas “produziam entropia (desordem informacional) para, por outro lado, oferecer um discurso agregador do tipo populista que promettesse imprimir ordem à desordem” (CESARINO, 2020, p. 107).

104 “[...] produzir equivalência entre indivíduos originalmente desconectados entre si, e, por outro, produzir diferença e polarização através de bolhas digitais” (GERBAUDO, 2018 apud CESARINO, 2020, p. 105). Nesse caso, “[...] as mídias digitais bolsonaristas não são apenas um veículo de comunicação entre líder e povo enquanto emissor e receptor dados de antemão: elas são o sistema líder-povo (CESARINO, 2020, p.105).

105 Como se nota no print screen de um dos grupos de WhatsApp trazido acima, a fractalização se apoia na (falsa) experiência, propiciada pelas mídias sociais, de que o eleitor comum teria uma relação não-mediada com a liderança. (CESARINO, 2020, p.106).

106 “[...]as mídias sociais, e em especial o WhatsApp, se tornaram o domínio da verdade e da liberdade de expressão, enquanto a esfera pública passou a ser condenada como o lócus de fakes e manipulações” (CESARINO, 2020, p. 107).

Por isso, a “inversão bem-sucedida partiu do anti-politicamente correto”, a notoriedade pública para o fortalecimento da campanha bolsonarista foi na contramão da “militância feminista, LGBTIQ e outras pautas identitárias “mobilizando indivíduos e grupos subalternos que não se reconheciam através da gramática¹⁰⁷ das políticas de reconhecimento” sob uma ótica “caleidoscópica” de desenvolvimento da sua campanha, como percebeu Kalil et al (2018). Especialmente, através de uma mobilização polêmica de direcionamento de um inimigo por meio do mecanismo de “espelho invertido”.

O que eram minorias oprimidas passaram a ser vistas com fonte de opressão e de cerceamento de liberdades, ou como segmentos indevidamente privilegiados – através de significantes vazios frequentes na memética como o da “bolsa” (-travesti, -prostituta, -presidiário) ou, quando a mira estava voltada para artistas, a “Lei Rouanet” (CESARINO, 2020, p. 109).

A dinâmica da produção de verdade autogerida da WEB 2.0 promove uma relação de proximidade com o eleitor antes marcada pela assessoria do representante. O alcance da disputa entre verdades pode ser pensado de forma mais orgânica. De um lado negativo, essa dinâmica mais amadora na produção de conteúdo diretamente pela autoridade a coloca em um risco mais alto de apresentação de falhas. No entanto, de um lado positivo, a interatividade entre representante e usuário permite a possibilidade de construção de um laço emocional e preciso na articulação da crise representativas diante de tais falhas. Nesse percurso eleitoral, o Bolsonaro, através de seus “empreendedores digitais” propiciou o nascimento do “mito digital”¹⁰⁸, uma realidade que foi presente nas eleições anteriores dos EUA¹⁰⁹.

Nas eleições, essa noção de público disperso é básica para pensar a educação e a política na *internet*. Existe uma guerra de audiência nas mídias digitais. O funcionamento do usuário da web 2.0 nas eleições é de uma tensão entre online e *offline*.

107 Isso também tem a ver com o despreparo da retórica republicana. “Em outras palavras, o que eram vícios no contexto pré--populista (falta de formação acadêmica, experiência de gestão, conhecimento especializado, trato e linguagem formal, participação em debates qualificados) tornaram-se virtudes, e vice-versa”. (CESARINO, 2020, p. 111).

108 “O carisma pessoal de Jair Bolsonaro também foi propagado por meio de uma versão neoliberal de culto à personalidade, encapsulada na alcunha de “mito”. No mundo online, a imagem do candidato (e de Sergio Moro) figurava em vídeos e memes, ou em versões cartunísticas, misturada a de figuras heroicas como super-heróis ou soldados” (CESARINO, 2020, p. 112).

109 “Em primeiro lugar, há, na campanha digital de Bolsonaro e em outras, como a de Trump, uma recursividade evidente entre teoria e prática do populismo. Em outras palavras, a notável regularidade e consistência dos padrões discursivos do tipo populista observados no universo de conteúdo digital analisado indicam, mais do que a capacidade da teoria de “explicar” a empiria, qual é a prática político-eleitoral que vem sendo moldada por algum tipo de “ciência do populismo” (Cesarino, 2019^a) (114).

[...] a utilização da chamada “segunda tela” (enquanto assistimos ao debate televisivo, acompanhamos o que é dito nas redes sociais), exigem das coordenações de campanha a elaboração de uma estratégia integrada e apta a captar a atenção de um público cada vez mais disperso, a fim de otimizar o uso dos recursos financeiros e humanos das campanhas (MARQUES, 2016, p. 48).

Nessa disputa de influência digital, a disputa de narrativas tem um respaldo muito rápido na difusão de informação, partindo do ataque ao opositor, com a dinâmica da chamada falsa-simetria.

O treinamento que os grandes partidos dão a seus correligionários para atuarem de modo mais efetivo no ambiente digital é prova do quão especializada se tornou a comunicação *on-line*. A contra-informação também passa a ser trabalhada pelas assessorias (MARQUES, 2016, p.49).

Essa forma conduz a um ponto interessante nessa disputa, buscando o alcance dos eleitores indecisos, como ressalta o autor: os “não convertidos”. As mídias digitais oferecem um custo menor e mais eficiência de mobilização popular, sendo que aqueles que já têm uma posição fiel ao candidato, tornam-se figuras centrais na articulação dessas campanhas, pois atuam militando intensivamente para o favorecimento do seu candidato. A repercussão de polemias que coloquem em xeque a vida do candidato, a partir de uma simples informação compartilhada entre grupos internamente de “uma bobagem escrita (mesmo que seja para poucos seguidores) pode ganhar repercussão negativa e comprometer todo o esforço de construção de imagem pública” (MARQUES, 2016, p. 51). A interatividade entre eleitores e candidato torna-se mais íntima e direta, o que na relação com os partidos fica mais difícil.

O contexto mais individualizado da comunicação *online* permite a formação de uma “bolha de opinião”. A ordem algorítmica facilita o encontro das ideias comuns e dificulta o encontro com o contraditório. “Parte da “mágica” das redes sociais – sua eficácia comercial – está em criar a ilusão de alçar qualquer usuário à esfera do sucesso e do prestígio, mas também de premiar o senso comum como eixo de afinidade e construção de redes e, mesmo, de ação coletiva” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954).

Desse modo, a ação de “Empreendedores Morais” torna-se mais eficaz, ganhando milhares de seguidores e compartilhamentos. Como listado pelos autores, Jair Bolsonaro, Márcio Feliciano e Marcos Feliciano foram responsáveis por mobilizar uma rede de seguidores.

Em meados de 2018, as *fanpages* do deputado evangélico Feliciano e do então candidato a presidente Bolsonaro, contavam 4,5 e 5,5 milhões de seguidores

respectivamente. Algumas de suas postagens alcançaram mais de 100 mil compartilhamentos. Grupos como MBL e Vem pra Rua tinham no mesmo período 2,8 e dois milhões de seguidores, respectivamente. No entanto, no final de julho, o *Facebook* removeu 196 *fanpages* e 87 perfis do MBL em combate às *fake News* abalando sua rede, o que talvez possa explicar o foco da campanha eleitoral de Bolsonaro no uso do aplicativo de mensagens Whatsapp e, como aponta investigação de um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard, na disseminação de vídeos no YouTube (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 956).

Nesse cenário, “uma cruzada moral”, portanto, evidenciou o fortalecimento desse conservadorismo reacionário, atuando nessa nova gramática de “política privatizada”, expondo ainda mais o lado político antidemocrático, especialmente pela adjetivação negativa da política.

4 MESP, CONSERVADORISMO E REDES SOCIAIS

O MESP, como foi dito anteriormente, ascendeu por meio da *internet*, no contexto marcado pelo advento das novas mídias digitais, a chamada dinâmica da Web 2.0, em que mídias sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* passaram a gerenciar embates políticos significativos para a atuação dessa onda conservadora na atualidade brasileira. Para compreender essa dinâmica, buscou-se levantar algumas noções teórico-metodológicas para a análise dos dados coletados nas mídias sociais do MESP.

Primeiramente, apresentamos algumas questões envolvendo as ciências sociais e a cultura digital, traçando elementos envolvendo os debates teóricos centrais para a atualização da pesquisa etnográfica no universo da cibercultura, pensando, sobretudo, no uso político dessas mídias sociais. Além disso, é preciso destacar concepções básicas do universo dessas mídias digitais para o entendimento da linguagem desse espaço, ressaltando alguns trabalhos envolvendo o MESP.

Logo mais, descreve-se a interação social do MESP nas suas redes sociais digitais, que ocorreu centralmente no seu perfil do *Twitter*. Nesse caso, realizou-se um levantamento de publicações e comentários relacionados a essas publicações a partir do primeiro semestre de 2020. Ao longo da descrição, esse material passou por uma sistematização para pensar o contexto da coleta marcado por um cenário de conflitos políticos e sociais no início da pandemia do Covid 19.

No final da seção, desenvolveu-se uma compilação de alguns pontos estratégicos tomando como base os três enfoques discursivos observados no levantamento do debate acadêmico sobre o MESP: Liberdade, Autoritarismo e Retórica Científica. Assim, amplia-se a discussão no sentido de trazer algumas explicações que ilustram o MESP e sua expressão conservadora na atual conjuntura política brasileira e mundial, em um cenário de forte avanços tecnológicos no âmbito da difusão da informação digital, mas também um cenário de fortes impactos no desenvolvimento democrático e no pensamento humanista.

4.1 – CIBERCULTURA E SUAS POTENCIALIDADES METODOLÓGICAS

Primeiramente, faz-se necessário discutir algumas dimensões conceituais dos estudos socioantropológicos no ciberespaço. Considerando a relação entre as TICs e o espaço público, pretende-se pensar na dimensão teórico metodológica do "uso das mídias digitais" para a compreensão dos fenômenos sociais na contemporaneidade (MISKOLCI, 2011).

Nesse momento traz-se uma discussão de elementos para a análise das mídias digitais nas ciências sociais, sobretudo, na antropologia. Além disso, busca-se refletir a respeito das peculiaridades sociotécnicas do *Twitter*, a mídia social recortada para coleta de dados da amostra dessa pesquisa. Nessa discussão, foram utilizadas análises que ressaltaram os aspectos metodológicos das redes digitais no processo de mobilização do movimento e das suas redes e filiações (DIAS, 2018; ROMANCINI, 2018; SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019; SILVEIRA, 2018).

4.1.1 A pesquisa socioantropológica no ciberespaço

O avanço das interações sociais mediada pelas TICs tem ampliado as formas de sociabilidade e de formação do conhecimento. Desse modo, as relações sociais através das TIC se tornaram um assunto de muita relevância para as ciências sociais nos últimos anos. São diversas as implicações que esse fenômeno tem provocado na formação sociocultural e política dos sujeitos, situando o contexto da chamada Web 2.0, por ser uma nova expressão da *internet* sem fronteiras entre produtores e consumidores de conteúdo (PARREIRAS, 2012). Trata-se do desafio de analisar um contexto marcado pelo impacto das redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter* ditando a dinâmica de funcionamento da difusão e acesso à informação.

Segundo Smith (2015), as redes seriam derivadas das “estruturas de dados” presentes nas mídias sociais, pelas quais são possíveis a construção de “grupos de conexões”. Além disso, a adoção da mídia social é tomada pela sociedade como “praça virtual”, onde o debate público tornou-se cada vez mais presente, provocando a elaboração de novos métodos e ferramentas analíticas para os problemas sociais.

Diante disso, as ciências sociais, sobretudo, no campo da pesquisa etnográfica, têm fomentado a expansão dos estudos das diversas questões sociais presentes no ambiente virtual, surgindo, portanto, a *ciberantropologia*, desenvolvendo importantes investigações em diversos contextos sociais, políticos, culturais e econômicos nos grupos e comunidades mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (FORERO, 2007).

Diante disso, algumas concepções básicas devem ser destacadas para os estudos da cibercultura. Especificamente, no método etnográfico, encontra-se, segundo Amaral (2010): a etnografia digital, webetnografia e ciberantropologia. O campo do marketing tem se apropriado mais das duas primeiras modalidades, enquanto a terceira insere-se os estudos da antropologia

do ciborgue, responsável em estudar a conexão humana com a tecnologia, tendo em vista questões que discutem a perspectiva híbrida, de ruptura com as relações de fronteira entre técnico e social.

O ciborgue rompe a visão unilateral da identidade. É a proposta para a contemporaneidade que Donna Haraway, em seu “Manifesto Ciborgue” (2009)¹¹⁰, trouxe a respeito da relação entre sociedade e ciência e tecnologia, diminuindo as barreiras entre natureza e cultura. Mas como se formou o novo real a partir da leitura do ciborgue e do ciberespaço?

Kim (2004) ressalta que tudo começou pela “cibernética” - uma forma de pensar o controle - e na “comunicação entre animal e máquina”. Segundo levantamento do autor, isso foi baseado pela “teoria da transmissão de mensagens da engenharia elétrica” através dos estudos do matemático Norbert Wiener¹¹¹. Seus estudos perpassavam o contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento da cibernética correspondia ao processo de expansão tecnológica bélica das forças aéreas para melhoramento do alcance dos alvos inimigo (KIM, 2004, p.200).

Naquele momento, o matemático fez uma importante correlação entre o funcionamento da máquina e o sistema nervoso. “[...] para Wiener, o sistema nervoso central engendrava um processo circular, “emergindo do sistema nervoso para os músculos, e reentrando ao sistema nervoso pelos órgãos dos sentidos”, cujo princípio seria idêntico ao que havia encontrado em dispositivos de controle de máquinas (Wiener, 1948, p. 15 *apud* KIM, 2004, p. 202).

Esses pressupostos interessaram alguns antropólogos da época os quais se apropriaram de elementos da cibernética nos debates científicos, como Gregory Bateson e Margaret Mead¹¹².

Bateson, por exemplo, sob influência de Wiener, trouxe para o debate a relação dicotômica entre “social-científico de informação” e “natural-científico de entropia negativa”.

110 “Manifesto ciborgue”, originalmente publicado na *Socialist Review*, em 1985 -

111 Em 1948, o matemático Norbert Wiener publicou *Cybernetics: or the Control and Communication in the animal and the Machine*, livro que apresenta as hipóteses e o corpo fundamental da cibernética [...] (KIM, 2004, p.200).

112 “É desde essa época, quando a cibernética sequer havia sido batizada, que a antropologia mantém seu vínculo teórico com ela: além dos pesquisadores ligados à medicina, estiveram presentes naquele encontro os antropólogos Gregory Bateson e Margaret Mead. [...] Por causa da II Grande Guerra, a primeira conferência aconteceu apenas em 1946 sob o título *Feedback Mechanisms and Circular Causal Systems in Biological and Social Systems*. O nome da conferência sofreu pequenas alterações em várias edições até que em março de 1950, na sua sétima edição, passou a se chamar *Cybernetics: Circular Causal and Feedback Mechanisms in Biological and Social Systems*, nome que preservou até a décima e última edição, em abril de 1953. Gregory Bateson e Margaret Mead foram ativos participantes desses eventos e, juntamente com o sociólogo Paul Lazarsfeld, constituíram a presença das ciências sociais no core group das conferências” (Kim, 2004, p. 202).

Bateson desenvolveu teorias onde as relações sociais poderiam ser vistas como “comunicações entre membros co-dependentes cuja interação habitual é caracterizada por circularidades, oscilações, limites dinâmicos e feedback”. Além disso, se o princípio cibernético da entropia, derivado da segunda lei da termodinâmica, se traduz em um processo contínuo de redução de ordem em um sistema, ou de aumento de seu caos, isso implica que os relacionamentos sociais não podem permanecer os mesmos por muito tempo (KIM, 2004, p. 203).

A influência das suas ideias colabora para desvendar a cultura como um sistema cibernético seja: pelo entendimento da regulação das relações interpretadas por Rapport; pela análise dos “sistemas de atividades situadas” por Goffman; ou pela interpretação das “operações binárias” da estrutura social por Levi Strauss. Por fim, seja pela compreensão das relações de continuidades e reciprocidades interpretados por Strathern à imagem do ciborgue (KIM, 2004, p.203).

Entretanto, a cibernética passou a ser deixada de lado pois as ideias de Wiener extrapolaram o campo científico. Nesse momento, os discursos técnico e científico são conectados com o social pelos “resíduos” da cibernética, produzindo o que é lido atualmente como cibercultura. Quais seria esses resíduos mais precisamente?

Essa abordagem nos situa nos entrelaçamentos das interpretações do mundo científico, das identidades culturais diversas, da ciência e da tecnologia, tudo em constante mudança, produzindo “narrativas mistas”, e, em contraposição da “separação entre tecnologia e sociedade, cultura e natureza, e humano e não humano” (STRATHREN, 2014, p. 302). Ou seja, com as formas híbridas colocando a descoberta da ciência como “discurso cultural”.

Assim, no cenário social, disputas de narrativas científicas passaram ganhar força, considerando que entre esses resíduos da cibernética, “a visão de que os seres vivos e as máquinas não são essencialmente diferentes”, concebem as capacidades de “mimetizar a vida” e “manipular a vida”.

Os produtos – reais e imaginários – de tais tecnologias podem contradizer certas noções de classificação fundamentais, tais como a oposição entre natureza e cultura, entre orgânico e inorgânico, entre o homem e a máquina, dentre outras.” (KIM, 2004, p.206).

Essas ambiguidades da cibercultura dando essa sensação de desordem, são as que possibilitam pensar a ruptura das dicotomias sociais e das fronteiras imaginadas ao longo do percurso da modernidade. Não se trata de uma novidade para o processo intelectual de interpretação da realidade, mas levanta uma provocação das categorias modernas (LATOURETTE, 2016). “O futuro cibernético implica uma nova ordem do real, porque, enfim, a intercambialidade é apenas uma questão de compatibilidade funcional” (KIM, 2004, p. 207).

O ciborgue nasce como a metáfora da “pós-humanidade”. Os resíduos da cibernética trouxeram um aparato material para pensar o “super-humano”, como a superação da natureza humana, pois não se pode pensar no ciborgue com uma imitação da natureza, mas como aquele que a supera¹¹³. Existe um valor utilitarista presente nesse cenário de surgimento do conceito do ciborgue: “a “performance” é a noção fundamental para a reformulação da imagem do ser humano na direção da imagem do “pós-humano” (KIM, 2004, p. 210). Nesse contexto, o avanço da biotecnologia problematiza a perspectiva de natureza e coloca a técnica não somente como um espelhamento dela, mas a busca por superação da própria vulnerabilidade da natureza humana. O “culto à performance” seria uma definição interessante para pensar a cibercultura¹¹⁴.

Todavia, segundo Strathern (2014), é necessária uma atenção a essas formas híbridas, pois são geradoras do apagamento da política nas relações humanas, conseqüentemente, causadoras da ocultação das relações de poder. É o que se dá quando se necessita da flexão das categorias sociais como classe, raça e de gênero: a negação dessas categorias pode gerar o enfraquecimento da consciência política e da visualização das desigualdades presentes no acionamento dessas categorias.

Nesse sentido, portanto, falar do ciborgue é falar das fronteiras dicotômicas expressas na relação humana com o ciberespaço¹¹⁵. A efetiva “vulgarização da cibernética” vem a partir da relação do ciborgue com a as redes digitais¹¹⁶. Por isso, Miller¹¹⁷ insiste na materialidade do digital como recurso analítico fundamental, buscando o equilíbrio entre “o trabalho teórico com o humanismo de relatos etnográficos” e sua descrição, de forma a transparecer o impacto da tecnologia digital no cotidiano dos sujeitos. Isso é fundamental para pensar a tecnologia digital

113 “[...] o termo cyborg nasceu da contração de cybernetics organism e foi apresentado, também em 1960, por Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline em um simpósio sobre os aspectos psico-fisiológicos do vôo espacial. Inspirados por uma experiência realizada nos anos 1950 em um rato, no qual foi acoplada uma bomba osmótica que injetava doses controladas de substâncias químicas, eles apresentaram a idéia de se ligar ao ser humano um sistema de monitoramento e regulação das funções físico-químicas a fim de deixá-lo dedicado apenas às atividades relacionadas com a exploração espacial” (KIM, 2004, p.208).

114 Em outubro de 1958, o cirurgião cardíaco Ake Senning e o engenheiro eletrônico Rune Elmquist implantaram o primeiro marca-passo interno em um ser humano. Esse implante inaugurou um bem-sucedido progresso na área de próteses e implantes cardíacos, desde válvulas até bombas auxiliares, além de gerações de marca-passos cada vez mais eficientes e práticos. (210). [...] um importante fato histórico. (KIM, 2004, p. 210)

115 . A origem do termo na obra de Wiliam Gibson, Neuromancer de 1984. Primeira versão traduzida para o Brasil em 2003 pela Editora Aleph.

116 “O cyberpunk aglutinou a visão distópica do movimento punk e os estereótipos de seu estilo de vida ao imaginário futurista no qual as gadgets (bugigangas e geringonças) “cibernéticas” e os ciborgues foram amplamente cotidianizados” (KIM, 2004, p. 212).

117 Entrevista Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufjf.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-e-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em 15 de junho de 2021.

como artefato do cultural material humano. Assim, faz com que o real observável seja pensado pela intensidade e não como uma categoria inovadora de fato das relações sociais, pois a noção de ciberespaço é antiga na modernidade, ressaltando que hoje o seu funcionamento pela rede acarreta a sensação dicotômica entre virtual e real. Porém, “os crimes “virtuais” estão aí para mostrar uma inegável natureza coercitiva de “realidade” (KIM, 2004, p. 213).

Portanto, como reflete Rifiotis (2012) abre-se a perspectiva de uma abordagem teórico-metodológica vendo no ciberespaço a superação das fronteiras *online* e *offline*, entre o técnico e o social. Desse modo, na dimensão do mundo híbrido, esse modo de funcionamento social se dá pela interpretação das relações socioculturais por meio da mediação das TICs, logo, trata-se de não desprezar os aspectos técnicos presentes no ciberespaço em favorecimento somente dos aspectos sociais. Ou seja, há uma forma que se estabelece para a compreensão do saber sociotécnico (RIFIOTIS, 2012), trazendo os elementos técnicos responsáveis pela mediação das interações nas redes sociais como parte do processo etnográfico. Como explica Miller:

[...] podemos comparar diretamente o que as pessoas de fato postam, de tópicos que variam de cachorros e gatos a religião e festas. Também fizemos contas sistemáticas sobre quantas fotos de diferentes tópicos são achados em uma amostra de 50 perfis de *Facebook* de cada site. Isso nos permite mostrar muito claramente que o *Facebook* é de fato extremamente diferente, em se tratando, por exemplo, de posts ingleses e posts trinitadianos. E essas diferenças chegam muito perto do que se poderia considerar uma etnografia tradicional.¹¹⁸

Por isso, o desafio de traçar qual o “uso das mídias digitais” para que as ciências sociais possam expandir seu conhecimento do impacto social apoiado no uso dessas mídias¹¹⁹. É importante entender o avanço de tecnologias no aprofundamento das relações e como isso transformou as condições de interações sociais¹²⁰. Esse fator é relevante por tratar-se de um aspecto gerador de implicações na difusão da informação e na emergência do processo de desinformação pelas mídias sociais. Muito atual, por exemplo, é o lugar do digital influencer em que o aspecto da individualidade traduz a ruptura das hierarquias midiáticas. Uma característica dessas novas mídias digitais, é “transformação técnica, social e também subjetiva”.

118 Entrevista Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufjf.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-e-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em 15 de junho de 2021.

119 “Nas ciências sociais, nossos olhares costumam se voltar para as relações entre as pessoas e delas com a sociedade. Se agora essas relações se iniciam, são expandidas ou mantidas pelo uso de mídias digitais precisamos começar a reconhecer seu papel na experiência de nossos sujeitos tanto em termos sociais quanto subjetivos. Nesse sentido, conhecer a história dessas mídias é um passo esclarecedor e necessário” (AUTOR, DATA, PÁGINA).

120 “No século XX, o rádio, o cinema e a televisão permitiram ampliar e aprofundar os feitos da imprensa escrita, pois não exigiam que seus receptores fossem alfabetizados” (MISKOLCI, 2011, p. 13).

O que chamo de protagonismo individual nas novas mídias é a experiência de se colocar e viver nelas, portanto sem mais depender da sua projeção em astros e estrelas, os únicos que – até recentemente – tinham suas imagens e personalidades difundidas midiaticamente e nas quais as pessoas “normais” encontravam modelos de comportamento e/ou projetavam a si mesmas (MISKOLCI, 2011, p. 13).

Assim como apontou Miller, a necessidade de lidar com o fator técnico pelos cientistas sociais, exige um “esforço interdisciplinar” (MISKOLCI, 2011, p.14).

Se os usuários dificilmente se restringem ao uso de um só, assim como tendem a articulá-los com formas *off-line* de interação, então o que leva ao uso das mídias digitais é o mais importante e para o que devemos dirigir nossas análises. [...] Ênfase fundada, inegavelmente, em uma perspectiva das ciências sociais que leva em consideração seu repertório teórico-metodológico e interesses (MISKOLCI, 2011, p.14).

Assim como o ciborgue, os limites de significação do ciberespaço estão diretamente relacionados com a “inteligibilidade” na relação entre o técnico e científico para o senso comum. Mas com uma contradição importante sendo evidente, pois o uso das mídias sociais para fins de política dentro dessa ótica tem favorecido o cenário de polarização e da guerra cultural nas redes digitais.

O interessante conceito do sujeito impuro pode ser uma designação para o próprio *hacker*. De um lado, é um transgressor das normas, um criminoso e, de outro, um revolucionário, “a própria síntese da apologia ao mundo sintético como extensão do homem”. Usufriui do cálculo binário para também provocar uma sociedade marcado por relações binárias e dicotômicas, transcendendo o imaginário social e como ressalta o autor: tornando-se “sujeito capaz de superar a mediocridade do mundo social e do estranhamento que temos em relação ao nosso próprio cotidiano cibernético” (KIM, 2004, p. 217).

4.1.2 “Antropologia microscópica” no ciberespaço

A antropologia, ao trazer o ciberespaço como parte do seu campo de estudo, insere-se em uma discussão importante para a transformação teórico metodológica da disciplina. Nesse caso, situando a disciplina no mundo das chamadas sociedades complexas, ou mesmo da sociedade contemporânea. É um momento em que o “arsenal antropológico” precisou se atualizar com os processos e mudanças sociais e passou a extrapolar o âmbito local.

Segundo Feldman-Bianco (1987), a nova tarefa dos antropólogos envolve suas demandas de meados do século passado, quando se pensava nos vestígios teórico-

metodológicos da antropologia estrutural funcionalista em atenção às mudanças sociais no chamado “Terceiro Mundo”. A autora ressalta um grupo de autores e suas contribuições teóricas do que ela destaca como a “teoria da ação: “a observação e reconstrução do comportamento concreto de indivíduos específicos em situações estruturadas”, pois a partir disso, foi possível “a elaboração de instrumentais capazes de integrar a história e dados documentais à análise antropológica de processos sociais” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 8).

A dialética entre a “teoria da ação” e a “análise da representação” possibilitou reunir novas saídas para resolução dos estudos antropológicos da sociedade contemporânea. É um momento de lidar com paradigmas teóricos relacionados à relação de conflito entre demandas culturais e o fortalecimento da sociedade capitalista. Como salientava Sahlins (1976), dois paradigmas são centrais: um “enfoque cultural” e um “enfoque utilitarista”.

De um lado, existe uma “ênfase na observação do comportamento concreto” (micro-sociologia), de outro, a ênfase na análise de representações (estudo da cultura). De um lado, a teoria da ação trata dos sujeitos como atores sociais, do outro, na análise das representações, como informantes.

Subjacente a esta distinção entre atores sociais e informantes, está implícita a diferenciação já feita por Malinowski (1922)¹²¹ entre o que as pessoas fazem e o que as pessoas dizem. Procedimentos de pesquisa, baseados na separação, artificial entre a observação do comportamento concreto e a análise de representação, resultam também em distinções radicais como a feita por Harris (1968)¹²², entre análises éticas (que privilegiam exclusivamente as interpretações do pesquisador) e análises étnicas (que privilegiam as interpretações dos informantes) (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 9).

A dimensão metodológica envolvendo esse contexto, traz uma forma outra de refletir a relação entre o eu – tal como este é representado pelos sujeitos – e suas ações cotidianas. Isso é importante para dar atenção ao fato de existirem limitações teórico-metodológicas no exercício científico da generalização, mantendo um cuidado entre hipóteses e indagações baseadas na bibliografia e o que é observado, assim como um processo cuidadoso em relação a associações envolvendo as dimensões local e global.

121 MALINOWSKI, B. *Argonauts of the Western Pacific*. Londres, 1922. Publicado em português sob o título *Argonautas no Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

122 HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. Thomas Y. Crowell Company, 1968.

Entretanto, poucos foram os que tentaram integrar, como Geertz (1978)¹²³ o fez, uma perspectiva micro-sociológica à "interpretação das culturas", a partir da distinção entre ação e ideologia, assim como entre sociedade e cultura. Mesmo que "culturalistas" anotem suas observações de campo em seus diários, existe uma tendência em se separar, ou se confundir, os dados provenientes da observação daqueles provenientes das indagações (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 10).

Tais limitações metodológicas apresentadas no percurso da antropologia também destacam uma nova leitura do estudo da cultura a partir do processo. Agora "um conjunto de instrumentais de pesquisa" propiciou caminhos para o estudo antropológico produzindo enfoques analíticos mais dinâmicos entre sociedade e cultura.

Ao evitar o estudo da "mente" e das representações de forma estática, e a partir tão somente de questionamentos formulados a informantes sobre temas abrangentes, esta perspectiva abre possibilidades para a análise da cultura enquanto processo. Pode, provavelmente, favorecer a operacionalização de pesquisas que têm por premissa entender como conjuntos de significados são transmitidos e desenvolvidos e como a ação humana é mediada por um projeto cultural no contexto das complexidades dos processos sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 11).

É importante salientar que tudo isso ocorreu por conta de um momento em que diversos estudos antropológicos aconteciam, marcados pelo processo de imperialismo europeu que passava por um momento histórico de muitas transformações sociais, com as lutas pela libertação de países africanos e, também, pelos processos de grandes êxodos rurais nas nações latino-americanas.

A antropologia se situava numa demanda de atualização de campos de estudo frente a muitas dessas transformações. Se debatia o fim da antropologia quando se pensava a antropologia na pós-modernidade. Por fim, os "enfoques dominantes, baseadas na ideia de sociedades "simples" passam a adotar o olhar voltado às "sociedades complexas", ou, mais apropriadamente, "sociedades contemporâneas".

Portanto, houve uma adaptação das técnicas antropológicas necessitando se adequar aos anseios da contemporaneidade. Agora o desenvolvimento analítico se dá de modo sensível a partir do estudo das relações local e global, micro e macro, específico e geral. Diante disso, segundo Feldman-Bianco, os antropólogos passaram a ter como papel nos estudos sociais de desenvolver o "estudo microscópico e detalhado de interstícios sociais e relações interpessoais (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 14).

Apesar disso, existe ainda uma dificuldade pois a problemática central é pensar na relação de conflito para a antropologia em oposição com a perspectiva funcionalista de

123 GEERTZ, F. *The Interpretation of Cultures*. 1973. Publicado em português sob o título *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

“equilíbrio social”, visto que “antropólogos optaram por destacar a coesão social em detrimento de análises que pudessem levar em consideração a eventual existência de conflito e contradição” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 17). Isso, devido ao fato de não enfatizar as falhas e conflitos nas relações sociais das sociedades observadas, com o desenvolvimento analítico sendo limitado ao seu arranjo estrutural¹²⁴.

Inicialmente, Malinowski, em “Argonautas do Pacífico Ocidental”, promoveu um marco para a antropologia, como identificou Emerson Giumbelli (2002), no texto “*Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas*”. A sua contribuição para a antropologia fez convergir o método etnográfico em sua relação com o trabalho de campo. Como observa na introdução de “Argonautas”, é possível identificar essa necessidade de Malinowski em tentar acentuar a legitimidade da antropologia em sua relação com o mundo científico pela obsessão em uma padronização do processo etnográfico. Sobretudo, como uma saída de formatação de um olhar especial para que o etnógrafo que se distanciasse dos “homens comuns”, os quais são carregados por “preconceitos inevitáveis”.

Havia, portanto, uma necessidade de ativar uma sensibilidade disciplinada para perceber o “espírito dos nativos”. Mas, sobretudo, forjar uma técnica etnográfica com maior reconhecimento e credibilidade da ciência moderna. Desse modo, sua proposta tendia de fato a um entrelaçamento entre ciências humanas e ciências naturais, que no final de tudo, segundo Giumbelli (2002), carregava uma série de carências e excessos teórico-metodológicos. Era uma tendência baseada na perspectiva de preservação da cultura considerando a perspectiva do fim da cultura nativa diante do avanço do capitalismo e da dominação colonial. Diante disso, tratava-se de trazer para a análise uma visão baseada na lógica de “sistemas sociais autônomos e atemporais” ressaltando as funções sociais e desconsiderando efeitos do colonialismo, o que poderia ser uma forma de entendimento das especificidades dessas sociedades estudadas pelos etnógrafos como Radcliffe Brown. Mas vale ressaltar que existe uma contribuição fundamental para o funcionalismo britânico a partir de Malinowski, ao dar crédito a uma concretude da realidade baseando-se em elementos estatísticos locais, desenvolvendo uma descrição etnográfica dando luz ao que ele chamava de “imponderáveis da vida real”, como apontou

124 “Marcantes os conceitos: “solidariedade mecânica x solidariedade orgânica – externalidade e autonomia. [...] na antropologia inglesa até meados da década de 1950, foram em grande parte, marcados pela influência das perspectivas teóricas de Durkheim. Esta influência é visível no funcionalismo de Malinowski, principalmente no que se refere à sua insistência em caracterizar a cultura como um todo integrado composto de partes interdependentes (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 17).

Feldman-Bianco (1987). Esses imponderáveis formaram base para a construção de bases metodológicas de observação dos processos sociais pela conjugação entre antropologia e história.

Porém, essas circunstâncias históricas como a segunda guerra mundial e luta de libertação das colônias geraram um impulso de revisão do método funcionalista britânico, resultando em uma perspectiva utilitarista¹²⁵ diante do interesse voltado para as mudanças sociais e colocando ênfase nos conflitos. Além disso, essa crítica também corresponde aos limites da autoria do etnógrafo e da sua própria autoridade na interpretação desse “espírito nativo”. Era um momento de percepção da dimensão de tal autoridade e sua interpretação da observação e de sua relação com a escrita etnográfica como ressalta Clifford (2014). Sua crítica levantava a importância de relacionar a dimensão metodológica da etnografia como parte fundante da ciência moderna, a partir da contribuição de Malinowski ao convergir teorias gerais com dados empíricos pela “observação participante”.

Naquele momento brotou uma tendência “a privilegiar a observação de processo, contradição, conflito de normas e manipulação de regras”. Ou seja, uma quebra com o mecanismo funcional do equilíbrio social previsto na tendência dos estudos sincrônicos da antropologia funcionalista¹²⁶. Inicialmente, os antropólogos que trouxeram uma ênfase na ação ainda se limitaram ao campo disciplinar da antropologia, o que dificultava trabalhar com as mudanças sociais, pois ao privilegiar um olhar sincrônicos para os contextos locais, tenderam a não trabalhar com “uma perspectiva da economia política mais ampla, nem as condições que moldaram as situações por eles observadas no transcorrer de suas pesquisas de campo” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 23).

125 “Existem questões centrais para pensar o desenvolvimento da antropologia das sociedades contemporâneas, relacionando o arcabouço funcional com a teoria da ação, que é baseada em pressupostos de Marx e Weber: “de como a sociedade se mantém? para como a sociedade se transforma?” Desse modo, um ponto central da teoria da ação – tem como objetivo captar a complexidade, a variação e o fluxo social, através do estudo dos assim chamados “espaços intersticiais” ou “interstícios sociais” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 20). Assim sendo, o olhar passou a preocupar-se com: “a necessidade de observação sistemática do comportamento de indivíduos específicos, suas ações, interações, estratégias e opções alternativas entre normas conflitantes, a partir de parâmetros sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 20).

126 Agora o enfoque passou de: “morfologia social/forma social/sistema social; consistência social/estabilidade social/equilíbrio social; valores sociais; funções sociais; modelos sociais; padrões e desvios sociais; grupos corporativos, versus indivíduos enquanto atores sociais; intermediários/empreendedores sociais, econômicos ou políticos; quase-grupos/redes sociais/grupos de interesse/facções/cliques; coalizões; ações/interações/opções/alternativas sociais/margens de manobra; estratégias/estratagemas/manipulações/transações; conflitos/disputas/contradições; variações/fluxo social, etc.; evento/situação/arena/campo social, etc. (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 22-23).

Como elucidou Vincent (1978), percebe-se aqui uma “micro-sociologia destituída de qualquer conceito de nível”, uma omissão da diacronia das relações que toma como base os resquícios das fundamentações estrutural funcionalista de Malinowski. Desse modo, o aspecto utilitarista que a teoria da ação tem proporcionado para o recorte microscópico das interações cotidianas permitiu o aperfeiçoamento do método comparativo e da ampliação da relação entre antropologia e história, com o entendimento de uma abordagem processual e histórica¹²⁷.

Diante dessa percepção, existe um aspecto interessante que amplia questões para pensar elementos que ajudam nas conceituações de redes sociais envolvendo a cibercultura. Nesse sentido, é importante considerar a noção de rede social com a noção de “quase-grupo”, a partir de “princípios estruturais organizando a ação de "não-grupos" e de organizações invisíveis e informais em contextos considerados "complexos"(FELDMAN-BIANCO, 1987, p.28).

No caso da atual pesquisa, também são importantes as contribuições da análise situacional de caso detalhado sob a luz de Van Velsen. Sua contribuição para esse trabalho envolve o uso da descrição de “situações concretas” dos indivíduos locais para partir para uma abstração para justificar o interesse na abordagem do autor para uma análise dos processos sociais circundantes.

Desse modo, foi construída a estratégia de coletar dados e articular as informações concretas nas publicações com os eventos políticos daquele momento, marcando o período da publicação e o período em que ocorriam. Trata-se de uma estratégia que se aproxima das propostas de Van Velsen:

Van Velsen indica que a análise sincrônica deve ser combinada com uma perspectiva diacrônica dos acontecimentos. Sugere ainda que o pesquisador deve formular suas indagações aos atores envolvidos e a outras pessoas, no contexto destes casos e a partir de incidentes específicos. Dessa forma, poderá compreender como pontos de vista diversos representam diferentes grupos de interesse, de status, valores culturais etc. (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.30).

127 Sob um aspecto mais metodológico, importantes para a análise das mídias sociais pela antropologia o estudo de Feldman-Bianco destaca três gerações de antropólogos treinados na Inglaterra: Joan Vincent, Nadel e Gluckman. Vincent é americano e influenciado pela teoria da ação – com Nadel – cofundador da teoria da ação junto com Mair e Firth – Gluckman – com o estudo de caso detalhado. “Sob a direção de Gluckman, a assim chamada "Escola de Manchester" tornou-se um importante centro de pesquisa sobre mudanças sociais, incluindo problemáticas referentes às assim chamadas "sociedades complexas. Nomes como Bailey, Barnes, Colsön, Epstein, Mayer, Mitchell, Turner, Van Velsen e Worsley. no uso de quantificação e de métodos matemáticos não quantitativos provenientes da sociometria, de um lado, e na observação decorrente de situações sociais e de análises de casos detalhados, de outro” ((FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 25-26).

Um aspecto inovador de Van Velsen, é colocar lugar, tempo e gente em situações sociais sequenciais ordenando a realidade na sua ótica fluida.

Entretanto, muito embora suas formulações tivessem se aproximado das da história social e mesmo que tivesse salientado a importância de se utilizar documentação histórica, as preocupações de Van Velsen restringiram-se aos procedimentos de pesquisa de campo. Por isso, trata este tipo de dados como o objetivo principal da análise. Apesar de ter se fundamentado em uma perspectiva histórica dos processos sociais, Van Velsen baseou-se numa dimensão limitada do tempo, não tendo se interessado em relacionar a Antropologia com a História (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.32)

De fato, não dá para fixar elementos estritos da disciplina diante do contexto dinâmico que marca as relações de poder envolvendo a história da antropologia, considerando as marcas da dominação colonialista europeia diante de uma hegemonia econômica capitalista. Há um marco que envolve a necessidade da correlação entre “técnicas contemporâneas de pesquisa de arquivo, o seu peculiar método de coleta de dados, via trabalho de campo” (VINCENT, 1977, p.62). E por isso, existe um diferencial importante entre o olhar do antropólogo e do historiador: pois a priorização da ação concreta e repentina dos indivíduos em dada comunidade, os aspectos processuais presentes marcam a filtragem dos “espaços intersticiais”, segundo Vincent (1977). Nesse sentido, faz sentido o uso de dados históricos para a análise antropológica de processos sociais ¹²⁸ por meio de uma escolha baseada em uma “pequena unidade espacial”, registrando a observação e a interação antes da amplitude dos eventos macro circundante. Para então, iniciar uma ampliação das interpretações diante dos fenômenos sociológicos¹²⁹.

128 Vincent se baseia em Marx e Weber diante da teoria da ação. Embora valorize, "em primeiro lugar, o tipo de pesquisa característica do antropólogo — interação e observação intensivas em uma localidade" (VINCENT, 1977, p.57), enfatiza a necessidade de se combinar essa observação intensiva (baseada na análise da interação de um agregado de indivíduos de um lugar específico, no delineamento das relações estruturais e na explanação de eventos) com a análise de campos de atividade e o emprego rigoroso de material histórico. [...] uma unidade analítica que não é somente composta por indivíduos e suas estratégias (conforme sugerido pelos teóricos da ação), mas também "de homens em movimento e de ações e empreendimentos que são dependentes para o seu sucesso de operações atravessando o espaço e consideráveis períodos de tempo" (Ibid.: 198). FELDMAN-BIANCO, 1987, p.35).

129“[...] três grandes eixos desse fluxo organizado, a saber: 1) o movimento do pessoal agrário dentro e fora do local e do tempo observados (como, por exemplo, através de mortes, casamentos, migrações periódicas etc.); 2) as conexões desse agregado de pessoas com o passado (por exemplo, através de laços de parentesco, casamento, empregos etc.); e 3) as conexões dessas pessoas com o exterior, isto é, com outros indivíduos que não fazem parte do pessoal agrário (através da análise de redes sociais e campos de atividade). Assim, uma investigação que se

Desse modo, o desenvolvimento contemporâneo da antropologia passou a ser pensado envolvendo a importância do seu “caráter microscópico” levantando detalhes importantes para pensar as contradições daquilo que está presente nas familiaridades das relações entre pesquisadores e pesquisados¹³⁰. De certa forma, pede-se uma atenção ao fato de que se pode confundir “os limites da observação com os limites da investigação” e pode gerar “recortes” artificiais” como também “diferenciações artificiais” marcadas por dicotomias “micro e macro”.

Os conceitos de rede social, de quase-grupo, a ênfase na fluidez dos agrupamentos sociais e o método de análise situacional constituem esforços neste sentido, mesmo que tenham sido formulados a partir da demarcação artificial do campo de estudos da Antropologia. Mas mesmo estas últimas “amarras” se desvanecem na proposta metodológica de Vincent no sentido de se resgatar a contribuição microscópica da Antropologia para a realização de investigações e “interpretações mais amplas” sobre processos de desenvolvimento passados e presentes (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.37).

4.1.3 O levantamento dos dados e contornos metodológicos

Esse foco na análise antropológica permite trabalhar o exercício etnográfico nas discussões que mostram as interações do MESP no ciberespaço, mas sem perder elementos concretos do espaço de discussão analisados. Pois o intuito, no desenvolvimento etnográfico, é captar esses diferentes momentos e contextos sociais e históricos que têm modificado a ação do movimento no seu espaço comunitário nas redes sociais.

No início primeiro semestre de 2020, o mundo é impactado por uma crise sanitária mundial da Covid-19. Essa crise demonstrou uma série de problemas históricos e profundos não sanados pelos processos civilizatórios da modernidade. O mundo estava marcado pela incerteza e o caos, com o coronavírus sendo protagonista das mortes de milhões de pessoas no mundo e sendo pivô de diversas disputas políticas e ideológicas. A ciência com C maiúsculo virou alvo dessa incerteza, que muitas vezes tinha como pano de fundo o acionamento de alarmes e pânico morais, tais como os acionados no início dessa disputa educacional estudada

inicia com a observação de um número restrito de indivíduos de uma pequena unidade espacial arbitrariamente delimitada, mas que se centraliza” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.35).

130 “Resgata o caráter microscópico da Antropologia e a sua especialidade peculiar em estudar os “interstícios sociais”, a partir de um enfoque que integra a história e dados documentais à análise de processos sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.36).

nesse trabalho, corroborando o impacto do funcionamento da “ciberpolítica”, com o uso político das mídias digitais definindo verdade e poder.

Foi nesse contexto pandêmico que a coleta dos dados foi iniciada no *Twitter* do MESP, com o levantamento de publicações de abril a 22 de agosto de 2020, com a despedida do coordenador do MESP, Miguel Nagib. Porém, em abril de 2022, a página voltou a ser atualizada¹³¹.

Figura 13 – O *Twitter* do MESP volta a publicar



Fonte: *Print* do autor

Após o momento de despedida do coordenador do MESP, constatou-se que, no *site* da organização, manteve-se apenas o perfil *Twitter* e o canal do YouTube. Vale ressaltar, que, nas publicações do *Twitter*, existem conteúdos incorporados de outros canais de comunicação do MESP, desde imagens do *Instagram* até vídeos do Youtube. O perfil do *Twitter* tinha 113 mil seguidores (atualmente reduziu-se para 107,5 mil).

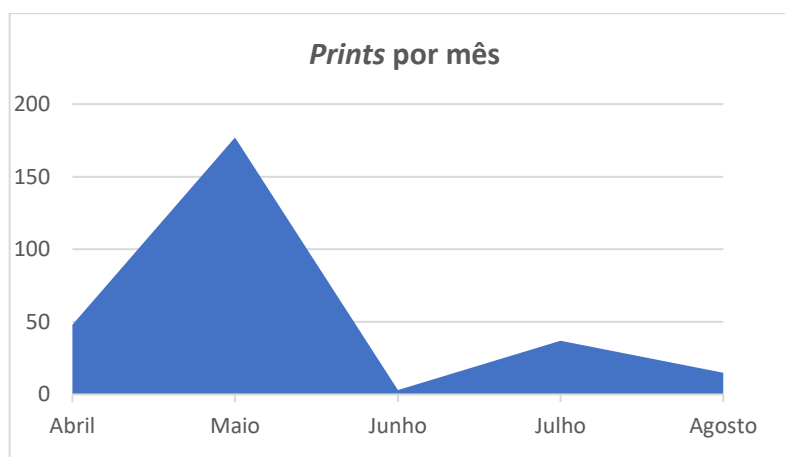
A coleta dos materiais envolveu imagens de publicações do *Twitter* junto a comentários relacionados a essas publicações centrais da própria página, materiais de vídeo, textos e imagens humorísticas como os “memes”. Sua coleta ocorreu a partir da “printagem” das publicações e dos comentários. Logo em seguida esses *prints* foram organizadas em pastas por

¹³¹ No momento, o recorte de dados ainda se mantém limitado aos eventos daquele ano de 2020. Uma inferência possível traz uma reflexão acerca da coincidência desse retorno em ano eleitoral com a disputa para a presidência do Brasil, governadores, deputados federais e estaduais.

mês de publicação, com o limite de 10 comentários por publicação, tendo em vista a média máxima de comentários encontrados, além de perceber a existência de publicações retuitados na própria página. E mais, havia nessa interação discussões transferindo para outras redes e outros perfis por meio das *hashtag* presentes.

Foram coletados 280 prints divididos entre os meses de abril a agosto. Foram prints das publicações e interações da comunidade do *Twitter*, embora essas “printagens” não representem a quantidade de interações. O mês de maio foi o de maior auge, com este refletindo a maior intensidade de controvérsias públicas impactando o MESP.

Figura 14 – Quantidade de Prints do *Twitter* do MESP por mês



Fonte: Elaborado pelo autor

No início da coleta de dados, o cenário era marcado pela dificuldade de articulação do governo na condução da crise sanitária do Covid 19, com uma crise nas relações governamentais entre os membros do governo, demissão de alguns ministros de áreas estratégicas como saúde e educação. Logo em seguida, algumas ações judiciais envolvendo o combate às chamadas *fake News*, intensificaram o cenário de disputa em torno de “verdades” no campo institucional, especialmente entre os poderes da união.

O cenário dessas controvérsias públicas ajudou na organização dos conteúdos divididos por mês em eventos específicos que pudessem auxiliar na compreensão da comunidade estudada, tais como: a crise ministerial do governo de Jair Bolsonaro, o Inquérito da *fake News* e, mais específico ao MESP, o julgamento da inconstitucionalidade do projeto Escola Livre de Alagoas, um projeto associado ao Programa Escola Sem Partido.

Cabe ressaltar que a coleta de dados no perfil específico da comunidade do MESP no *Twitter* cessou de modo imprevisto, a partir da notificação do desligamento do seu coordenador

em agosto. Por isso, uma estratégia interessante para a continuidade da observação nas redes foi ampliar o recorte etnográfico para além da comunidade do MESP, levando em conta as diversas controvérsias públicas circundantes ao Movimento e ao fenômeno conservador educacional apontado nesse trabalho.

Foram seguidas publicações relacionadas a noticiários de jornais e revistas, como também conteúdos com imagens e linguagem humorística, os memes, observados no *Instagram* e no *Facebook* pessoal do pesquisador. Foram criadas pastas organizadas por assuntos (crise ministerial, *fake News*, pandemia, eleições, religião e esfera pública etc.) pelos recursos de salvamento de arquivos dessas plataformas.

Figura 15 – Pastas do *Instagram*



Fonte: *Print* do autor

Diferentemente de trabalhos apontados nesse texto, não houve a manipulação de recursos específicos de levantamento e seleção dos materiais, como é comum em diversas “análise de redes para mídias sociais” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). Durante esse período, houve um processo de fotografia da interação, os *prints* das telas, uma observação *Insider* (ALONSO, 2016), sem interação com a comunidade, tendo em vista uma posição mais oculta de participação, em observação de usuários interagindo em uma plataforma pública. Um trabalho etnográfico mais interpretativo do que imersivo.

Há elementos de composição da materialidade das novas tecnologias, na linguagem das mídias digitais, entre o mundo *online* e *offline*, com as redes sociotécnicas desses eventos ligadas por hashtags. A partir desses links consegue-se examinar a amplitude de discussões que

parecem ser internas à comunidade, ou restrita às pautas do movimento, permitindo detectar as suas tensões internas pois a comunidade *online* mostra-se atenta ao mundo institucional *offline*.

O modo de estar *online* era conduzido pela crise política e sanitária apresentada nos noticiários da grande mídia daquele período. Este foi um dos impulsos para o acompanhamento da interação na comunidade do MESP, com discussões implicadas pelo cenário político brasileira da época, compondo uma “teia de nós” direcionando a amplos debates na esfera pública brasileira.

Ao estudar a comunidade do MESP no *Twitter*, pensa-se o universo microsocial em constante diálogo com o macrosocial estudado no estado da arte. Busca-se uma “tendência para se privilegiar a observação do comportamento concreto de indivíduos específicos, suas ações, interações e estratégias em contextos também específicos e, portanto, “espaços intersticiais”, trazendo consigo “a característica microscópica dos estudos antropológicos e a sua especialidade peculiar de procurar desvendar os meandros mais profundos da vida social (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 15).

Mas, sobretudo, baseia-se na necessidade de trazer para a discussão antropológica o conflito, os meandros de uma sociedade em crise, crise no sistema educacional e democrático. Recorre-se a essa ampliação do olhar para dar atenção à complexidade com que as disputas políticas e ideológicas ganham novas formas e percepções pelos contextos sociológicos vigentes, como é caso da relevância do MESP em meio à ascensão bolsonarista no debate público e na notoriedade governamental.

Como visto, na observação funcional-estruturalista, a coleta etnográfica tem como objetivo entender as explicações sociais das normas e regras vigentes de um grupo pelas explicações de seus informantes. Existe um lado categorizador do etnógrafo que envolvia o seu embasamento teórico para percepção e entendimento de determinada morfologia social.

E por isso, especulações interpretadas pelo etnógrafo de determinado informante não passariam de percepções individuais e poderiam não alcançar a amplitude do social, simplesmente por sua própria visão de mundo.

Por isso deveriam ser relacionados com a posição dos informantes dentro do grupo, bem como ao seu envolvimento nas ações em questão. Deveriam também ser relacionados, quantitativamente e/ou qualitativamente, ao comportamento de outros membros deste grupo em circunstâncias similares (VAN VELSEN, 1987, p. 352).

Por isso, é necessária a distinção das informações coletados dos diversos informantes.

A avaliação sociológica de ações e outros comportamentos faz parte do ofício do antropólogo e a avaliação sociológica das mesmas ações, etc., poderá ser bem diferente daquela avaliação social feita por informantes locais. Acima de tudo, não se pode esperar que informantes destreinados, sejam eles chefes Bemba ou burocratas assalariados em Londres, apresentem ao antropólogo análises sociológicas sobre comportamento observado em suas respectivas comunidades (VAN VELSEN, 1987, p. 353).

Esse modo de operar a análise estrutural pela morfologia social dificulta a possibilidade de análises que ajudem a perceber melhor os conflitos sociais e os processos de mudança social e de rupturas das normas pelos indivíduos de dado grupo social. A falta de enfoque nessas variações corrobora a tendência de: “[...] ignorar os problemas de mudança, considerando, ao invés, as escolhas individuais de ação originárias de novas situações como exceções ou distinções das normas apropriadas, ou seja, tradicionais” (ibid., p. 356).

É a mobilização das contradições presentes nessa morfologia social que Malinowski apontava como os “imponderáveis da vida real”. Essas contradições possibilitam interconexões de experiências distintas de pessoas do mesmo grupo ou de interpretação distinta de informantes do mesmo grupo a respeito das normas sociais, visto que: “a análise situacional oferece melhores oportunidades do que a análise estrutural para a integração do acidental e o excepcional com o geral” (Ibid., p. 361). Ou seja, o que o autor ressalta como a “estética da estrutura”.

É a superação do determinismo dos pressupostos teóricos do etnógrafo, mas sem deixar de lados a importante contribuição desses pressupostos para fim analítico e comparativo. É assim que se pode pensar em elementos significativos para a mudança social: “[...] os métodos da pesquisa de campo do etnógrafo são orientados por um enfoque teórico, mas não são necessariamente determinados por esse enfoque” (Ibid., p. 362).

É preciso atenção às decisões dos membros de dada sociedade ou grupo, pois:

[...] a análise situacional pode ser muito útil para se lidar com este processo de opção, isto é, a seleção feita pelo indivíduo, em qualquer situação, de uma variedade de relações possíveis — que podem ser elas mesmas governadas por diferentes normas —, daqueles comportamentos que consideram que melhor servirão a seus objetivos (VAN VELSEN, 1987, p. 363).

Portanto, a análise situacional ajuda a evidenciar essas variedades de olhares de membros de qualquer sociedade, superando as percepções homogeneizadoras das sociedades, considerando sua constante dinâmica de transformação social, e especialmente de sofisticação das percepções dos seus membros no agenciamento dessas transformações.

Faz todo sentido pensar na sociedade brasileira em um momento de instabilidade social e marcada por disputa e polarização política e ideológica. Em que a norma, a Constituição Federal, por exemplo, passou ser desconsiderada no acordo democrático institucional. O discurso se apoia fortemente no ativismo conservador reacionário de direita buscando retornar a aspectos vigentes no regime antecessor a esse acordo, a ditadura militar. Segundo Mitchell (1966, p.19) citado por Van Velsen (1987, p. 364): "não estamos lidando com um sistema cultural integrado, mas com um sistema no qual sistemas de crenças bastante discrepantes podem coexistir e ser ativados em diferentes situações sociais".

Diante disso, como recurso analítico envolvendo o conteúdo observado, a “análise situacional” busca observar as entrelinhas discursivas da interação social da comunidade do MESP no *Twitter* com o objetivo de evidenciar certos conflitos envolvidos no contexto da interação do grupo e do contexto macro em questão da sociedade brasileira, identificando as hashtags presentes na interação.

O pesquisador terá que enfrentar certos problemas para dar ao seu material de caso uma perspectiva histórica. Poderá decidir limitar seu período de observação. Mas este limite poderá ser muito restritivo e será forçado, nesse caso, a levar em consideração eventos que ocorreram anteriormente e ao início de sua investigação. Portanto, o etnógrafo que desejar registrar histórias de casos, terá que complementar suas próprias observações com outros tipos de fontes como, por exemplo, a memória dos informantes, registros do tribunal de justiça e outras fontes documentadas ou não. Entretanto, o etnógrafo deve estar ciente de que existe uma diferença entre estas duas categorias de informação. Em contraste com os dados observados, as outras fontes de informação podem conter um elemento de distorção nem sempre fácil de ser avaliado (esta observação não é tão óbvia quanto possa parecer) (VAN VELSEN, 1987, p. 365).

Nesse cenário de ampliação do leque interpretativo dos discursos dos informantes das histórias e casos específicos dessas situações analisadas cabe uma avaliação crítica que relacione a narrativa daquele membro dissonante em relação a elementos que surgem durante todo o processo de forma recorrente. Trata-se de não se limitar simplesmente a descrever, mas fazer uma avaliação crítica comparativa dos discursos entre os sujeitos. Mas, “na coleta e apresentação de dados sobre o comportamento real dos indivíduos deve-se referir sempre às normas que dirigem, ou que são tidas como dirigindo, este comportamento” (Ibid., p.367).

O etnógrafo deve procurar saber, em cada ocasião, as opiniões e interpretações dos atores e também as das outras pessoas, não com a finalidade de saber qual é a visão "certa" da situação, mas para descobrir alguma correlação entre as várias atitudes e, digamos, o status e papel daqueles que tomam aquelas atitudes (VAN VELSEN, 1987, p. 367).

Esse trabalho antropológico microscópico busca estabelecer um parâmetro que ajuda a análise de processos sociais de dada sociedade, marcada por crises e disputas de poder. Nas

ações de limitar com um recorte mais pontual, busca-se reconhecer a “pesquisa mais intensa numa unidade menor” (VAN VELSEN, 1987, p. 367). O MESP e a sua comunidade no *Twitter* ilustram essa escolha.

Assim, observou-se nessa unidade microscópica assuntos que remetiam a esse cenário crítico mais global nas interações da comunidade do MESP no *Twitter*. Vale ressaltar, que naquele período, alguns eventos associados às interações na comunidade do MESP traziam situações de tensionamento em relação à própria existência do MESP. Havia nas publicações do “chefe” da comunidade, o coordenador Miguel Nagib, e dos comentários relacionados, manifestações de incerteza em relação ao apoio do governo ao MESP.

Por isso, a análise situacional reconhece que a ordem e as normas ajudam demonstrar a complexidade do percurso e seus percalços - “não é um todo coerente”. Ou seja: “a análise situacional enfatiza o estudo das normas em conflito” (VAN VELSEN, 1987, p. 369). No caso, exemplifica os conflitos da sociedade brasileira perante os valores constitucionais, em uma relação macro e micro. Sendo o MESP, no caso, visto como uma unidade dessa complexidade do todo social. Embora em escala menor, sobretudo pela gramática privatizada digital, existem situações instáveis presentes na interação comunitária, disputas mostrando os rearranjos no movimento diante de influências históricas exteriores promovendo novas percepções e interferindo no modo de expressão do pensamento do conservadorismo reacionário da direita.

O enfoque situacional vai muito além daquele que tenta saber o que pensam "os sábios homens velhos da vila", da escola e o advogado. Para o sociólogo interessado em processos sociais, não existem pontos de vista "certos" ou "errados"; apenas existem pontos de vista diferentes representando diferentes grupos de interesse, *status*, personalidade e assim por diante (VAN VELSEN, 1987, p. 369).

A partir dos conteúdos direcionados pelo algoritmo do *Instagram* e *Facebook*, um contexto geral foi sendo situado. Como mencionou Van Velsen (1987, p.369): “durante o trabalho de campo, devem-se procurar casos inter-relacionados dentro de uma pequena área que envolva somente um número *limitado de dramatis personae*”. Assim como Turner (1957, p.328) citado por Val Velsen (1987, p.371) salientou: “[...]o geral e o particular, o cíclico e o excepcional, o regular e o irregular, o normal e o desviante, estão inter-relacionados num único processo social”.

Assim, a análise situacional auxilia para uma análise sincrônica ligada a uma análise diacrônica da operação da estrutura de uma sociedade em crise, como a sociedade brasileira desde então. Nesse caso, o MESP, como uma unidade social recortada para uma análise

microscópica dessa realidade marcada pela disputa educacional e pela ascensão do conservadorismo reacionário definindo o futuro institucional brasileiro.

4.2 O MESP, UMA SITUAÇÃO DE CRISE

O contexto de disputa política no Brasil marcou a ascensão da “frente liberal ultraconservadora” (Colombo, 2018) e do “populismo digital”. No caso do MESP, a apresentação da “Frente liberal ultraconservadora” discutida ao longo deste trabalho, traz concepções básicas para o entendimento do seu funcionamento padrão. No campo econômico, traz a defesa do estado mínimo, de uma escola voltada aos pressupostos neoliberais e neotecnicistas. No âmbito cultural, apoiando-se em uma certa leitura do pensamento cristão, atuaria em defesa da “família tradicional”, heteronormativa e praticante no contexto de um governo enaltecido das raízes autoritárias brasileira. A partir da noção de populismo digital desenvolvida por Cesarino (2020) foi possível perceber exemplos na comunidade estudada. Para isso, recorreu-se a algumas funções discursivas presentes na teoria do populismo estudadas por Cesarino (2019) partindo do arcabouço teórico de Laclau¹³², tendo em vista a influência da linguística saussurreana, mas também da “psicologia de massas”¹³³.

Todavia, para a autora, não é “um simples incremento digital de um mecanismo clássico de produção de hegemonia” (Ibid., P. 533), pois destaca-se uma compreensão do fator inovador da política da contemporaneidade brasileira discutida nesse trabalho, tendo em vista a ascensão do bolsonarismo¹³⁴. Afinal: “[...] o mecanismo do populismo digital não colocou em relação

¹³² LACLAU, Ernesto. On populist reason. Londres: Verso. 2005.

¹³³ Identifiquei, ainda, outras três funções discursivas igualmente importantes que, ainda que compatíveis com a teoria de Laclau, podem decorrer de outros campos de produção do conhecimento sobre psicologia de massas, como estratégia militar e marketing (Kalil et al., 2018; Leiner e Domenici, 2019). São estas: mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional). Dentro da minha experiência de pesquisa, essas cinco funções foram suficientes para praticamente esgotar o universo massivo de conteúdo digital – memes, vídeos, áudios, textos – que circulou amplamente durante e após a campanha eleitoral no aplicativo WhatsApp (Cesarino, 2019b) (CESARINO, 2019. p.533).

¹³⁴ “[...] a liderança carismática ascende, supostamente a partir de fora do *establishment*, como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido. Não resta muita dúvida de que os anos que precederam as eleições de 2018, desde as Jornadas de 2013, passando pela ascensão da Lava Jato e o movimento anti-corrupção e pró-impeachment, conformam um contexto desse tipo – ainda que, como sugeri anteriormente (Cesarino, 2019b, no prelo a), tenha havido também a produção de uma atmosfera de caos (principalmente moral) por mídias diversas, notadamente o próprio WhatsApp” (Ibid., p.534).

líder e povo enquanto sujeitos políticos preexistentes, mas os (re)constituiu enquanto tais: num sentido bastante concreto, o líder Bolsonaro *era* esse corpo digital, e não existiria sem ele” (Ibid., p.534). Esse cenário favorável ao MESP tem uma forte relação com significado vazios de moralidade e ordenação política, considerando, anteriormente, a presença de domínio governamental do PT. Ou seja: “[...] a ascensão dos populismos conservadores e da política de base antagonística como uma busca por ordem e segurança” (Ibid., p.537).

O aspecto inovador das mídias digitais para a construção da mobilização massiva populista se dá por “ferramentas pedagógicas” - as redes sociais como WhatsApp, Youtube, o próprio twitter. Tais ferramentas são movidas por recursos técnicos de engajamento da linguagem algorítmica, como a performance dos “robôs de Bolsonaro” identificado por Cesarino (2019; 2020). Pelos disparos cibernéticos, é possível um alcance massivo de seguidores. Pela “gramática privatizada” da difusão de informações duvidosas, evidencia-se “bolhas digitais” de polarização política e ideológica da extrema direita.

“As mídias digitais propiciam, de modo sem precedentes, aquilo que Mazzarella (2019)¹³⁵ e outros consideram como o cerne do populismo: um tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de ausência de mediação (no caso, entre líder e povo) (CESARINO, 2019, p. 535).

A realidade tornou-se pulverizada e relativizada, reduzindo os dissensos na “ágora digital” (DIAS, 2018). Na contestação e no conflito observado sob a luz de Van Velsen, na confluência entre o macrossocial e microssocial, as funções discursivas encontradas nas análises sobre o populismo digital do bolsonarismo correspondem com as formas observadas na comunidade do MESP.

Nessa análise, o estudo dos “interstícios sociais” observados em nível macro se manifestam a partir de uma sociedade brasileira vivendo uma crise no sistema educacional pela tentativa de eliminação de acordos constitucionais e democráticos pelo conservadorismo ressurgente e do bolsonarismo. No contexto micro, as contradições de um projeto ideológico são evidenciadas por usuários na comunidade do MESP. Os eventos delimitados ajudam a ressaltar a relação estreita entre o MESP e o Bolsonarismo, desde o momento de ascensão e repercutindo suas crises.

Pelo “eixo da diferença (que traça uma divisão antagonística entre amigo e inimigo)”, eis a crise ministerial, representando a crise no governo de Bolsonaro pela troca constantes de

¹³⁵ Ver MAZZARELLA, William 2019 “The anthropology of populism: beyond the liberal settlement?” *Annual Review of Anthropology*, v. 48, p. 45-60. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-102218-011412>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

ministros em campos estratégicos como educação e saúde, mostrando a rapidez com que amigos se tornam rapidamente inimigos.

A polarização política eleitoral torna-se plenamente visível no Brasil e no MESP, com qualquer crítica às posturas governamentais do presidente Jair Bolsonaro podendo demonstrar uma associação ao projeto político a ser combatido pelo MESP, exemplificando a função de “espelho invertido do inimigo e devolução de acusações”. Apesar das contradições observadas, quando praticam o partidarismo e a censura, por exemplo, eles acusam seus supostos inimigos de serem partidários, de praticarem a censura.

No “eixo da equivalência (que traça uma contiguidade entre líder e “povo”), o coordenador, Miguel Nagib regula a comunidade online e as publicações na comunidade do MESP no *Twitter*, figura chave na direção da identidade do MESP. Tanto ele quanto Bolsonaro vivenciam uma crise na gestão da sua comunidade/governo, ressaltando uma falha no funcionamento da “bolha digital”, quando usuários da comunidade questionam sua própria nomenclatura (“sem partido”), ou mesmo a presença de um posicionamento mais partidarizado a favor do presidente Jair Bolsonaro. Vale destacar, Nagib também enfrentava um cenário de incerteza com o processo aprovação da inconstitucionalidade de seus respectivos projetos de lei previsto para aquele semestre de 2020. Tanto no MESP quanto nas demais comunidades bolsonaristas, enfatiza-se a existência de um único lugar da verdade. É parte da “criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público” em oposição ao conhecimento acadêmico ou da grande imprensa.

Na função de “mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios”, já vimos seus dois grandes eixos relacionados aos “pânicos morais” em relação ao debate de gênero e ao combate ao “marxismo cultural”.

No *site* do MESP, são apresentadas as normativas e as regras sociais do MESP, com os seguintes princípios básicos¹³⁶:

Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade.

No Brasil, entretanto, a despeito da mais ampla liberdade, boa parte das escolas, tanto públicas, como particulares, lamentavelmente já não cumpre esse papel. Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes.

136 Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia.

O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país.

Com esse objetivo, colocamos à disposição da sociedade um acervo permanente de informações sobre o tema, e um espaço no qual estudantes, ex-estudantes e pais poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação.

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la).

Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras.

A constituição legal da comunidade do MESP foi traduzida para a sociedade pelo Programa Escola sem Partido. Dentre as crenças cultuadas pela comunidade estiveram: uma escola sem doutrinação política; sem partido político; sem doutrinação marxista; sem ideologia comunista; sem ideologia de gênero. Uma comunidade combatente do marxismo cultural na sociedade brasileira, com os seguintes inimigos: o PT, representando a esquerda brasileira, as feministas, especialmente quando ligadas à defesa dos direitos sexuais (chamadas de abortistas), os Movimentos LGBTIA+, Paulo Freire, Gramsci, Marx etc. E recentemente, aparecendo no levantamento etnográfico, o STF e um de seus magistrados, Alexandre de Moraes.

O MESP como uma unidade representativa dessa disputa traz rearranjos como qualquer grupo e movimento social para a manutenção da sua força nessa disputa política e ideológica.

No sentido geral, ressalta-se nessa análise a complexidade dessas disputas e a necessidade de ajuste constante na dinâmica de focalização e ampliação da lente microscópica para a compreensão dos “dramas sociais” do cotidiano brasileiro dos últimos tempos.

4.2.1 Crise ministerial (polarização eleitoral na comunidade)

O primeiro contexto a ser observado foi de um momento de efervescência política que extrapolou as discussões na comunidade a respeito da educação. A disputa política eleitoral já

se manifestava no movimento, além da crise sanitária mundial que evidenciou facetas e contradições do governo federal afetando a sua relação com as diversas frentes políticas que o apoiaram nas últimas eleições. No cenário inicial da pandemia, o governo Bolsonaro vivenciava uma “crise ministerial” com a mudança de alguns ministros, como, por exemplo, no ministério da Educação e da Saúde.

As eleições municipais geravam um desafio para o MESP que partiu para o fortalecimento das suas bases de apoio ao nível local. Talvez uma tentativa baseada na “ontologia conservadora” estudada, de assegurar no âmbito local, da comunidade - o lugar elegido para a educação pelos conservadores clássicos -, da defesa da educação com uma prática inalienável das comunidades e instituições locais.

Figura 16 – MESP e eleições municipais de 2020



Fonte: *Print* do autor

Mas também era um cenário político de fortalecimento da base ideológica do bolsonarismo pela polarização política, o que evidenciava a ideologia pregada pela comunidade do MESP, demonstrando sua “cara” e “partido”. Seria a “morte” do MESP para a emergência do “Movimento Escola com Partido”?

Figura 17 – Os alunos bolsonaristas seriam humilhados?



Fonte: *Print* do autor

A crise ministerial ganhava força a partir da tensa relação que passava a ser evidente no governo Bolsonaro em áreas estratégicas do governo, inclusive pela ruptura com importantes nomes de apoio como o ex-juiz paraense Sergio Moro, uma figura notória para a movimentação antipetista sendo o responsável pela condenação do ex-presidente Lula na “Operação Lava Jato”. Outro exemplo envolveu a dificuldade do presidente Bolsonaro em seguir as recomendações do Ministério da Saúde, naquele momento comandado pelo ex-ministro, o médico sul mato-grossense Luiz Henrique Mandetta. A situação tensa da relação de Bolsonaro com as pastas desses ministros provocou suas demissões. Eram nomes importantes da sua base de apoio nas eleições de 2018, tornando-se fortes oponentes para Bolsonaro e para os bolsonaristas, considerados por eles como traidores naquele momento. Mas um fato importante naquele momento de crise sanitária incomodava o MESP: a falta de apoio do governo. Havia uma cobrança na comunidade por maior visibilidade às demandas do movimento por parte ministro da educação da época.

Figura 18 – Falta de apoio governamental ao MESP I



Fonte: *Print* do autor

Figura 19 – Falta de apoio governamental ao MESP II

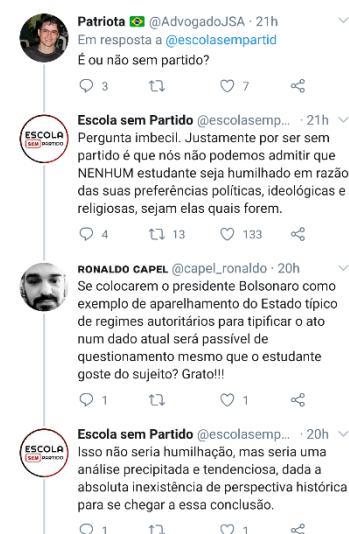


Fonte: *Print* do autor

A crise ministerial no desenrolar daquele semestre atingia o campo da educação, especialmente pela notoriedade ex-ministro Weintraub com manifestações que provocaram a intervenção do STF pedindo esclarecimentos pelas informações difundidas. Logo em seguida este também saiu do comando do ministério, não da mesma forma que outros ministros, pois mantinha relações amistosas com o presidente Jair Bolsonaro, mas por necessidade estratégica favorável ao governo.

O fato era que essas crises ministeriais trouxeram um desafio para o governo de Bolsonaro mostrando os aspectos contraditórios das suas promessas eleitorais. A indefinição de novos nomes para tais ministérios era constante, pois expressava a dificuldade do presidente em manter algum tipo de compromisso com uma gestão republicana, priorizando constantemente seu interesse político eleitoral. Havia um conflito discursivo em relação às expectativas tecnocráticas do governo, pois as convicções ideológicas da sua gestão governamental tornavam-se cada vez mais nítidas. Uma situação que era reproduzida na comunidade do MESP.

Figura 20 – O MESP tem partido?



Fonte: *Print* do autor

A disputa eleitoral já estava sendo acionada na comunidade. Mas será que a recepção do MESP demonstrava uma relação simétrica quanto ao oponente eleitoral de Bolsonaro?

Figura 21 – O MESP #fechadocomBolsonaro? I



Fonte: *Print* do autor

Diante disso, pode-se inferir uma relação mais partidarizada do MESP com o governo Bolsonaro. A situação de polarização que se formou naquele primeiro semestre de administração da pandemia, tornou-se uma situação desestabilizadora. Mas pode-se perceber que a dimensão da crítica de diversas frentes partidárias ao governo, acentuava a dificuldade de

manutenção dos princípios do MESP, diante de uma tentativa de amenizar as responsabilidades constitucionais do governo e da sua atitude de aparelhamento do Estado, o que parece se contrapor ao ideal de liberdade do MESP.

Figura 22 – O MESP #fechadocomBolsonaro? II



Fonte: *Print* do autor

O que ficou evidente, pela demonstração da hashtag, diante da afirmação dessa manifestação eleitoral de apoio ao governo interferindo na “ágora” do MESP no *Twitter*, é a contradição exposta de identificação partidária sendo mais relevante do que a postura controversa da administração do governo federal naquele momento de embate com a pandemia e de enfrentamento das demandas técnicas dos especialistas.

A preocupação do MESP deveria ser outra, para alguns dos apoiadores. No momento específico, o suposto combate à “doutrinação política” foi relacionado à crítica de professores que questionaram a postura governista sobre o controle da disseminação da Covid 19 . Inclusive pelo fato de alunos apoiadores de bolsonaro se sentirem prejudicados com a atitude crítica de professores.

Figura 23 – Professores contra Bolsonaro?



Fonte: *Print* do autor

Como discutiu Cesarino (2020), o cenário que o “populismo digital” cria é marcado pelo binarismo da disputa, como numa disputa de futebol, no caso, com o acionamento do posicionamento da direita contra a esquerda e em defesa e apoio ao governo federal. Diante da necessidade de expressar uma posição de reação e de apoio a Bolsonaro por parte de seus eleitores, fica evidente a contradição dos sujeitos da comunidade no MESP.

Figura 24 – MESP com Bolsonaro I



Fonte: *Print* do autor

Figura 25 – MESP com Bolsonaro II



Fonte: *Print* do autor

Figura 26 – MESP com Bolsonaro III



Fonte: *Print* do autor

Pode-se concluir que a crise sanitária evidenciou uma situação de desconforto no MESP com qualquer posicionamento crítico contra o governo. Mas, sobretudo, evidenciou claramente o lado partidariado do MESP, apoiando o governo, contradizendo abertamente sua suposta escola “sem partido”.

Figura 27 – O MESP contra críticos de Bolsonaro



Fonte: *Print* do autor

O ministro Abraham Weintraub esteve no centro dessas controvérsias, com seu posicionamento firme em apoio à postura do governo na gestão da pandemia. Mas sua demissão possibilitou novos nomes alinhados, um dos quais, ao expressar que respeitaria a autonomia nas universidades gerou desconfiças para o futuro do MESP.

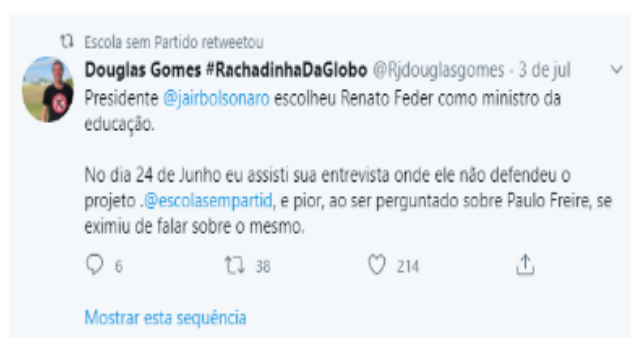
Figura 28 – Novo ministro apoia autonomia nas universidades



Fonte: *Print* do autor

Observa-se em alguns relatos de demonstração de desconfiança quanto à indicação do novo ministro na época:

Figura 29 – Incerteza contra novo ministro do MEC I



Fonte: *Print* do autor

Figura 30 – Incerteza contra novo ministro do MEC II



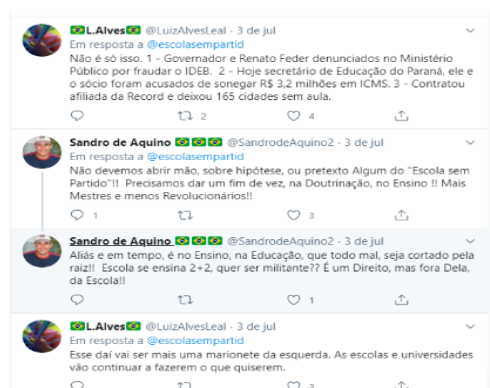
Fonte: *Print* do autor

Figura 31 - Incerteza contra novo ministro do MEC III



Fonte: *Print* do autor

Figura 32 – Incerteza contra o novo ministro do MEC IV



Fonte: *Print* do autor

A desconfiança fica demonstrada diante da própria fala de figura pública conhecida por uma postura próxima à direita brasileira, mas que reconhece a importância do papel da democracia na garantia de justiça social.

Figura 33 – Luciano Huck apoia o novo ministro da educação



Fonte: *Print* do autor

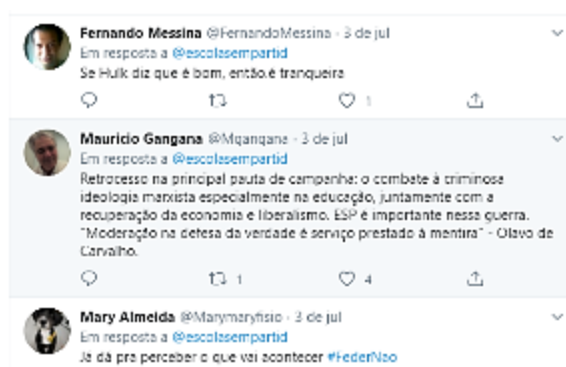
Parece que para o MESP, “democratizar oportunidades” em fala proferida pelo apresentador de programas de TV da Rede Globo, Luciano Huck, teria relação com as “forças ocultas esquerdistas”. Ou seja, se existe um apoio de figuras usando esses argumentos, isso colocaria sob suspeita a indicação de Feder, como observa-se em alguns comentários, que o associam ao comunismo.

Figura 34 – MESP não confia no Huck I



Fonte: *Print* do autor

Figura 35 – MESP não confia no Huck II



Fonte: *Print* do autor

A atitude polarizante e de afirmação do conservadorismo e da direita na comunidade se traduz em uma postura de cobrança de seus apoiadores para o enfrentamento do que eles interpretam como sendo o de um discurso proveniente do *establishment* da esquerda. Reagem, também, contra a aprovação por parte do STF de uma ação de inconstitucionalidade que contrariava a narrativa do movimento anti-gênero e contra o inquérito das *fake News* da Covid. Também o STF foi visto como atuando em favorecimento à esquerda.

Figura 36 – STF inimigo do MESP I



Fonte: *Print* do autor

Figura 37 – STF inimigo do MESP II



Fonte: *Print* do autor

4.2.2 Inconstitucionalidade do MESP

O MESP ganhou notoriedade a partir das mídias digitais, exemplificando a “gramática privatizada” de organização social, pois, como discutido nos capítulos anteriores, o ciberativismo é marcado pelo fortalecimento da individualização do pensamento político.

Figura 38 – O MESP como “escola sem censura?”



Fonte: *Print* do autor

No questionamento do “sem partido” partidarizado, as discussões que aparecem no *Twitter* do MESP demonstram uma necessidade de um posicionamento partidário, talvez não tão nítida nos discursos constituintes do movimento, mostrando a necessidade de reorganização e reafirmação da “frente liberal ultraconservadora”. É mencionado Olavo de Carvalho, com sua proposta de chamar o MESP de Escola sem Censura. Novamente, uma clara evidência da inversão anteriormente mencionada: o movimento que pretende censurar aulas e falas de professores em escolas, promovendo denúncias, se apresentaria como “sem censura”.

Figura 39 – O MESP com os conservadores



Fonte: *Print* do autor

Figura 40 – Paulo Freire um legado combatido pelo MESP



Fonte: *Print* do autor

Esses debates refletem o cenário do mês de agosto com uma suposta concretização do “fim do MESP”, ou da desestabilização da sua continuidade da sua forma organizada e articulada.

A ação direta de inconstitucionalidade executada pelo STF da Lei Escola Livre, aprovada em 2016 pelo estado do Alagoas, simbolizava o desfecho para o MESP. Considerando as outras movimentações do STF naquele semestre, estas foram, para o MESP, traduzidas como uma série de ataques a suas pautas e valores, o que se somava à percepção de falta de apoio político, levando ao desligamento de seu coordenador¹³⁷. Naquele mês, o *site* e o *Twitter* deixaram de ser atualizadas¹³⁸.

137 Nagib explica seu desligamento do movimento. Disponível em: <https://youtu.be/uwSpMNIWRjg>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

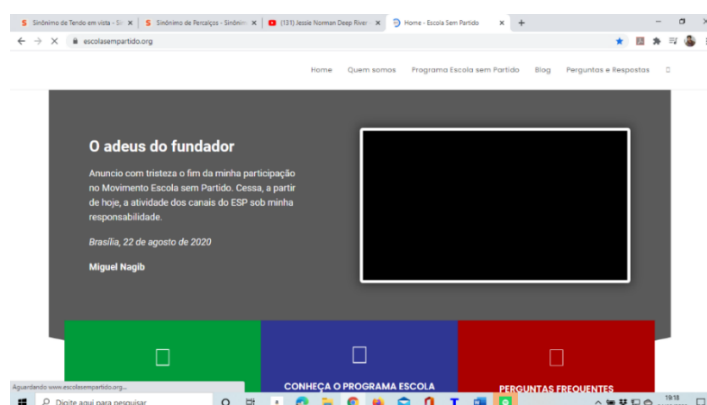
138 Até o mês de abril de 2022, ainda não havia nenhuma atualização desde a despedida. Embora o site continue com a mensagem de “adeus do fundador”, o *Twitter* retomou novas atualizações.

Figura 41 – Nagib defende a lei do ESP alagoana



Fonte: *Print* do autor

Figura 42 - Anúncio da saída de Nagib do MESP



Fonte: *Print* do autor

Porém, apesar da decretação da inconstitucionalidade da escola sem partido, a “semente” plantada pelo movimento germinou e continuou a crescer. Especialmente no sentido de mobilização para que profissionais da educação se desvinculassem das ideologias de esquerda.

Figura 43 – “Não sou mais um professor militante”



Fonte: *Print* do autor

Pode ser interessante retomar alguns pressupostos do conservadorismo, pensando que essa luta contra as correntes de esquerda relaciona-se às correntes políticas formadores da modernidade ocidental, em uma reação semelhante à de Burke e de seus seguidores, ao racionalismo. Apesar de que os conservadores clássicos diziam prefeririam os socialistas aos liberais, especialmente pela repulsa aos “detestáveis utilitaristas”. Os conservadores das “ágoras digitais” de agora estão articulados com os princípios neoliberais. Eles creem na dominação socialista da sociedade brasileira, sobretudo, na educação.

Figura 44 – Professores socialistas fazendo a sociedade de marionetes



Fonte: *Print* do autor

O neotecnicismo defendido pelo MESP, quando em diálogo com as últimas reformas no ensino médio prega a retirada de áreas do conhecimento voltadas à reflexão crítica da

organização mundial do trabalho e da dinâmica de funcionamento do mercado neoliberal. Esse caráter utilitarista do pensamento educacional e da humanidade, ao contrário da ontologia conservadora, tornou-se fundamento base do projeto econômico de combate à doutrinação nas escolas.

Figura 45 – Disciplinas doutrinadoras



Fonte: *Print* do autor

Ainda sob influência do MESP e dos “pânicos morais” difundidas em sua “rede sociotécnica”, vale ressaltar sua proposta de restringir a “educação” à educação familiar, assemelhando-se aqui, ao conservadorismo clássico. Trata-se da defesa da educação sem o controle do Estado e que deve ser gerida no âmbito local e familiar. Para a ontologia conservadora, caberia ao Estado somente a manutenção da segurança e da ordem e a proteção da “propriedade privada”.

Figura 46 – Educação como exclusividade dos pais I



Fonte: *Print* do autor

A defesa da soberania da família na ordem educacional é unânime nos comentários postados. Certamente, há raríssimos desencontros. Algo que pode estar muito relacionado à gramática privatizada da ciberpolítica, e, como identificou Cesarino (2020), da característica populista das redes midiáticas para a difusão e afirmação de convicções ideológicas e a construção de verdades comuns.

Figura 47 – Educação como exclusividade dos pais II



Fonte: *Print* do autor

É, sem dúvida, uma estratégia de adequação dos seguidores do MESP contra a suposta hegemonia educacional combatida pelo movimento.

Figura 48 – Educação como exclusividade dos pais III



Fonte: *Print* do autor

Esta é uma das questões centrais que o MESP reverbera ao longo dos anos: a divisão dos papéis entre família e escola, com a educação moral e cultural restrita à família enquanto a instrução técnica seria a função da escola.

Figura 49 – Educação como exclusividade dos pais IV



Fonte: *Print* do autor

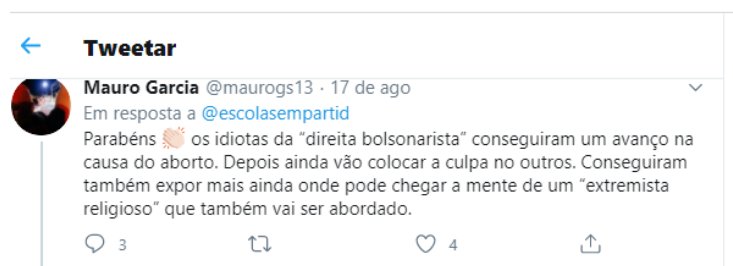
Esta dimensão encontra-se acompanhada pela “mobilização anti-gênero” que é reflexo da perspectiva moralizante a respeito de certos valores em detrimento aos direitos e garantias constitucionais, e contra o papel da educação no combate a injustiça e violência. Um exemplo dessa situação e que se debatia no MESP, era o que supostamente aconteceria nas escolas brasileira expondo seu “viés doutrinário” a respeito da “ideologia de gênero”, em relação ao ato de grupos da extrema direita contra o acesso do aborto legal para uma criança estuprada¹³⁹.

Figura 50 – Charge de Escolas brasileira abordando caso de aborto



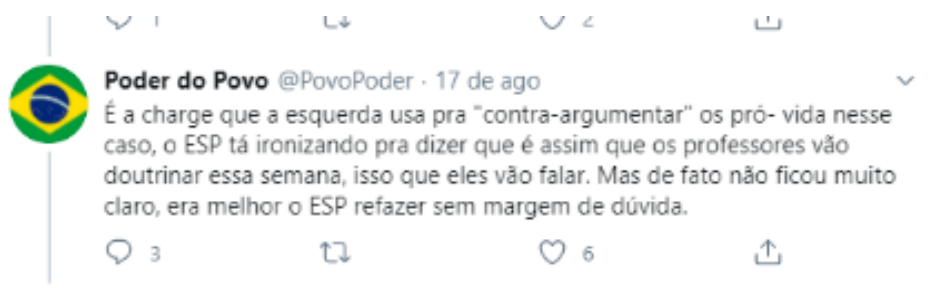
Fonte: *Print* do autor

Figura 51 – Reação crítica de membros contra charge do aborto I



Fonte: *Print* do autor

Figura 52 – Reação crítica dos membros a respeito da charge do aborto II



Fonte: *Print* do autor

139 Ver reportagem da BBC publicada dia 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814658>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

Figura 53 - Proposta no MESP para combate à violência sexual



Fonte: *Print* do autor

4.2.3 Inquérito das fake News

A partir desse inquérito, aparece claramente a estratégia populista de produção do “inimigo”. Este seria o órgão institucional da República responsável por defender a carta constitucional: o STF.

Lembrando que, nessa análise, o MESP foi considerado uma unidade social de observação, com regras próprias e que vivenciava uma crise na organização interna por conta de uma situação marcada pela falta de apoio político e por contradições evidenciadas por parte de seus seguidores.

O inquérito autorizado pelo presidente do STF naquele ano, Alexandre de Moraes, gerou uma tensão na comunidade, marcando uma posição reativa contra aquilo que o MESP leu como uma ação arbitrária e autoritária do órgão e de seu presidente. Lembrando, o inquérito correspondia ao contexto da crise sanitária e da disputa política entre setores apoiadores do presidente Bolsonaro com as recomendações dos órgãos especializados na saúde pública, com desrespeito e descrédito à ciência.

A prática de inversão e distorção de dados históricos e científicos, para os grupos articulados na reação contra a ação do STF, era lida como direito à “livre expressão”. Miguel Nagib, por exemplo, negava que o MESP¹⁴⁰ teria difundido qualquer *fake News*. Embora também endossasse a narrativa de ação autoritária do STF.

140 O MESP, retomando, é definido como movimento e relacionado a perfil do *Twitter* vinculado ao sítio eletrônico que tem a coordenação de Miguel Nagib, embora ele mencione ESP na publicação. Um ponto curioso,

Figura 54 – Nagib nega difundir *fake News*

Fonte: *Print* do autor

As hashtags #ditaduradoSTF #STFvergonhanacional¹⁴¹ marcavam o acionamento da reação das “redes sociotécnicas” bolsonaristas, na “ágora digital”, servindo de faixas panfletárias para o alcance e engajamento político em apoio ao governo federal, visto que nomes ligados ao governo estavam na lista dos investigados do inquérito.

Figura 55 – Hashtag contra o STF no inquérito das *fake News*

Fonte: *Print* do autor

e que determina nesse momento seu papel de coordenador é que ele fala de uma acusação supostamente direcionada a ele e logo em seguida que seria direcionada ao MESP.

141 Entre maio e junho, vale ressaltar, foi observada maior movimentação na comunidade do MESP no *Twitter* durante esse período, pensando no número de publicações do coordenador da comunidade quanto às respostas, ou as discussões.

Vale ressaltar que nomes de importantes apoiadores do MESP, como a deputada Bia Kicis e o influenciador digital Alan dos Santos, mencionados no primeiro capítulo desse trabalho, estavam na lista dos investigados do STF¹⁴².

Além disso, considerando uma maior observada na comunidade do Twitter do MESP, tendo em os dias em o inquérito se iniciava, poderia se inferir ali um potencializador da força do MESP. Também se evidenciava uma maior ruptura da coesão de ideias, observando-se mais contrastes de interpretações, possivelmente por meio da ruptura da “bolha digital” devido ao cenário midiático marcado pelo inquérito e sua relação com investigados ligados ao MESP.

Figura 56 – MESP reage contra o inquérito



Fonte: *Print* do autor

¹⁴² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pf-cumpre-mandados-em-inquerito-sobre-ofensas-ao-stf/>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

Figura 57 – Reação contrastante ao MESP no inquérito



Fonte: *Print* do autor

Naquele mês de maio o STF tornava-se o grande inimigo do MESP, reforçando sua reação a outras ações que eram vistas como atentatórias aos princípios de militância do MESP, como a validação, por parte do STF, do direito da manifestação política das universidades.

Figura 58 – O MESP Reage contra o direito de manifestação política nas universidades



Fonte: *Print* do autor

Figura 59 – Reação do MESP contra o direito de manifestação política nas universidades (interação) I



Fonte: *Print* do autor

Figura 60 – Reação do MESP contra o direito de manifestação política nas universidades (interação) II



Fonte: *Print* do autor

O STF também contrariava uma das suas principais pautas de combate, como a do impedimento do ensino de gênero nas escolas. Ou seja, de um lado, mina a narrativa de doutrinação política nas instituições educacionais brasileiras e sua atuação é vista como uma afronta à intensa mobilização anti-gênero dos últimos anos. Vale lembrar que, em 2019, o STF tipificou “condutas homofóbicas e transfóbicas” na Lei do Racismo¹⁴³.

143Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 22 de outubro de 2022.

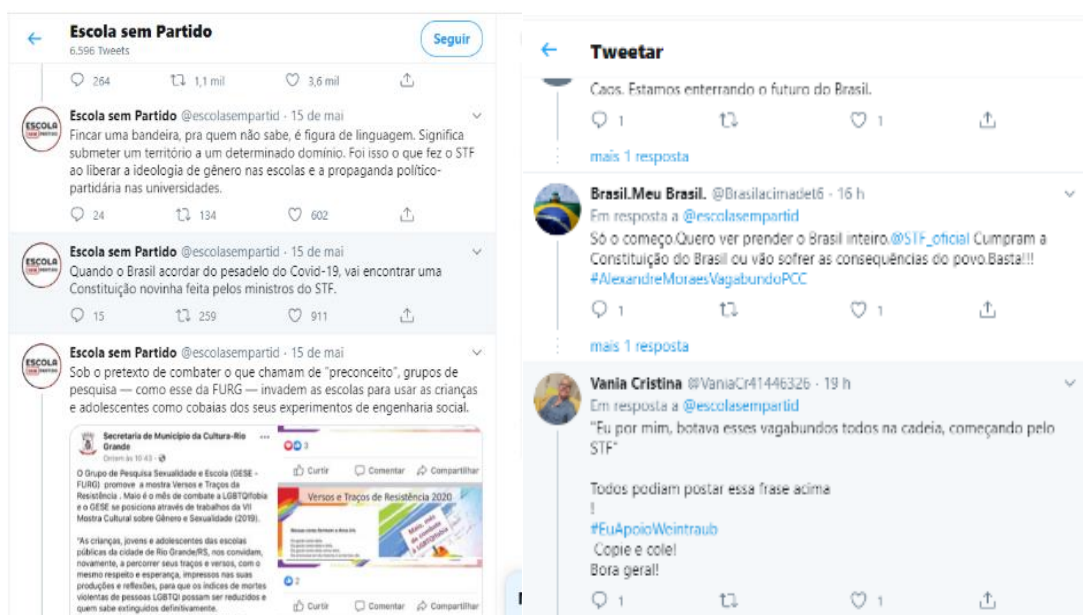
Figura 61 – Reação do MESP contra ensino de gênero nas escolas aprovado pelo STF



Fonte: *Print* do autor

A busca por medidas constitucionais de resolução de demandas sociais no Brasil, na interpretação da comunidade, torna-se um elemento de acusação, pois se trataria de medida que afetaria os valores e costumes de uma sociedade, com a burocracia interferindo na liberdade de educação moral restrita ao âmbito da família. No alarme reacionário, tratava-se de uma ação arbitrária e autocrática de Alexandre de Moraes.

Figura 62 – “O perigo do STF”



Fonte: *Print* do autor

Naquele momento, nascia um movimento que se fortaleceria ao longo da pandemia: a mobilização pelo *impeachment* de ministros do STF, pois era, segundo eles, preciso controlar a ação dos ministros para garantir a governabilidade do presidente Jair Bolsonaro.

Figura 63 – Manifestação pela destituição dos ministros do STF



Fonte: *Print* do autor

O STF tornou-se inimigo do povo por não repetir a governança do seu líder. O STF tornou-se, para o grupo em questão, uma ameaça para a garantia da ordem e da democracia, pois estaria aparelhado pelo “marxismo cultural”.

Figura 64 – STF: “uma ameaça para democracia”



Fonte: *Print* do autor

Com isso o MESP reflete seu reacionarismo similar ao conservadorismo clássico, com a “demonização” da modernidade intelectual e institucional.

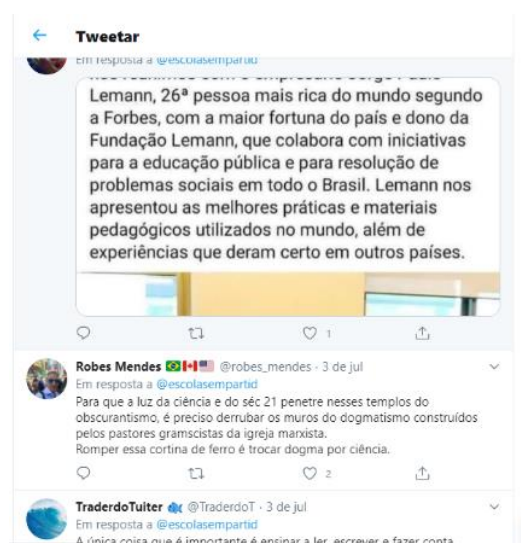
Figura 65 – MESP contra a perenidade da esquerda



Fonte: *Print* do autor

Como foi debatido ao longo desse trabalho, o discurso de enfrentamento ao que o movimento chamou de “doutrinação ideológica nas escolas”, não passava de uma narrativa influenciada por uma rede global formadora da “frente liberal ultraconservadora”. Sempre partindo da mobilização alarmista, acionando “pânicos morais” como forma de ataque ao arcabouço intelectual crítico do sistema capitalista. Uma forma de diminuir o papel científico desse arcabouço é posicioná-lo como um dogma religioso.

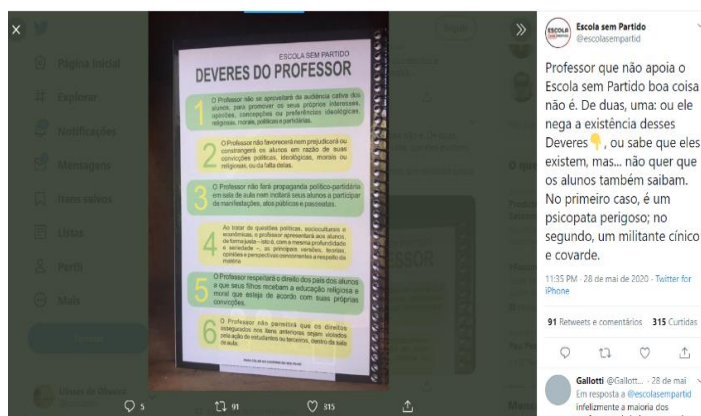
Figura 66 – O MESP lê o marxismo como religião



Fonte: *Print* do autor

Pelo tom de espelhamento, o professor seria um inimigo da família por tentar mobilizar assuntos que possam desestabilizar os ensinamentos morais da criança adquiridos no berço familiar. Por isso, a melhor forma é recorrer à narrativa acusatória de combate do inimigo (CESARINO, 2020).

Figura 67 – “Professor perigoso”



Fonte: *Print* do autor

O maior exemplo do perigo do professor, é o daqueles que seriam fomentadores do projeto ideológico de Paulo Freire, um dos “vampiros” que, para o MESP, assolaria a educação brasileira. Ele representaria o projeto ideológico educacional da esquerda brasileira.

Figura 68 – Paulo Freire inspirador do "professor perigoso"



Fonte: *Print* do autor

Um projeto ideológico coincidentemente marcando o início do período de redemocratização do Brasil e da promulgação da Constituição de 1988.

Figura 69 – MESP contra “Pátria educadora



Fonte: *Print* do autor

O conservadorismo reacionário do MESP não é uma reação contra a ciência, mas contra um tipo de ciência, contra o modo de operar o pensamento científico que envolva o pensamento crítico. Aproxima-se cada vez mais dos reacionários, que se mantêm naufragados em um tempo que não volta mais.

5 CONCLUSÃO

Na análise das postagens e interações do MESP, percebeu-se que a negação da política no desenvolvimento da socialização escolar é apenas em relação a uma política, não aquela defendida pelos partidários de Bolsonaro e que representa a extrema-direita. Percebe-se sua partidarização, seu claro posicionamento político e ideológico a favor da direita e da extrema direita representadas pelo governo de Bolsonaro.

Tenta ocultar seu caráter partidário, dizendo-se defensor de uma perspectiva pautada por um viés tecnicista. Sua suposta neutralidade, sua apresentação como sem partido é um recurso utilizado para impor uma determinada visão política de mundo.

Percebeu-se também uma relação com a ontologia do conservadorismo e do reacionarismo moderno, partindo de noções envolvendo estrutura social, mudança social e a noção de tempo. Observou-se que dentro disso, como apontado nos estudos de Nisbet (1987), existe uma defesa do âmbito do pré-político, do irracional e de um saudosismo relação ao passado, marcando uma relação com o reacionarismo.

A ofensiva do MESP, em última instância, reconhece a importância da escola como primeiro espaço de socialização da criança para o mundo político. Tenta entrar nesta disputa, apoiando e divulgando um tipo de política para, segundo eles, substituir a educação política existente, ligada aos direitos e à democracia. Sua suposta omissão da política, é uma cilada, numa tentativa de frear a educação democrática e, com esta, produzir retrocessos como elucidou Frigotto (2017). Ou seja, na contramão da mudança e da transformação social, e reforçando uma nostálgica “ordem natural”, numa tensão entre negar o futuro e idolatrar o passado.

O MESP mobilizou a ressurgência de um conservadorismo autoritário inserido nos preceitos da modernidade democrática e liberal. Neste último caso, muito relacionado com um dos três aspectos discursivos perpetuados pelo movimento, o de defesa da liberdade.

Nesse foco discursivo, resgatando a noção de “normatividade neoliberal” de Macedo (2018), evidenciou-se o fortalecimento da hegemonia capitalista mediante a expansão das políticas neoliberais de manutenção do sistema, abalado pela última crise na primeira década deste milênio. Além disso, o MESP representou o movimento de difusão desse projeto neoliberal no âmbito educacional, partindo de uma narrativa de desqualificação do pensamento crítico traçado por importantes debates científicos acerca do modelo econômico vigente. Certamente, o seu alvo principal foi os estudos e os movimentos sociais com alinhamento ao pensamento marxista, um “fio condutor” das suas interpretações controversas a respeito do mundo institucional no Brasil e da educação formal.

A ascensão do MESP aconteceu em um cenário político de avanço do antipetismo, após uma crise na política de “conciliação de classes” dos governos Lula e Dilma (BRAZ, 2017). O MESP tornou-se parte de muitas ações de concretização da consolidação dessa “normatividade neoliberal”, mediante a expansão de várias reformas institucionais cujo debate acadêmico reconheceu como parte da estratégia neoliberal de fortalecimento da redução da influência do Estado na vida econômica do país, como: a Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016 (antiga PEC dos tetos dos gastos), a Lei nº 13.415/2017 (antiga MP 746/2016, da reforma do ensino médio) e a Emenda constitucional nº 103, de 12/11/2019 (antiga PEC 287/2016) da reforma da previdência e da lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, antiga MP 808/2017, da reforma trabalhista.

A reivindicação de um “Estado mínimo” e uma posição contrária aos investimentos públicos para tais serviços teria sua justificção por serem fortalecedores de um atraso para a dinâmica de expansão do capital. Não é à toa que o MESP engradece a reconfiguração de um olhar tecnicista para a escola e para o currículo, definindo seu papel social como mera instrução e voltada estritamente para formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

O outro foco discursivo é complementar à estrutura de funcionamento dessa “frente liberal e ultraconservadora”. É pela via do autoritarismo que, na disputa educacional, se configuraria uma saída à uma suposta hegemonia da esquerda nas instituições escolares e nos espaços midiáticos brasileiros, a superação de uma “escola da mordça”, a partir do fortalecimento da cultura da denúncia contra professores/a, pelo fim da liberdade de cátedra e expressão previstas em lei.

O enfrentamento ao suposto aparelhamento institucional da esquerda apoiou-se no acionamento de um tom alarmista, criando medo na população com a difusão de informações duvidosas através do “uso político das mídias sociais” e da sua gramática de funcionamento, seguindo o exemplo das redes sociotécnicas da direita e extrema-direita brasileira.

Essa atmosfera de medo no “chão da escola” trouxe para o debate o levantamento do potencial fascista interseccionando os interesses do movimento. O discurso anticomunista propagado em suas redes, surge como estratégia de convergência entre liberalismo econômico e ultraconservadorismo, em um espelhamento com as estratégias e táticas utilizadas pelo espectro político da direita e extrema direita, com uma aproximação entre conglomerados econômicos liberais e aqueles do conservadorismo reacionário.

Trata-se de um movimento de institucionalização de correntes antidemocráticas no debate público, com pressupostos democráticos sendo burlados pelo ressurgimento dessa força conservadora conectada a forças ideológicas antidemocráticas.

Por fim, o outro foco discursivo, complementar à onda conservadora na disputa institucional, é o ressurgimento de um conservadorismo teatralizado (AMORIM; SALEJ, 2016), pautado pela lógica dos costumes caracterizado por um discurso “bioreligioso” (PEREIRA, 2018). Confirmou-se que nesse discurso há, em jogo contraditório e ambíguo, ideias de verdade e de ciência em uma correlação com ideias provenientes de uma gênese cristã, com uma determinada visão de “natureza” embasando uma determinada visão excludente do que seria uma família, como deveriam ser as relações de gênero e sexualidade e de humanidade.

Esse discurso situou importantes contribuições teóricas do pensamento crítico e pós crítico como sendo “ideologia”, sendo operado pelos chamados “empreendedores morais” dentro da lógica dogmática religiosa (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Como identificou Oliveira (2017), a noção de ideologia foi adotada como uma forma de deslegitimação do *status* de ciência e, seguindo na mesma linha de Marx (de uma forma rasa e simplificada), como um ponto de vista falso em relação à realidade. Foi o tratamento dado pelos “empreendedores morais” (a exemplo do Pastor Silas Malafaia) reduzindo a complexidade dos estudos de gênero, classificando-os como “pseudociência” por não atender o critério absoluto de verdade e de natureza baseada na retórica biologizante da noção de família, gênero e sexualidade.

A pesquisa nos mostrou um dos espaços da luta política atual, com suas relações de verdade/poder, em torno do domínio das questões da educação, como educar, quem educar, quais são os objetivos e finalidades dessa educação. A pesquisa nos mostrou como, em um cenário de intensa difusão da informação e da chamada era da pós-verdade, abrem-se as portas para o que tem sido chamado de negacionismo histórico e científico, colocando em questão a possibilidade da democracia e a democratização do país. O movimento escola sem partido, é um movimento com partido, com um projeto político, com um projeto de sociedade, cerceador da liberdade de pensamento e expressão e alinhado aos discursos da extrema direita nacional e internacional, profundamente antidemocráticos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.50, 2017.
- Alonso, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: Abdal, A. et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc/Cebrap, 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2022.
- AMARAL, ADRIANA. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **REVISTA USP**, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.
- AMARO, Ivan: A docência amordaçada: o silenciamento das relações de gênero e sexualidade no PNE e nos planos municipais de educação. XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO – ISSN 2219-6854. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo8/91.pdf. Acesso em: agosto de 2017.
- AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário! A luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**. João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 32-42, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/32142>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.
- ARENDT, H. As Origens Do Totalitarismo. São Paulo: Companhia Das Letras, 1997.
- BÁRBARA, Isabel, CUNHA, Fabiana e BICALHO, Pedro. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- BÁRBARA, Isabel, CUNHA, Fabiana e BICALHO, Pedro. **Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido –Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- BOBBIO, Norberto, 1909- Dicionário de política / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- BURKE, Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [1790]1997.
- CALVACANTE, Pedro. E o Congresso Nacional, mudou de fato? **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/e-o-congresso-nacional-mudou-de-fato/>. Acesso de 20 de abril de 2020.
- CANETTI, E. *Le territoire de l'Homme*. Paris, Albin-Michel. 1978

CEPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23 n. 2, p. 75-122, mai./ago. 2018.

Cesarino, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet e Sociedade**, 62(3), 91-120. 2020.

Cesarino, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia (USP)*, 62(3), 530-557. 2019.

Clifford, James. Sobre autoridade Etnográfica. In. **A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX**. GONÇALVES, J. R. (Org). 4 ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2014, p. 17-57.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. “Ideologia de gênero”: os porquês e suas consequências no contexto do plano Nacional de Educação Brasileiro 2014-2024. *Mandrágora*, v. 23, n. 2, p. 247-279. 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/download/8377/6054>>. Acesso em: março de 2018.

CRUZ, S. V. Elementos de reflexão sobre o tema da direita. In. CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). *Direita, volver!* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 945 – 970, set./ dez. 2019.

Dicionário Aurélio Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conservador/> - Acesso em 06 de maio de 2020.

Editorial Burke. **O que é conservadorismo?** 2019. Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/blog/conservadorismo/o-que-e-conservadorismo/> - Acesso em: 06 de maio de 2020.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Introdução. In. **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo, Global. 1987.

FELLETT, J. Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. **BBC News Brasil**. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

FORERO, Eduardo Andrés Sandoval. Cibersocioantropología de comunidades virtuales. **Revista Argentina de Sociología**. Ano 5 n. 9, p. 64-89, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” partido: uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso 06 de setembro de 2022.

GAHYVA, Helga. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v.16, n.35, jan/abr. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p299> 2017.

- GEERTZ, F. *The Interpretation of Cultures*. 1973. Publicado em português sob o título *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 17, n. 48. fev. 2002.
- GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF. 2016.
- GOMEZ, Lucas G. Franco. A questão de gênero nos planos nacionais de educação. *Revista Café com Sociologia*, v.6, n. 1. p. 31-52, jan./abr. 2017.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue”, In: TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**– 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. Thomas Y. Crowell Company, 1968.
- HOFMANN, W. *Karl Mannheim zur Einführung*. Hamburg: Junius, 1996.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre educação para sexualidade*. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 25-52. Disponível: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
- KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 199-219, jan./jun. 2004
- LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. Londres: Verso. 2005.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de uma antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34. 3ª Edição. 1ª Reimpressão. 2016.
- LATOUR, B. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LILLA, Mark. **A mente naufragada**: sobre o espírito reacionário / Mark Lilla tradução Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2018.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 313-362, <http://dx.doi.org/10.1590/0102-313362/100>. 2017.
- MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v.9 n.3, p. 945 – 970, set./ dez. 2019.
- MACHADO, Monica. **Daniel miller**: "a antropologia digital é o melhor caminho para entender a sociedade moderna". **REVISTA Z CULTURAL**. V. 10, n. 1. 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-e-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em 15 de junho de 2021.
- MALINOWSKI, B. *Argonauts of the Western Pacific*. Londres, 1922. Publicado em português sob o título *Argonautas no Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In. MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec. 1981.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica** [recurso eletrônico] / Francisco Paulo Jamil Marques. - Salvador: EDUFBA, 2016. 61 p.: (Coleção Cibercultura. LAB404).

MAZZARELLA, William 2019 “The anthropology of populism: beyond the liberal settlement?” *Annual Review of Anthropology*, v. 48, p. 45-60. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-102218-011412>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350947688019>. Acesso em: 20 de março de 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.32, n.3, p.725-748. Dez, 2017.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v.32, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>>. Acesso: março de 2018.

MITCHELL, J. C. Tribalism and the Plural Sodyty. Inaugural Lecture, University College of Rhodesia and Nyasaland. Londres: Oxford University Press, 1966.

NEVES, Raphael. cadernos pagu, Campinas, n. 53, e185307. 2018.

NISBET, Robert. O conservadorismo. Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1987.

OFICIAL, Silas Malafaia. Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero. YouTube. 29 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y&index=3&list=PLctKEjUwnExwWG-UJeK3Bi3PZQzCyGI-n>>. Acesso em: março de 2018.

OLIVEIRA, Ulisses Gonçalves de. **“A ideologia de gênero”: uma etnografia multissituada dos seus predicados no prisma da família** (monografia). Graduação em Antropologia. Universidade Federal De Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, 197-222, jan./jun. 2012.

Past and Present." **Peasant Studies**, v. 6, n. 2, p. 56-65. Abril, 1977.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-33. 1990.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre. Editora Sulina. 2015. 182p.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n. 138, p.9-26, jan./mar, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

RIBEIRO, Amanda; PÁTARO; Cristina S. Oliveira; MEZZONO, Frank A. Religião e “ideologia de gênero” no plano nacional de educação (PNE) - **Relegens Thréskeia estudos e pesquisa em religião**, v. 5, n. 02, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relegens/article/download/49693/29720>>. Acesso: 20 de março de 2018.

RIFIOTIS, Theophilos. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3 p. 566-578 set./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/13016/8679>. Acesso em: 15 de março de 2018.

Roberto Vila De Prado. La posverdad y la espiral del silencio. **Aportes**, n. 24, p.9-19. ago., 2018. ISSN: 2306-0871

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 87-108, ago. / nov. 2018.

ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. *Revista de Sociologia e política*, Curitiba, n. 3, 1994.

ROSA, P. O.; REZENDE, R. A.; MARTINS, V. M. V. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. **Revista NEP**, Curitiba, v.4, n.2, p.164-246, dez. 2018.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “Ideologia de Gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Reflexão e Ação** (Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, p. 61-81, 2016. Disponível em:<<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

SILVA, Amanda da; CESAR, Maria Rita de Assis, 2017. A emergência da “ideologia de gênero” no discurso católico. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 23, n. 46, p. 193-213, jul./dez. 2017. Disponível: <http://www.seer.ufms.br/index.php/intm/article/download/5318/4038>. Acesso: 20 de março de 2018.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 177-201, jan/jun. 2013.

STRATHERN, Marilyn, “Cortando a rede”. In. **O efeito etnográfico**. CosacNaify. 2014.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, n. 1, p. 63-96, jan./abr. 2019. DOI 10.1590/1807-0191201925163.

TOCQUEVILLE, A. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [1856] 1987.

TOLOMEOTTI, Tamires; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, p. 73-84, jul./dez, 2016.

TURNER, V. W. *Schism and Continuity in an African Sodety*. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes Livingstone Institute, 1957.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo caso detalhado. In. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: méto-dos*. São Paulo, Global, p.345-374, 1987.

VIANNA, Cláudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual. Breve histórias de lutas, danos e resistências*. Autêntica. 2018.

VINCENT, J. "Agrarian Society as Organized Flow: Processes of Development

WELLER; BASSALO, 2020, A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020.

WIENER, Norbert. *Cybernetics: or the control and communication in the animal and the machine*. Massachusetts Institute of Technology, 1948.

BIBLIOGRAFIA DO ESTADO DA ARTE

EIXO 1

Teses e dissertações

ALEXANDRINO, Ronaldo. *A suposta homossexualidade parte II: a negação*. Tese (doutorado em educação). Universidade Estadual De Campinas, Campinas, SP. 2018.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. "Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as mãos sujas": agruras da educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero. Tese (doutorado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR. 2018.

ANSBACH, Priscila Barbosa Ribas. *Linguagem, políticas educacionais e gênero social: os planos nacionais de educação numa perspectiva dialógica*. Dissertação (mestrado em estudos da linguagem). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR. 2016.

CASTRO, Maria Gabriella Mayworm de. *Uma análise feminista da construção de gênero em livros didáticos de inglês aprovados pelo PNL D 2014*. Dissertação (mestrado em estudos da linguagem). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2016.

CAVALCANTE, Joel Martins. *Análise da "ideologia de gênero" no plano municipal de educação*. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2017.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. "Menino já nasce menino, menina já nasce menina": fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o plano nacional de educação brasileiro no período 2012-2014. Dissertação (mestrado em ciências da religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do campo, SP. 2017.

FERREIRA, Camila Camargo. *A "ideologia de gênero" como uma prática discursiva tagarela de silenciamento: uma análise genealógica do projeto de lei escola sem partido*. Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2018.

GREBINSKY, Raquel Caterine. Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professoras para a infância. Dissertação (mestrado em educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. 2018.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves. O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins. 271f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO. 2017.

MENDONÇA, Amanda André De. Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no plano nacional de educação. Tese (doutorado em política social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2017.

MONTEIRO, Sarah Laurindo. Escola pública sob disputa: moralidade e religião. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2018.

MORENO, Meire Ellen. Feminismo e antifeminismo na política brasileira: “ideologia de gênero” e o plano nacional de educação 2014. 145 f. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR. 2016.

PAIVA, Ingrid Machado Jeampietri de. Ideologia de gênero, novo martelo das feiticeiras: um histórico da cruzada contra gênero empreendida pelo campo católico conservador. Dissertação (mestrado em ciências da religião). Fundação Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE. 2018.

PEREIRA, Isabella Bruna Lemes. As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos "escola sem partido". Dissertação (mestrado em direitos humanos). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO. 2017.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti. Ciência, fundamentalismo religioso e diversidade: a apropriação de discursos científicos-biológicos para a produção de ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes nas mídias sociais. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. 142 f.

ROCHA, Thiago Jose da. A controvérsia sobre a inclusão de gênero e sexualidade nos planos de educação do Paraná. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual De Londrina, Londrina, PR. 2018.

ROSENO, Vamila dos Passos. Escola sem partido: um ataque direto as políticas educacionais de gênero no Brasil. Dissertação (mestrado em formação de professores e práticas interdisciplinares). Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE. 2017.

SANTOS, Gabriela Campos dos. Por que não falar de gênero? A polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

SANTOS, Thiago Pereira dos. Corpo, sexualidade e resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados “escola sem partido” e as perspectivas foucaultianas. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba, MS. 2017.

SILVA, Amanda Da. Da "ideologia de gênero" à família heteronormativa: uma análise do plano municipal de educação de Curitiba. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. 2017.

SOUZA JÚNIOR, Benedito Leite De. A construção do pânico moral sobre a chamada “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo)conservadores.

Dissertação (mestrado em educação contemporânea). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE. 2018. 86 f.

SOUZA, Magner Miranda de. O slogan ideologia de gênero: uma abordagem crítico discursiva no campo das políticas públicas de intervenção psicossocial e análise dos processos de subjetivação na educação. Dissertação (mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. 108f.

Artigos

CÉSAR, Maria Rita De Assis; DUARTE, André De Macedo. “Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios”. **Educar em revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. ““Não é competência do professor ser sexólogo” o debate público sobre gênero e sexualidade no plano nacional de educação”. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, jan./abr. 2018.

NEVES, André Luiz Machado Das; SILVA, Iolete Ribeiro Da. “Projetos de igualdade de direitos às pessoas LGBT: significados das/os professoras/es sobre o seu protagonismo”. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 477-494, 2018.

CHECA, Maria Eduarda Parizan; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho. O silêncio como discurso: o projeto de lei “escola sem partido” e a invisibilidade da juventude LGBT na lógica da mordação”. **Revista Ñanduty**, Dourados, v. 6, n. 8. 2018.

FERREIRA, Camila Camargo; AGUIAR, Márcio Mucedula. ““Ideologia de gênero”: pânicos morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. **Revista Ñanduty**, Dourados, v.6, n.8. 2018.

VIGANO, Samira De Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, n. 1. 2019.

LIMA, Eduardo; FERREIRA, Ewerton Da Silva; QUADRADO, Jaqueline Carvalho; SANTOS, Tiara Cristiana Pimentel dos. “Gênero, Sexualidade e Currículo: problematizando a permanência de alunos LGBTTIQ na escola”. **RELACult - Revista Latino-Americana de estudos em cultura e sociedade**, v. 5, n. 4. 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

CUNHA, Flávia Melo Da. O túnel, o Frota, a ideologia de gênero. **Ponto Urbe**, São Paulo, n.18. 2016.

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. O ataque à liberdade docente e a discussão sobre gênero e direitos humanos na educação. O multiculturalismo como proposta de resistência. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 2, p. 292 - 321, abr/jun. 2019.

MACHADO, Maria Das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de genero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2. 2018.

FILHA, Constantina Xavier. Gênero e sexualidade na infância: circulação de ideias na *internet*. **Revista Artemis**, João Pessoa, v. 22, n.1. 2016.

EIXO 2

Teses E Dissertações

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido:** indícios de uma educação autoritária. Tese (doutorado em educação) Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP. 2018.

RETTICH, Juliana Silva. **Do visor na porta das salas de aula à mordada nos professores:** uma análise discursiva das redes conservadoras do escola sem partido - Projeto de Lei 867/2015. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, RJ. 2018.

MELO, Fabiany Carneiro De. **Quando lecionar pode virar crime:** o movimento "escola sem partido" sob uma ótica discursiva. Dissertação (mestrado em estudos da linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2017.

MOLIN FILHO, Mauricio Antonio Dal. **Um estudo da alienação como efeito do programa escola sem partido:** como defender o ofício de ensinar história. Dissertação (mestrado em ensino de história). Universidade Estadual De Maringá, Maringá, PR. 2014.

DIAS, Murilo Paiotti. **O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de facebook:** um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa "escola sem partido". Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS. 2018.

MOURA, Fernanda Pereira De. **"Escola Sem Partido":** relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (mestrado em ensino de história). Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, RJ. 2016.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no brasil:** reflexões sobre e para além do "movimento" escola sem partido. Dissertação (mestrado em educação, contextos contemporâneos e demandas populares). Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2018.

LIRA, Luciano Paz De. **Os atravessamentos ideológicos do movimento escola sem partido.** Dissertação (mestrado em linguística aplicada). Universidade de Taubaté, Taubaté, SP. 2018.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola sem partido:** uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2017.

GOMES, Juliana Pereira Ragateles. **Democracia e a educação escolar:** uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2018.

ROSA, Nilber Martins. Tempos distópicos? Dimensão política da educação nos projetos sociais de fahrenheit 451 e admirável mundo novo. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. 2017.

OLIVEIRA, David Albuquerque de. **Forma educação e forma direito:** a especificidade da relação concreta conformadora do momento educacional nas relações sociais. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ce. 2018.

Artigos

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.507-524, abr./jun., 2017.

BERNARDI, Guilherme Bardemaker; FAZENDA JUNIOR, Carlos Alberto Perdomo. Crítica à “escola sem partido”: um olhar pela perspectiva crítico-superadora da Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 1029-1040, jul./set. 2018.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, p. 208-223. 2017.

MOTTA, Vânia Cardoso Da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, 2017.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno De Souza; Lopes, Fernando Dias. “Escola sem Partido” para quem? **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.102, p. 204-222, jan./mar. 2019.

SANTOS, Tiago Ribeiro; CERVI, Gicele Maria. D. Quixote, contra os moinhos: um ensaio sobre o movimento escola sem partido. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro. 2019. GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antônio. Escola sem partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23. 2018.

DALTOÉ, Andréia Da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no escola sem partido. **Linguagem Em (Dis)Curso – LEMD**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 209-227, jan./abr. 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane Da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do movimento escola sem partido no *Facebook* e *Instagram*. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3. 2019.

MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - escola sem partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621. 2016.

ROMANCINI, Richard. "Vamos tirar a educação do vermelho" o escola sem partido nas redes digitais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**, Brasília, v.21, n.1, jan./abr. 2018.

LIMA, Iana Gomes De; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45. 2019.

OLIVEIRA, Edna Araujo S.; CERNY, Roseli Zen; AVILA, Silviane de Luca. A docência perante o projeto de lei “escola sem partido”. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 3, set./dez. 2018.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. **Escola Sem Partido: Projeto sem Sustentância**. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n. 2, p. 15 - 33, mai/ago. 2018.

BAGDONAS, Alexandre; AZEVEDO, Hernani Luiz. O projeto de lei “escola sem partido” e o ensino de ciências. **Alexandria: R. Educ. Ciência. Tec.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 259-277. 2017.

SILVEIRA, Rocheli Regina Predebon. Movimento Escola sem Partido: os sentidos nos discursos sobre a esquerda. **RELAcult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, Ed. Especial, fev., 2018.

- FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova; SOUZA, Gisele Pereira de. Reflexões acerca do movimento ‘escola sem partido’ inspiradas pelas teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018.
- KATZ, Elvis Patrik; MUTZ, Andresa Silva Da Costa. A construção de uma identidade docente desejável no discurso do movimento escola sem partido. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz Do Sul, v. 26, n. 2, p. 118-129, mai./ago. 2018.
- REIS, Graça Regina Franco da Silva; CAMPOS, Marina Santos Nunes de; FLORES, Renata Lucia Baptista. Currículo em tempos de escola sem partido: hegemonia disfarçada de neutralidade. **Espaço do Currículo**, v.9, n.2, p. 200-214, mai./ago. 2016.
- FRANÇA, Paula Fernanda De Souza; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Programa Escola Sem Partido: repressão ou liberdade para o ensino? **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade V. 04**, Ed. Especial, mai., 2018, Artigo Nº 843.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da escola sem partido. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 191, p. 117 – 133. 2017.
- SIQUEIRA JÚNIOR, Antônio Alves De.; SANTOS, Renata Callaça Gadioli Dos. Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. Na contramão das orientações dos organismos mundiais: o caso do projeto escola sem partido. **RIESED, Revista Internacional de Estudios Sobre Sistemas Educativos**, v. 2. n. 7, p. 1-18. 2017.
- RIPA, Roselaine. A educação na idade mídia. **Revista Devir Educação**, Lavras, v.3, n. 1, p. 103-115 jan./jun., 2019.
- NEVES, Cynthia Agra de Brito. Direitos humanos e educação: a polêmica em torno da prova de redação do enem 2015 e 2017. **Trabalhos em Linguística Aplicada.**, Campinas, v. 57, n. 2, p.731-755, mai./ago. 2018.
- PACHECO, Luiz André. Derisso, José Luis. Denial Of Secularism, Authoritarian Thinking and Decharacterization of Public School in Brazil. **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.22, n. 2. 2018.
- CÂNDIDO, Renata Marcílio; LOURENÇO, Arlindo Da Silva. Entre a moral, a ciência e a doutrina: os discursos educacionais e a profissão docente. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.17, n.2, p.531-545, mai./ago. 2018.
- CATELAN, Fernando Bueno; ANDRÉ, Carminda Mendes. Teatro na escola com ou sem partido sempre será político. **Urdimento**, Florianópolis, v.1, n.34, p. 236-245, mar./abr. 2019.
- PAULA, Alisson Slider do Nascimento de.; PEREIRA, Karla Raphaella Costa; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima. Modernização conservadora, pedagogia do capital e as reformas educacionais: a crise na educação brasileira. **Cadernos Gosshe On - Line**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019.

EIXO 3

Teses e Dissertações

- OLIVEIRA, Josiane Marconi Fernandes De Seixas. **"Ideologia de gênero" no cotidiano escolar em escola do município de Cuiabá, Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT. 2017.
- MACEDO, Ignis Marcielle Vieira Sobral. Narrativas de professores/as da Escola Tancredo Neves sobre a não inclusão de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Cáceres-MT (2015). Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale Do Itajaí, Itajaí, SC. 2018.

- MENEGAS, Romulo. **Programa Escola Sem Partido: tentativa de controle da ação dos professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Da Fronteira Sul, Chapecó, SC. 2018.
- FASANO, Edson. **A escola e o inédito viável: fundamentos ideológicos para uma nova hegemonia São Bernardo do Campo 2016**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista De São Paulo. São Bernardo do Campo, SP. 2016.
- JUNQUEIRA, Bruna Dalmaso. **Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da ideologia de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2018.
- OROFINO, Paula Santos. **Concepções de educadores da área de ciências da natureza associadas ao programa escola sem partido e à ideologia de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação Para A Ciência). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Bauru, SP. 2018.
- SILVA, Juliano Eugenio da. **Pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba:(1989-2016): práticas e representações**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR. 2017.
- SEVILLA, João Camilo. **Um olhar gramsciano sobre movimentos de conservação e resistência na educação contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2018.

Artigos

- SILVA, Márcia Alves da. A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 70, p. 293-307, jul./ago., 2018
- SILVA, Matheus Cardoso da; MOLINA, Yuri Yamamoto. "Não fechem minha escola": la primavera de los estudiantes secundarios en São Paulo. **Revista Nuestramérica**, v. 4, n. 8, p. 13-28, jul./dez., 2016
- BARROS, Antônio Teixeira De; COSSON, Rildo. Valores políticos dos agentes pedagógicos dos projetos de educação para a democracia do Congresso Nacional Sociedade e Cultura, v. 20, n. 2, p. 268-297, jul./dez., 2017.
- BRITTO, Tatiana Feitosa de. O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “escola sem partido”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.
- BEZERRA, Maria Cristina Dos Santos; BEZERRA NETO, Luiz. Escola Sem Partido na educação do campo. **Revista Exitus**, Santarém, v. 7, n. 1, p. 14-33, jan/abr, 2017.
- ALMEIDA, Juniele Rabelo; CALDAS, Renan Rubim. História pública e educação democrática: “professores contra o projeto escola sem partido” - Narrativas em Debate. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 66-91, abr./jun. 2017.
- MARAFON, Giovanna. Recusa à judicialização e ao projeto de lei "Escola sem partido": análises a partir das ocupações estudantis. **Sisyphus Journal of Education**, Lisboa, v. 5, Issue 1, p. 9-30 2017.
- LIMA, Marcos Roberto; GONZALEZ, Jeferson Anibal; LOMBARDI, José Claudinei. A gestão empresarial da rede estadual de educação de São Paulo: o papel da tríade ideológica eficiência, produtividade e neutralidade. **Rev. Histedbr On-Line**, Campinas, v.17, n.3 [73], p.925-939, Jul. /Set. 2017.
- REIS, Valdeci; LINO, Fernanda Silva; SARTORI, Ademilde Silveira. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v.6, n.2, p. 54-76, 2018.